



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-  
AMERICANOS (PPG IELA)**

**FRONTEIRA, ALIANÇA E PROTAGONISMO:  
A MILÍCIA INDÍGENA GUARANI NO PARAGUAI E RIO DA  
PRATA (1639-1735)**

**CLEBER ROCHA DE OLIVEIRA**

Foz do Iguaçu  
2020



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-  
AMERICANOS (PPG IELA)**

**FRONTEIRA, ALIANÇA E PROTAGONISMO:  
A MILÍCIA INDÍGENA GUARANI NO PARAGUAI E  
RIO DA PRATA (1639-1735)**

**CLEBER ROCHA DE OLIVEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Camera Varella

Foz do Iguaçu  
2020

CLEBER ROCHA DE OLIVEIRA

**FRONTEIRA, ALIANÇA E PROTAGONISMO:  
A MILÍCIA INDÍGENA GUARANI NO PARAGUAI E  
RIO DA PRATA (1639-1735)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Latino-Americanos.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Camera Varella  
UNILA

---

Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti  
UNILA

---

Prof. Dr. Tiago Bonato  
UNILA

Foz do Iguaçu, 17 de dezembro de 2020.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

O48f

Oliveira, Cleber Rocha de.

Fronteira, aliança e protagonismo: a milícia indígena Guarani no Paraguai e Rio da Prata (1639-1735) / Cleber Rocha de Oliveira. - Foz do Iguaçu, 2020.

125 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos.

Orientador: Alexandre Camera Varella.

1. Milícias Indígenas. 2. Missões - Paraguai - Rio da Prata. 3. Cultura Guerreira Guarani. I. Varella, Alexandre Camera, Orient. II. Título.

CDU: 355.1(=873.24)

## AGRADECIMENTOS

Realizar um mestrado exige um forte envolvimento e dedicação. Por quase quatro anos estive atrelado ao viés de concretizar a pesquisa e a escrita sobre um tema que absorveu parte importante de minhas atenções, determinou minhas perspectivas e esforços e moveu meus desejos. O percurso não foi fácil, pois conciliar a vida acadêmica com a rotina semanal de trabalho e a família, é algo desafiador. Foram muitas noites em claro, buscando refletir acerca de cada questionamento e palavra a ser empregada nesta pesquisa. E como se não bastasse as dificuldades já enfrentadas durante o caminhar deste projeto, o ano de 2020 chega e me surpreende com uma pandemia sem precedentes que assola o mundo todo, e com ela perdemos amigos, familiares e nossa saúde mental, vivemos um dia de cada vez, a espera de notícias positivas em nosso cotidiano.

Claro que um empreendimento desta natureza nunca é o resultado de um trabalho solitário. Ao longo destes anos, foram várias as pessoas que me ajudaram, concederam parte de seu próprio tempo, de suas idéias e de sua compreensão. A todas elas dedico este trabalho.

Inicialmente agradeço ao meu orientador Alexandre Varela, pessoa e intelectual, que apesar do tema da dissertação não se adequar inteiramente a sua área de pesquisa, aceitou embarcar nesta aventura junto comigo e, muitas vezes, desdobrou-se para atender aos meus anseios, meu muito obrigado por todo apoio e paciência mesmo nos momentos mais difíceis. Aos professores Clovis Brighenti e Tiago Bonato os meus mais singelos agradecimentos pelas indicações de leituras e construções metodológicas que deram encaminhamento e sentido às reflexões desta pesquisa.

A minha esposa Ana Carolina e meu filho João Renato obrigado por toda a compreensão e perseverança na conclusão desta etapa de pesquisa, que mesmo diante de minhas ausências me apoiaram dia após dia, ao meu pai José e minha mãe Elza, que mesmo com humildade souberam me indicar as melhores saídas diante de todos os desafios enfrentados.

E não poderia deixar de mencionar pessoas extremamente importantes nesta caminhada, pelo qual devo muito respeito e admiração e me ajudaram muito em diferentes momentos do mestrado e da vida, Monica Morisawa, Ezequiel Nascimento, Mayck Brasil, Daniela Guerra, , Kathleen Albuquerque, Marlene Nieheus Gasparin.

Entre os anos de 2016 e 2018 estive respectivamente em Buenos Aires, na Argentina (Instituto de Historia Argentina e Americana Emilio Ravignani) e Assunção,

Paraguai (Arquivo Nacional), para efetuar minhas pesquisas. Em ambos locais sempre fui cordialmente recebido por funcionários, a eles deixo meu grandioso agradecimento, pois foram nestes locais que a elaboração de hipóteses e levantamento documental sobre o Paraguai e Rio da Prata ganharam forma.

Por fim, não menos importante deixo meus agradecimentos à Universidade Federal da Integração Latino-Americana -UNILA, onde fui acolhido e auxiliado e tive a satisfação de conquistar grandes amizades. Ao Programa de Pós Graduação Interdisciplinar PPG-IELA, agradeço pela confiança e suporte na concretização desta dissertação.

## RESUMO

O padre superior das Reduções Jesuíticas do Guairá Antonio Ruiz de Montoya elaborou entre 1639 e 1647 uma série de cartas ao monarca espanhol Felipe IV no qual solicitava a necessidade de se armar os indígenas Guarani das Reducciones diante do avanço e destruição causada pelas Bandeiras Paulistas aos limites fronteiriços da Coroa Espanhola. Essa pretensão inicial de Ruiz Montoya gerou a formação das Milícias Indígenas Guarani que tinham como objetivo inicial defender os aldeamentos missionários, mas que aos poucos se tornaram instituições de grande valor estratégico- militar para a gobernaciones do Paraguai e Rio da Prata. As milícias aos poucos se firmaram indispensáveis no sistema colonial espanhol, após sua implantação os centros governamentais de Assunção e Buenos Aires as utilizaram além da defesa das fronteiras, em tarefas que iam desde a defesa militar das cidades até a construção de fortes e presídios. Mas o que buscamos nessa pesquisa é analisar sob uma perspectiva etno-histórica as Milícias Guarani entre os anos de 1639 e 1735. Por serem compostas unicamente por indígenas, elas possuíam uma estrutura de atuação muito particular, a distribuição dos cargos políticos e postos militares e a ressignificação de um ancestral ethos guerreiro influenciavam intrinsecamente em suas atuações guerreiras. Três fontes históricas pouco exploradas servem de base para o desenvolvimento deste projeto. Destaco o documento escrito em guarani El Diario Hecho por un índio de lo que sucedió en el segundo desalojamiento de los portugueses da Colônia de Sacramento, de 1705, os escritos do jesuíta Bernardo Nusdorffer, Diario de los sucesos y de las operaciones de guerra de los tercios de indios de las Misiones de 1735 e a pintura do Desfile Cerimonial do Pueblo de San Joan Bautista de c.1726 -1753.

**Palavras-Chave:** Milícias Indígenas; Missões do Paraguai e Rio da Prata; Cultura Guerreira Guarani.

## ABSTRACT

Between 1639 and 1647, the high priest of the Guaira Jesuitic Reductions Antonio Ruiz de Montoya wrote a series of letters to the Spanish monarch Felipe IV in which he asked for the need to arm the indigenous people Guarani das Reduccionen against the advance and destruction caused by the Paulistas Flags to the border limits of the Spanish Crown. The initial claim by Ruiz Montoya generated the formation of the Guarani Indigenous Militias whose initial objective was to defend the missionary villages, but which gradually became institutions of great military strategic value for the government of Paraguay and Rio da Prata. The militias gradually became indispensable in the Spanish colonial system, after their foundation the government centers of Asunción and Buenos Aires used them beyond the defense of borders, in tasks ranging from the military defense of cities to the construction of forts and prisons. But what we seek in this research is to analyze from an ethno-historical perspective the Guarani Militias between the years 1639 and 1735. Since they were composed only by indigenous people, they had a very particular structure of activity, the distribution of political positions and military posts and the rearming of an ancestral warrior ethos intrinsically influenced his warlike actions. Three historical sources rarely explored, serve as the basis for the development of this project. I Highlight the document written in Guarani El Diario Hecho by an Indian de lo que sucedió en el segundo desalojamiento de los portugueses da Colônia de Sacramento, of 1705, the writings of the Jesuit Bernardo NUSDORFFER, Diario de los sucesos y de las operaciones de guerra de los tercios de indios de las Misiones of 1735 and the painting of the Cerimonial do Pueblo de San Joan Bautista Parade from c.1726 -1753.

**Key words:** Indigenous Militias; Missions of Paraguay and Rio da Prata; Guarani Warrior Culture.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Paraguay, o la Provincia del Río de la Plata, con las regiones adyacentes	20
<b>Figura 2</b> - Mapa da <i>Gobernación</i> de Rio da Prata.....	28
<b>Figura 3</b> - Guairá.....	31
<b>Figura 4</b> - Província del Guairá e vilas espanholas, séculos XVI e início do XVII..	36
<b>Figura 5</b> - Mesopotâmia Argentina.....	44
<b>Figura 6</b> - Mapa Paraguai e Regiões Adjacentes.....	50
<b>Figura 7</b> - Títulos de Capitães Concedidos aos Caciques Guaranis.....	61
<b>Figura 8</b> - Peregrinações jesuítas da Província do Paraguai e regiões adjacentes...	64
<b>Figura 9</b> - Planta da Fortaleza da Colônia de Sacramento (1681) .....	68
<b>Figura 10</b> - Áreas de influência das Cidades e Reduções Jesuíticas, 1700.....	74
<b>Figura 11</b> - Descrição das Províncias do Chaco, 1733.....	77
<b>Figura 12</b> - Desfile Cerimonial Pueblo de San Joan Bautista.....	99
<b>Figura 13</b> - Recorte Desfile Cerimonial Pueblo de San Joan Bautista .....	101

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
Cap. 1 – OS INDÍGENAS E A FRONTEIRA COLONIAL .....	20
1.1 - Mão de obra Escrava / Encomienda.....	23
1.2 - Missões Jesuíticas do Guairá.....	30
1.3 - Fronteira Aberta e Colonialismos Rivais.....	33
1.4 - Invasões Paulistas e Êxodo Guaireño.....	40
Cap. 2 - REGISTROS E DISCURSOS.....	45
2.1 - O Relator Jesuíta no Conselho de Índias.....	46
2.2 - Outorga de Felipe IV.....	47
2.3 - Armas, Estratégias e Atuação das milícias. ....	53
2.4 - Divisão militar, jesuítas, soldados, oficiais.....	58
2.5 - Tomadas da Colônia de Sacramento.....	65
2.6 - As Milícias Espanholas .....	71
2.7 - Batalhas no Chaco e a Defesa de Assunção.....	73
Cap. 3 - OS CACICADOS E ATUAÇÃO GUERREIRA GUARANI.....	82
3.1 – <i>Ñande Reko</i> e Memória Indígena.....	90
3.2 - Os Desfiles Cerimoniais.....	98
3.3 - A Morte nos Confrontos Bélicos.....	106
3.4 - Atuação indígena e a Consolidação das Milícias.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	113

## APRESENTAÇÃO

O presente estudo se propõe analisar as milícias indígenas guaranis, instituídas em um recorte temporal e geográfico importante da colonização ibérica. Os indígenas aliados aos jesuítas nas missões catequéticas desempenharam um importante papel na formação política e social das *gobernaciones* espanholas do Paraguai e Rio da Prata.

Este trabalho é resultado de uma investigação documental realizada em acervos de bibliotecas e institutos de Assunção e Buenos Aires. No *Instituto de Historia Argentina e Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, em Buenos Aires, pude analisar diversos documentos recopilados e originais que tratam da história colonial dos séculos XVI, XVII e XVIII, seu acervo bibliográfico me permitiu observar elementos historiográficos ainda pouco analisados, que estão inseridos nesta obra.

Em visita ao *Archivo Nacional de Asunción*, me aprofundei em levantamentos de fontes (manuscritos, recopilação, traduções) que tratam da atuação miliciana no Paraguai, estes em sua maioria, serão inseridos nos capítulos 2 e 3 deste trabalho.

Não posso deixar de mencionar aqui, a importância das indicações e sugestões que recebi de diversos professores do Programa de Pós-graduação, durante a produção escrita e construção metodológica deste trabalho. As disciplinas de Teorias da Cultura, Construções do Índio: História e Antropologia, Tópicos Interdisciplinares, e América Latina Regional e Global: Saberes em Movimento, propiciaram uma reflexão histórico antropológica essencial para esta pesquisa, abrindo caminho de análises que serão abordadas adiante.

O tema das Missões Jesuíticas tem sido foco de diversos trabalhos nas últimas décadas, e se acentua uma busca na vasta documentação existente de novos questionamentos, que propiciem debates teórico-metodológicos pertinentes no campo da história indígena. A pesquisa a seguir visa direcionar reflexões a respeito desta perspectiva, incorporando elementos etnohistóricos, socioculturais e políticos que ocorreram nestas jurisdições.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas podemos constatar que um interesse renovado de inúmeros historiadores surgiu em relação a produção de textos escritos pelos ameríndios, indo desde documentos raros, manuscritos ou mesmo representações iconográficas. Este interesse impulsiona novas perspectivas teórico-metodológicas, e contribui para uma revisão das mais distintas dinâmicas socioculturais destes povos e da colonização americana.

Cabe ressaltar que esta pesquisa não pretende observar somente escritos indígenas, mas desenvolver uma rede de análises onde distintos documentos coloniais se inter-relacionam, permitindo a revisão de inúmeros acontecimentos históricos dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Antonio Ruiz de Montoya juntamente com outros jesuítas produziram muitas obras e documentos de grande valia na compreensão do processo de colonização das *gobernaciones* do Paraguai e Rio da Prata. Mas e os indígenas, como se inseriram neste dinamismo colonial?

É diante destas indagações que iniciamos essa abordagem de pesquisa, pois falta de certo modo falta aos estudos históricos a percepção de que a presença e participação Guarani nos múltiplos processos que transformaram a geografia humana de toda uma vasta região tenham sido elementos decisivos dessa história colonial (MONTEIRO, 1992, p. 476), ainda se faz necessária a percepção de uma política e de uma consciência histórica onde indígenas são sujeitos e não apenas vítimas de uma processo histórico.

De certo modo a renovação da historiografia colonial que ocorreu entre os séculos XX para o XXI, buscou repensar amplamente a participação indígena inserida neste sistema colonial. John Manuel Monteiro (1992), um dos precursores desta proposição de análise no Brasil, enfatiza uma relação intrínseca entre colonos, indígenas, jesuítas e governos neste dinamismo colonial.

A participação indígena neste sistema deve ser compreendida com a concepção de agência (WILDE, 2009) onde indígenas atuavam como sujeitos históricos, conscientes de sua atuação social no meio em que estavam inseridos. Mas é necessário ponderar o contexto onde estas sociedades indígenas se encontravam, observando desde a sua desestruturação sociocultural aos processos de resistência, intercâmbios e conflitos com colonos e missionários.

Devemos levar em consideração que grande parcela da documentação escrita referente à história indígena Guarani do Rio da Prata é produto da colonização

portuguesa e espanhola. Atualmente com a descoberta de novos documentos e manuscritos do período colonial vem se tornando possível a análise de acontecimentos históricos onde a agência indígena tem sua visibilidade histórica atribuída.

De uma forma geral esta pesquisa visa abordar perspectivas etno-históricas que possibilitem novas reflexões acerca da formação e atuação da milícia indígena Guarani nas *gobernaciones* do Paraguai e Rio da Prata entre os anos de 1639 e 1735.

Quanto a análise temporal da pesquisa devemos destacar alguns pontos importantes. As Missões Jesuíticas nos *gobiernos* de Rio da Prata se subdividem-se em três distintos períodos: primeiramente de (1606-1643) com a fundação das *reducciones* no Guairá, se estendendo até os conflitos de Caazapá Miní e Caazapá Guazu (1639) e M' Bororé (1641), o segundo período abrange a implantação e desenvolvimento das missões na Mesopotâmia Argentina e na Banda Oriental do Uruguai que se deu entre (1643-1680), já no último período (1680-1768) ocorre o grande desenvolvimento das missões, que se estende até a expulsão dos jesuítas dos domínios espanhóis, cuja missão ficou a cargo de Francisco de Paula Bucarelli (1608-1780).

Os documentos analisados nesta pesquisa abrangem de forma geral estes três períodos históricos, dando ênfase em especial aos dois últimos. Os documentos de Antonio Ruiz de Montoya foram produzidos entre (1614-1641), o *Diario Hecho por un indio reportero de guerra (1704)* e a carta de Bernardo Nudoffer, de 1735. “*Diario de los sucesos y de las operaciones de guerra*, são algumas das fontes que nos propiciam uma perspectiva distinta em relação à participação indígena no contexto histórico deste período.

Quanto ao recorte geográfico, convém esclarecer que em 1617 produziu-se a divisão do governo de Rio da Prata e Paraguai também conhecido como “Nueva Andalucía del Río de La Plata” em jurisdições governamentais (*gobernaciones*) criando ao norte o governo do Guairá (descrita pela documentação colonial como governo do Paraguai) com capital em Assunção, e ao sul o governo de Rio da Prata com capital em Buenos Aires. É importante frisar este processo pois as fontes documentais utilizadas nesta pesquisa por vezes citam jurisdições distintas, não contemplando a província com uma única unidade administrativa como existia anteriormente.

Esse processo de divisão será contemplado no capítulo 1 desta pesquisa, assim como a análise dos processos históricos produzidos nos primeiros contatos entre espanhóis, indígenas e jesuítas no Guairá, enfatizando os conflitos com os paulistas nas fronteiras das Coroas hispânica e lusitana, são estes os fatores que impulsionaram a necessidade de formação das milícias indígenas.

Nesse período, as incursões portuguesas ao avançarem os limites de Tordesilhas se tornaram a principal ameaça ao projeto de consolidação das Reduções Jesuíticas nos limites Platinos.

A intenção dos jesuítas de formar núcleos de conversão cristã indígena nas *gobernaciones* espanholas desencadearam vários processos de resistência, entre colonos espanhóis e portugueses, que em sua maioria não viam com bons olhos a evangelização e permanência dos indígenas nas Reduções missionárias.

Esse processo de oposição colonizadora mobilizou uma série de disputas e invasões fronteiriças portuguesas que culminaram com os saques e a destruição das *reducciones* pelos paulistas no Guairá. Esse processo é descrito pela historiografia contemporânea como ficou conhecido como “Entradas e Bandeiras paulistas”, pois os mesmos adentravam os limites territoriais de Tordesilhas que pertenciam à Coroa Espanhola para realizar saques indígenas.

O que buscamos com este projeto é abordar a agência indígena Guarani nos múltiplos processos de atuação das milícias nas jurisdições do Paraguai e Rio da Prata. E como elas se tornaram elementos decisivos da história colonial e moldaram a configuração geopolítica dessas regiões.

Os anos iniciais do séc. XVII impulsionaram perspectivas de ocupação da Bacia Platina e a fundação de várias vilas e *haciendas* nas *gobernaciones*. A questão primordial nesse período é que a ocupação das vilas espanholas principalmente próximas aos limites de Tordesilhas não era realizada de forma consistente. Os poucos recursos econômicos dos colonizadores, aliado à presença das populações indígenas que ofereciam resistência ao processo de ocupação de seu espaço sociocultural e econômico, dificultavam o processo de colonização.

Diante desses fatores e o avanço significativo de portugueses na fronteira espanhola, o rei Felipe IV concedeu ao governador de Assunção Hernando Arias de Saavedra (1532-1619) que autorizasse a Ordem dos Jesuítas a atuarem nos limites da fronteira. Esse fator favoreceria a colonização permanente das regiões próximas à fronteira.

Exatamente por sua condição fronteiriça, a região platina serviu de palco a várias experiências reducionistas que visavam, por um lado, pacificar a população indígena e, por outro, estabelecer núcleos de povoamento para auxiliar no guarnecimento do território (NEUMANN, 2003, p. 73).

As características de atuação dos jesuítas na região Platina deixaram marcas significativas no panorama histórico dessa região. O desenvolvimento do processo de

evangelização jesuítico aliado ao contato com os povos indígenas Guarani, determinaram a articulação e implantação das Reduções e Missões Jesuítas nestas províncias.

Esse processo desencadeou para as sociedades indígenas uma inserção de novas dinâmicas e conflitos que se tornaram inerentes ao sistema colonial. É neste contexto que estas sociedades indígenas devem ser percebidas, onde o impacto de suas inter-relações com o mundo exterior foi profundamente marcado pelas políticas de exploração do trabalho e imposição cultural.

A atuação jesuítica se desenvolveu rapidamente na fronteira espanhola e se consolidou principalmente entre as décadas de 1612 e 1622, fato este que gerou uma série de conflitos com os colonos portugueses, pois os mesmos dependiam da mão de obra escrava indígena presente nesta região.

Estes conflitos se acentuaram gradativamente, devido principalmente ao grande contingente populacional indígena presente nas Reduções Jesuíticas do Guairá. Nota-se que a estes conflitos iniciais entre jesuítas e colonos tanto portugueses como espanhóis culminaram a partir de 1623, em uma série de investidas, saques e destruição das Reduções Jesuíticas nesta região.

Os portugueses de São Paulo adentravam os limites fronteiriços da Coroa Espanhola em busca da mão-de-obra indígena que neste período já se encontrava escassa nos limites portugueses. Monteiro (1992, p. 71) aponta que as entradas paulistas encontraram nas Missões do Guairá uma mão de obra indígena já transformada e disciplinada pelos jesuítas, permitindo assim um melhor condicionamento dos indígenas para o ritmo de trabalho exigido nos engenhos da colônia portuguesa. Este foi um dos elementos que favoreceu as investidas contra as *reducciones* guairenhas.

O capítulo 2 inicia-se contextualizando essa série de invasões paulistas, fato este que levou o jesuíta superior das missões do Guairá neste período, Ruiz de Montoya, a mobilizar uma série de solicitações ao monarca espanhol Felipe III, para que liberasse a utilização de armas de fogo aos indígenas Guarani em defesa das Reduções Jesuíticas. O pedido de Montoya somente foi concedido pela outorga de Felipe IV em 1643, mas este processo por liberação de armas não impediu que elas fossem utilizadas anteriormente mesmo que de forma sigilosa em diversos conflitos contra os paulistas, dentre elas as batalhas de Caaçapáguacu e M' Bororé.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Os indígenas Guarani conquistam suas primeiras batalhas diante dos paulistas nas batalhas de Caaçapáguacu, em 1639 e M'bororé em 1641. In: CHIOGNA e MOURA. Avante Guerreiros! As Batalhas de Caaçapáguacu e M' Bororé. Porto Alegre. 2011.

Analisar o processo de atuação das milícias indígenas neste período exige a observação de diversos aspectos socioculturais e políticos, pois as milícias Guarani adquiriram com o tempo um status de institucionalidade e suas formas, organização, divisão militar, técnicas de combate, os ideais guerreiros e as repercussões das vitórias nos confrontos e guerras instauradas nas *gobernaciones* do Paraguai e Rio da Prata ainda estão carregadas de lacunas e questionamentos. São nestas indagações que capítulos 3 e 4 visam se aprofundar, além de contemplar questões etno-históricas como o ethos guerreiro, o prestígio e status de poder indígena, as festas e desfiles cerimoniais e as particularidades culturais dos Guarani durante e pós conflitos bélicos.

De acordo com Wilde (2009) a colonização espanhola da Bacia Platina só se desenvolveu de forma efetiva devido à exitosa atuação das milícias Guarani no contexto de disputas coloniais entre Portugal e Espanha. As milícias se expandiram consideravelmente após 1641 e com a outorga de Felipe IV em 1643 elas se institucionalizaram e prevaleceram até a expulsão dos jesuítas que se iniciou na colônia espanhola em 1767.

Nos aprofundaremos nesta estrutura miliciana que atuou nas jurisdições do Paraguai e Rio da Prata neste período, pois muitas questões a respeito da formação e atuação das milícias Guarani na região Platina continuam sem resposta. Devemos ponderar que a maioria dos documentos coloniais que tratam deste período descrevem as milícias sob a ótica colonizadora, sem levar em consideração a agência indígena nos processos histórico-culturais deste período.

Quanto a proposta metodológica e da escolha de fontes documentais desta pesquisa nos centraremos na análise de alguns documentos coloniais até então pouco estudados, que tratam das milícias, o primeiro deles é um documento escrito em Guarani *El Diario Hecho por un índio de lo que sucedió en el segundo desalojamiento de los portugueses (de la Colonia del Sacramento, el 10 de septiembre de 1704 hasta el 18 de marzo de 1705)*. traduzido do original e mencionado pela primeira vez por Bartomeu Melià em 2000, possui aproximadamente 52 páginas das quais somente uma parte foi traduzida do original e publicada pelo escritor jesuíta. Melià titula o documento de forma simplificada como “*Un Guaraní Reportero de Guerra*”, nele podemos observar as narrativas e a memória de um contexto histórico que vivenciaram as *reducciones* do Paraguai, o relato descreve uma viagem marcada por proezas, aventuras, desgraças e mortes. Possui de acordo com Melià um valor histórico e linguístico extraordinário, por sua originalidade, pela qualidade da observação e pela propriedade da escrita.



Devemos compreender que toda a produção documental indígena deste período como produto de uma determinada elite letrada, que se colocava como porta-voz de um coletivo indígena, responsável por uma versão escrita dos fatos que ocorriam. É difícil afirmarmos que essa elite letrada detentora destas produções possuíam um distanciamento social dos demais, o evidente é que existia uma competência escrita por parte de alguns indígenas e de alguma maneira isso gerava uma hierarquia quanto à confecção destes documentos.

O segundo documento é do padre jesuíta Bernardo Nusdorffer, de 1735, *Diario de los sucesos y de las operaciones de guerra de los tercios de indios de las Misiones*, contendo um total de 2 volumes e 37 folhas. Este documento produzido por Nusdorffer em resposta à carta do jesuíta superior das Reduções Jesuíticas de Rio da Prata Jaime de Aguillar em 1735, descreve os métodos de atuação, as técnicas de combate, às funções militares e a importância das milícias no sistema colonial das jurisdições do Paraguai e Rio da Prata.

O terceiro documento se trata de uma reprodução iconográfica (*pintura en tinta y colores a la aguada*)<sup>2</sup> da Redução Jesuítica de San Juan Bautista (fig. 12, 13), medindo 70,8 x 75,0 cm, sem data, produzido entre os anos de 1726 a 1753, que nos permite observar elementos visuais importantes dos cerimoniais realizados pelos indígenas das missões.

De fato, não há diferenças cruciais entre documentos escritos e obras de cunho visual, desde que ambos sejam analisados como forma de linguagem de um determinado contexto histórico.

De acordo com Sousa (1996, p. 11):

No jogo simbólico, essas formas de linguagem são representações que nos remetem a algo diferente do que são: objetos, ideias, símbolos, etc. A propósito disso, não existem regras para que a mente forme imagens, seja através de pinturas ou de palavras, [...] uma imagem gráfica e uma imagem verbal possuem uma mesma origem, a imagem mental.

Estas fontes documentais abrem caminhos na compreensão de como se desenvolviam as milícias, em especial suas estruturas de poder, como o *cacicazgo*, os postos de capitães, de generais e como era o tratamento dado pelos governadores das províncias do Paraguai e Rio da Prata a estas instituições milicianas.

---

<sup>2</sup> Técnica de pintura que consiste na mistura de água, álcool e várias tintas, obtendo tons mais espessos a aquarela, definida em alguns manuais como uma espécie de templo. Atualmente esta técnica é conhecida como guache ou têmpera, tendo sua origem em trabalhos de ilustradores da Idade Média. In: PLÁ, Josefina. *El Barroco Hispano-Guarani*. Assunção: Editorial del Centenario, 1975.

Vários documentos de Antonio Ruiz de Montoya também são relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Os mesmos foram obtidos em uma pesquisa documental realizada no Instituto de Historia Argentina e Americana “Dr. Emilio Ravignani”, (UBA). O acervo documental deste instituto comporta um grande arquivo dos séculos XVII, XVIII e XIX.

As cartas de Ruiz de Montoya que abordam o processo de constituição e atuação das milícias Guaraní estão inseridas em (IGLESIA, 1929).<sup>3</sup> Essas cartas foram recopiladas por Jaime Cortesão ademais, podem ser consultadas parcialmente no acervo documental da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.<sup>4</sup>

É necessário que se busque na história da formação da sociedade colonial a interação entre essas sociedades (indígenas) e as populações que surgiram a partir da colonização europeia, processos esses que vão muito além do contato inicial e dizimação subsequente, apresenta-se como tarefa essencial para uma historiografia que queira desvencilhar-se de esquemas excessivamente deterministas a reflexão e análise acerca destes processos socioculturais.

Los documentos que utilizamos para reconstruir el pasado, las maneras de clasificarlas y las descripciones sobre el modo en que debemos manejarlas son numerosos. Tanto las clasificaciones como los métodos de trabajar con las fuentes dependen mucho de los intereses (ROJAS, 2008, p. 51).

De acordo com Monteiro (1999, p. 248) “ainda sabemos pouco sobre a história desses povos e, pior, que o imaginário continua povoado de graves distorções e preconceitos a respeito dessas populações”.

Ao analisar o sentido da guerra nas sociedades indígenas, acabamos por evidenciar processos históricos onde o indígena assume o papel de figurante ativo nos mais distintos processos históricos (FERNANDES, 2006; MONTEIRO, 1999; WILDE, 2009) é sob esta perspectiva de análise que este projeto busca se constituir criticamente.

Analisar documentos coloniais que propiciam uma construção histórica, onde a atuação das milícias foi determinante no processo de colonização da província do Paraguai e Rio da Prata sempre nos pareceu um desafio estimulante, na medida em que importantes documentos do período colonial são recuperados, novos questionamentos os acompanham, as descrições e representações históricas se alteram, e dão sentido a

---

<sup>3</sup> IGLESIA, *Cartas Annuas de la provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús*, 1615-1637. Documentos para La Historia Argentina. Tomo XX. Buenos Aires: 1929.

<sup>4</sup> MONTOYA. *Antonio Ruiz de. Información como se fundaron las Reducciones del Guayra*. Coleção De Angelis vol. 1: Jesuítas e bandeirantes no Guairá, 1614.

desdobramentos que culminam na desconstrução de narrativas e análises históricas tradicionais.

De um modo geral a historiografia reservou ao índio o papel de figurante mudo ou de vítima passiva dos processos coloniais que o envolviam (CUNHA, 1992). Os discursos e representações presentes em documentos do séc. XVI, XVII e XVIII de uma forma geral reproduzem a percepção histórica de membros da elite do sistema colonial, cabe ao pesquisador desvencilhar-se desses esquemas e analisar o encobrimento deste protagonismo indígena considerando, entre outros, elementos da antropologia cultural, bem como acentuar o discurso de documentos quase nunca explorados, que permitam uma revisão histórica tão necessário na historiografia colonial.

## **CAPÍTULO 1- OS INDÍGENAS E A FRONTEIRA COLONIAL**

O interesse colonizador e exploratório assumido por Portugal e Espanha na América sempre esteve rebuscado por intensos processos de conflitos e litígios. Os reais limites fronteiriços pertencentes a cada uma das Coroas sempre foi alvo de intensas controvérsias. Segundo Chiogna e Moura (2011, p. 68) “as questões de fronteira nesta época eram muito distorcidas, havia superposições jurídicas entre os bispados do Rio de Janeiro e Corrientes, e os próprios moradores da região não sabiam exatamente os limites fronteiriços imperiais”. Diante desses fatores a linha imaginária de Tordesilhas se moldava feito um cordão maleável, servindo aos interesses particulares de cada uma das colônias.

As contestações referentes aos reais limites de cada Coroa perduraram até meados do séc. XVIII, e se alastraram por toda a extensão dos domínios ultramarinos.

Pelo Tratado de Tordesilhas (1494), as grandes potências do século XVI Portugal e Espanha dividiram o mundo por uma linha imaginária, a partir de 370 léguas das Ilhas de Cabo Verde, sem explicar qual dessas ilhas seria tomada como ponto de partida. As terras encontradas ao Oriente dessa linha pertenceriam a Portugal, e ao Ocidente, ao Reino de Castela (Espanha). Mesmo as futuras conversações de Badajoz (1521) e de Saragoça (1529) não definiram satisfatoriamente os reais limites fronteiriços (AGUILAR, 2002, p.11).

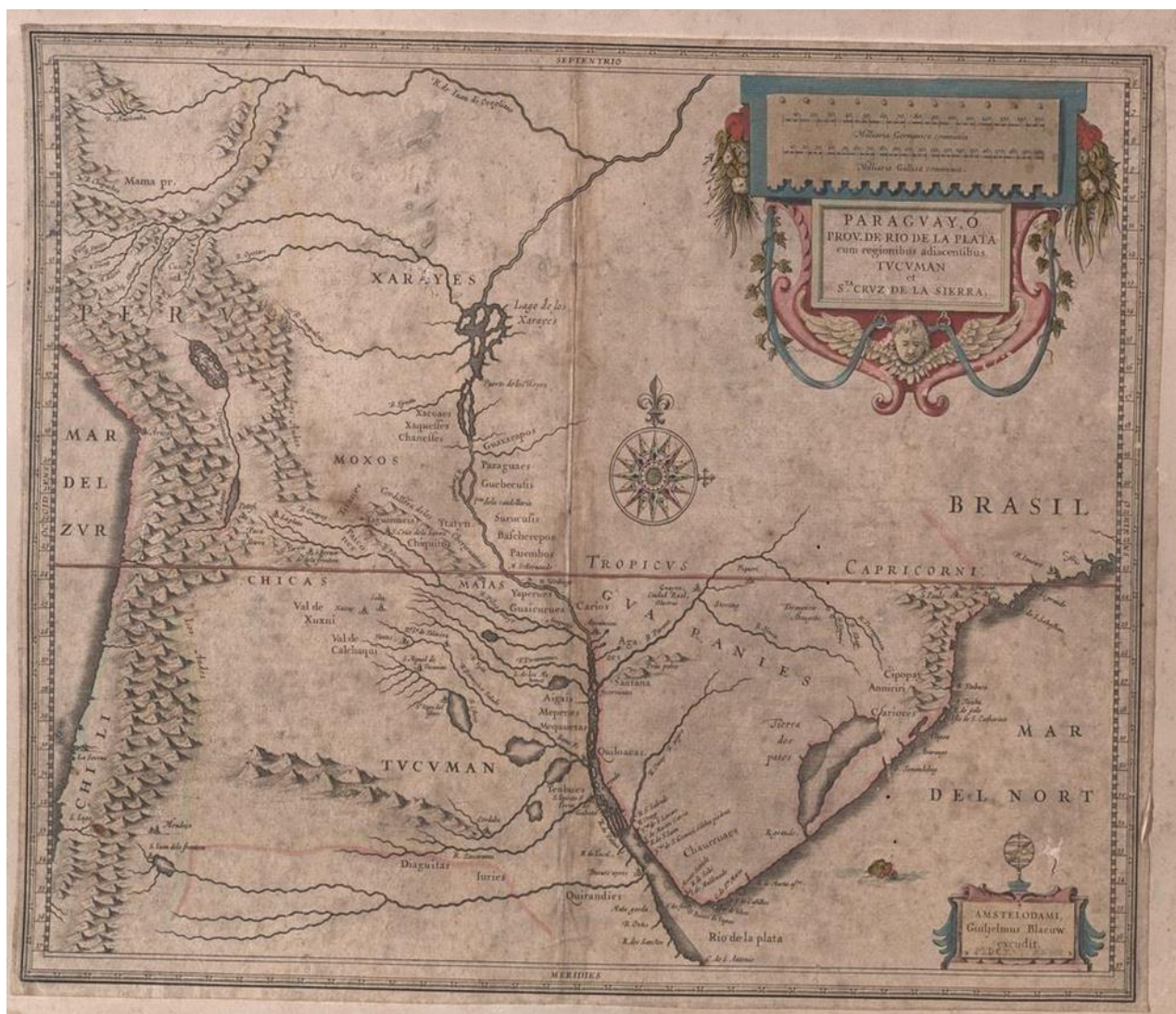
Na realidade toda esta indeterminação geográfica favorecia aos interesses expansionistas tanto de portugueses como espanhóis que as utilizavam em prol dos próprios anseios colonizadores. A fronteira ao qual analisamos neste ponto é uma fronteira inacabada, confusa e mutante das jurisdições governamentais que se instituía, feita de demarcações voláteis, e do envolvimento de um militantismo religioso, uma fronteira fluida de autonomias individuais sob o manto de uma centralização, presente em cada uma das Coroas (VILARDAGA, 2010).

Os impérios coloniais ibero-americanos se situavam em uma área de fronteira sujeita a influências mútuas, gerando assim, constantes choques entre os diferentes grupos sociais presentes neste meio (NEUMANN, 1996, p. 74). Tanto espanhóis como portugueses cuidaram sempre de traçar o célebre meridiano e contra meridiano de Tordesilhas, ao sabor das suas conveniências e não eram modestos em suas falsificações e distorções geográficas.

Os conflitos referentes aos reais limites territoriais das colônias hispanas e lusitanas se estenderam por toda a extensão fronteiriça das colônias. No extremo sul desta

fronteira se encontrava a região compreendida pela *gubernación del Río de la Plata* e do *Paraguay* ou “*Gobernación de Nueva Andalucía del Río de la Plata*” (fig. 1). Esta região desde a chegada dos primeiros exploradores foi descrita pelos documentos como uma área de grande concentração indígena Guaraní. O contato de colonos espanhóis e portugueses, e posteriormente jesuítas com estas sociedades indígenas desencadearam conflituosos processos socioculturais e econômicos na esfera colonial.

**Figura 1-** Paraguay, o la Provincia del Río de la Plata, con las regiones adyacentes de Tucumán y Santa Cruz de la Sierra.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil, ARC.030,02,029 – Cartografia.  
“Paraguay: cum reionibus adacentibus Tucuman et Sta. Cruz de la Sierra”. Medindo 38 x 49 cm 44,6 x 55,9 cm.  
Datação imprecisa [1616?].

O mapa de Willem Blaeu<sup>5</sup> evidencia esta região onde colonos espanhóis e portugueses se confrontariam posteriormente com as ordens religiosas. Inicialmente, de acordo com Elliott (2012, p. 180), os colonos que chegavam à América carregavam consigo aspirações à condição de senhor, onde o modelo de vida da nobreza castelhana, com riquezas e servos a disposição lhes serviam de modelo. Estes colonos trouxeram concepções definidas sobre o caráter degradante do trabalho manual, desta forma a terra tinha pouco valor para eles sem a mão de obra que atuasse nela.

Alguns fatores impediram inicialmente um rápido processo de colonização desta região, dentre eles a falta de uma atividade econômica que exigisse a presença mais ostensiva de uma estrutura burocrática e administrativa; os poucos recursos econômicos dos primeiros colonizadores; a presença de populações indígenas que ofereceram resistências aos novos invasores de seu espaço social e econômico; a distância com os centros coloniais prioritários, como o Peru, dificultada pelas formas de ligação terrestre e fluvial entre estes centros e os novos núcleos; e, não menos importante, a própria dimensão territorial, que exigiria o aporte de levadas significativas de colonizadores para uma ocupação mais consistente ainda no século XVI (BARCELOS, 2000, p. 17).

Apesar das dificuldades de colonização inicial da região pelos espanhóis, um elemento lhes interessava: a presença efetiva de populações indígenas para serem utilizadas como mão de obra compulsória, mas após 1607 os colonos portugueses também visam essa mão de obra o que propiciou as inserções paulistas no Guairá.

A distância dos núcleos coloniais espanhóis dos reais limites fronteiriços entre as duas Coroas e o pequeno contingente de colonização espanhola no Guairá permitiram este avanço significativo, o que não agradava os *gobiernos* de Assunção e Buenos Aires.

Segundo Zuse (2009, p. 30) “os Guarani supriam a demanda de mão de obra europeia, que era escassa na época, para os portugueses na parte litorânea e para os espanhóis no interior”. Quando os contingentes indígenas para a mão de obra começaram a se tornar escassos nas regiões litorâneas, grande parte dos colonos portugueses se voltaram para a busca indígena tanto nos sertões da colônia portuguesa como nos limites da Coroa espanhola, de certa forma este complexo sistema exploratório colonial impôs às sociedades indígenas um contexto de disputas entre os colonos espanhóis e lusitanos onde o indígena era a figura central neste processo

---

<sup>5</sup> Willem Janszoon Blaeu (1571-1638) foi fundador de uma dinastia de cartógrafos holandeses, estudou astronomia, matemática além da elaboração de globos terrestres. Em 1633, foi nomeado cartógrafo da Companhia Neerlandesa das “Índias Orientales”. In: FRANÇOZO, Mariana de Campos. De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau. Campinas, 2014.

## 1.1- Mão de Obra Escrava / *Encomienda*

América portuguesa, desde os primórdios de sua colonização no século XVI, articulou práticas de exploração da mão de obra escrava e outras formas de trabalho compulsório dos indígenas nas suas colônias. Os portugueses de São Paulo ou paulistas assim descritos pelas documentações coloniais eram figuras atuantes no processo de captura de indígenas destinados à escravização, já na América espanhola a “*encomienda*” era a prática exploratória indígena vigente.

De acordo com o jesuíta Diego de Torres Bollo<sup>6</sup> (1551-1638) os paulistas vendiam os indígenas “para los ingenios de açúcar” já os colonos espanhóis os utilizavam “llevándolos para la saca de la yerba en maracayu” (BOLLO, 1631, f. 370).

A *encomienda* propiciava o trabalho realizado de forma compulsória pelos indígenas, controlado pelos colonizadores *encomenderos* que se apoiavam na relação de vassalagem dos índios à Coroa espanhola.

A *encomienda* regulamentava o trabalho coletivo de uma comunidade indígena, colocada a serviço de um particular (o rei), que concedia ao colonizador o direito de receber o serviço prestado pelo índio na lavoura na construção e restauração das obras. O colono pagava o tributo à Coroa e não remunerava os indígenas, devendo fornecer-lhes apenas assistência material e religiosa (ZUSE, 2009, p. 31).

De fato, o que ocorria nos limites dos vice-reinos espanhóis, era o uso de mão de obra indígena compulsória. Os serviços que eram prestados pelos indígenas na *encomienda* eram meios legais de exploração, desde que fosse oferecido aos indígenas assistência material e religiosa, assim como de não o privar de sua liberdade natural, que consistia em dar assistência e impor o processo civilizatório.

Todos os meios de exploração da mão de obra indígena que fugissem a esses conceitos eram tidos como ilegais pela Coroa espanhola. A questão é que em sua grande maioria os meios lícitos de exploração da mão de obra indígena não eram seguidos assiduamente pelos colonizadores espanhóis de uma forma ou de outra. A política colonizadora da *encomienda* representou a desintegração das comunidades Guarani e criou uma situação irreversível em sua economia de subsistência.

Segundo Matienzo (2008, p.69):

---

<sup>6</sup> Torres Bollo (1551-1638), primeiro missionário provincial do Paraguai e Tucumã, atuou entre 1608 e 1614. Seus relatórios anuais referentes aos anos de 1610, 1611 e 1612, que relatam a fundação das primeiras Reduções jesuíticas no Paraguai e do Guairá, são considerados importantes documentos do período. In: FLECK, Eliane. “*La sangre de los mártires es la semilla de cristianos nuevos*”: a consagração póstuma de missionários jesuítas (Província Jesuítica do Paraguai - século XVII). Rev. Hist. São Paulo, 2013.

El abuso del servicio personal fue generalizado, marcando notoriamente el régimen laboral del aborigen en América meridional. La marginalidad y dependencia económica de esta región con respecto a los centros administrativos y económicos de Perú, la ausencia de metales preciosos, unida a su acusado descenso demográfico en los siglos XVI y XVII, condicionó en buena medida la persistencia del servicio personal en la región.

A regulamentação da *encomienda* foi promulgada pela Coroa espanhola nas (LEYES NUEVAS, 1542),<sup>7</sup> logo após os primeiros passos da colonização na América espanhola. Os desvios e o modo ilícito de exploração da mão de obra indígena levaram o *Consejo de Indias* e o rei Felipe II a buscar algumas alterações na disposição das *Leyes Nuevas* para que se fizessem ser cumpridas.

Em 1610, o *Oidor* membro do *Consejo Real y Supremo de las Indias* Francisco de Alfaro, promulga algumas alterações nas leis iniciais que regiam as *encomiendas* nos vice-reinos espanhóis, no documento conhecido como *Las Ordenanzas de Alfaro*.

De acordo com Inocencio (2018, p. 2):

O sistema mais frequente para se trabalhar a terra no mundo paraguaio colonial teria sido o sistema de *encomiendas*, que ligava diretamente a pretensão dos colonos à nobreza; a crença na inferioridade dos nativos; e ainda, a intenção da Coroa de proteger os vínculos jurídicos com seus vassallos por meio do sistema de reconhecimento e mercê pelos serviços prestados.

A maioria das leis promulgadas pelas Ordenanzas de certa forma buscavam limitar o trabalho escravo indígena e articular, como comentado por Inocencio (2018), vínculos jurídicos além de uma maior arrecadação tributária para a Coroa espanhola. Dentre as medidas estavam:

la supresión del trabajo servil de los indios, [...] se establece que no podían ser trasladados a más de una legua de distancia de su residencia habitual, [...] el indio tendrá libertad de elegir patrón, pero no podía comprometerse a servir al mismo más de un año (HERNANDEZ, 1913, p. 406).

As alterações na *encomienda* dispostas por Francisco de Alfaro também estipulavam penas aos colonizadores espanhóis que não as fizessem cumprir. Essas cláusulas eram formas de a Coroa espanhola impor o seu controle sobre a região, além de tornar eficaz a cobrança de tributos pelos serviços dos índios *encomendados*.

Ningún indio se le pueda concertar ni pagar su trabajo en vino, chicha, miel y yerba: y todo lo que en este género se pagare, sea perdido, sin que el indio

---

<sup>7</sup> *Leyes y ordenanzas nuevamente hechas por su magestad para la gobernación de las Indias y buen tratamiento y conservación de los indios*, foi um conjunto de leis que promulgavam as normas básicas de organização tanto político como administrativa nos domínios espanhóis na América. In: HERNANDEZ, P. *Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesus*. Barcelona, Gustavo Gili Editor, 1913.



lo deba recibir en cuenta: y al español que lo pretendiere dar por paga, a veinte pesos de pena por cada vez (HERNANDEZ, 1913, p. 415).

Conseqüentemente a *encomienda* empregou um sistema de organizaçãolaboral indígena, que culminou sendo a principal fonte de riquezas dos colonos espanhóis. Perusset (2011, p. 4) argumenta que a *encomienda* era uma instituiçãocapaz de gerar trocas e transformaçõespertinentes sobre as comunidades Guaraní no contexto histórico da província do Paraguai e Rio da Prata.

As inúmeras revoltas e levantes indígenas contra o processo de exploraçãode espanhóis e portugueses favoreceram a instauraçãode ordens religiosas que já atuavam de forma significativa no Paraguai e Rio da Prata neste período. Convém mencionarmos que este processo envolvendo as rebeliões indígenas na esfera colonial era recorrente, segundo Meliá (1997) os primeiros registros de rebeliões indígenas no Paraguai datam de 1578 desencadeado em Guarambaré, região próxima a Assunção.

Segundo Barcelos (2000, p. 97) “o trabalho das ordens religiosas já havia se iniciado no século XVI. Porém, foi no século XVII que alcançou uma maior relevância. Este seria o século das missões religiosas”.

Apoiada pela *Bula Papal Regimini militantis Ecclesiae* de 1540,<sup>8</sup> a Companhia de Jesus intensificou o desenvolvimento de projetos de catecismo cristão em toda a extensão das colônias pertencentes a Portugal e Espanha na América.

A Companhia de Jesus se tornou aos poucos uma instituiçãode grande importância na região platina. A exploraçãoda mão de obra indígena para satisfazer os anseios portugueses e espanhóis, possibilitou uma abertura favorável para que essa instituiçãoreligiosa se instaurasse de forma efetiva nos limites da Bacia Platina.

Os missionários inicianos (jesuítas) enviados para atuar nas colônias da América em sua grande maioria tinham em torno de 30 anos de idade, possuíam conhecimentos técnicos que lhes permitiam cumprir suas funções numa missão como educadores, agricultores, médicos, pintores, metalúrgicos, etc. Melhor se possuíssem aptidão para música e conhecimentos de arquitetura e escultura. Antes de partirem eram preparados na prática dos “exercícios espirituais”, concebidos por Inácio de Loyola (BOGONI, 2008, p. 28).

---

<sup>8</sup> Bula papal promulgada pelo Papa Paulo III, em 27 de setembro de 1540, que deu a primeira aprovação à Companhia de Jesus, a bula estabeleceu as bases de atuação dos jesuítas. In: HERNANDEZ, P. *Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesus*. Barcelona, Gustavo Gili Editor, 1913.

As características de atuação dos jesuítas na bacia platina deixaram marcas significativas no panorama histórico dessa região que ainda hoje podem ser observadas. O desenvolvimento dessa instituição religiosa determinou a articulação e implantação posterior das Reduções e Missões Jesuítas na Bacia do Rio da Prata:

[...] os europeus tinham a impressão de que os índios viviam “sem Deus, sem lei, sem rei, sem pátria, sem república, sem razão”. O grande mérito dos jesuítas consistia na percepção da humanidade dos nativos da América. Foi ela que os incentivou a formação das Reduções Jesuíticas (VAINFAS, 2000, p. 327).

Exatamente por sua condição fronteiriça, a região platina serviu de palco a várias experiências reducionistas que visavam, por um lado, pacificar a população indígena e, por outro, estabelecer núcleos de povoamento para auxiliar no guarnecimento do território.

Com os conflitos gerados pela colonização e o escasseamento de mão de obra, inicialmente os jesuítas foram chamados para batizar e dar um atendimento religioso aos indígenas nas próprias aldeias, nas chamadas missões itinerantes. Entretanto, logo estas se tornaram inadequadas e a solução foi a organização dos índios a serem catequizados em povoações concentradas, autônomas distantes dos fazendeiros espanhóis, e só dependentes do rei. Sendo assim, ocorreu o estabelecimento das Missões Religiosas e a implantação da Reduções Jesuíticas (ZUSE, 2009, p. 32).

Os motivos que explicam o rápido crescimento das Reduções Jesuíticas na região da bacia do Rio da Prata são inúmeros, dentre eles a escolha estratégica e negociada do local de implantação dos núcleos missionários, além das circunstâncias históricas e a combinação de interesses locais, mas um fator deve ser considerado relevante nesse processo. Segundo Machado (1999, p. 22), “As Reduções Missionárias, estabelecidas na palavra de Deus por meio dos jesuítas, foi algo em favor da salvação física e espiritual dos indígenas, mas que teve como objetivo principal demarcar o território fronteiriço espanhol”.

Devemos frisar que o real objetivo da Coroa espanhola neste período, muito além de apoiar o desenvolvimento das Reduções Jesuíticas e dirimir os intensos conflitos desencadeados entre colonos espanhóis e os levantes indígenas, era ocupar as áreas entre os limites das Coroas, afim de deter o avanço e a expansão portuguesa.

Neste ponto convém mencionarmos que os jesuítas não foram os primeiros missionários a iniciar o processo de catecismo das sociedades indígenas da província do Paraguai e Rio da Prata. De acordo com Wilde (2009) o trabalho da Ordem dos franciscanos deve ser levado em consideração, pois foram os precursores da criação de “*pueblos*” que se utilizavam dos trabalhos indígenas em seus assentamentos. Foram os franciscanos que

desenvolveram os primeiros catecismos e vocabulários guarani, estes por sua vez foram utilizados significativamente pelos jesuítas posteriormente no contato com as populações indígenas.

A implantação das Reduções Jesuíticas no Guairá ganhou força e autonomia após a cédula do rei Felipe III em 1611, o que acabou gerando uma série de conflitos. Nos primeiros anos os jesuítas se enfrentaram com os espanhóis e *criollos*<sup>9</sup> das cidades próximas que pretendiam transformar as Missões em zonas de mão de obra para seus *yerbatales*, *tabacales* e *haciendas*, mas os missionários obtiveram o aval político e jurídico para evitar essas pretensões. Esse aval foi instituído pelas Ordenanzas de Alfaro (QUARLERÍ, 2009, p. 87).

De acordo com Melia (1997, p. 276):

Los jesuitas en el Paraguay se colocan en una posición radical contra la encomienda indígena que allí prevalecía, no sólo presionando moralmente con denuncias y jurídicamente procurando una nueva legislación a través del oidor Francisco de Alfaro, sino políticamente aprovechando la institución de la reducción como espacio de libertad para el indio frente al encomendero.

A questão preponderante nesse período é que ambos espanhóis e portugueses dependiam da mão de obra indígena, cada qual com suas particularidades, pois os espanhóis a utilizavam na *encomienda* e os portugueses no processo de exploração escravista que se tornou efetivo na colônia portuguesa, embora a legislação colonial portuguesa mascarasse a situação com a noção de trabalho assalariado aos indígenas.

Na busca por livrar-se desses processos exploratórios de mão de obra (*encomienda* e escravista), os indígenas aos poucos se aliaram à política de implantação das Reduções Jesuíticas. A subordinação a este aparato se tornou uma opção viável aos indígenas, mas que não os excluía de um intenso processo de exploração que também era articulado pelos jesuítas.

Os complexos missioneiros foram o resultado de um acordo de direitos e obrigações, entre os povos indígenas, jesuítas e o Rei espanhol, como parte de uma política de colonização.

A formação das Reduções jesuíticas surgirá diante de uma garantia de proteção real sobre as comunidades indígenas, afetadas pelas rivalidades interétnicas e pelas invasões escravistas portuguesas. E se tornaram um projeto alternativo para os caciques, que

---

<sup>9</sup> Na América espanhola, o termo “criollo” era usado para definir todos os nascidos nas colônias, negros ou brancos (DUQUE, 2016. p. 76).

vislumbraram possibilidades de status social e manutenção da vida nas comunidades indígenas, evitando assim a exploração indígena pela *encomienda* ou escravidão.

Os caciques de certa forma se viram cerceados a uma escolha complexa, onde quaisquer das escolhas determinaria mudanças profundas na dinâmica das sociedades indígenas Guarani, se aliar aos jesuítas era de fato uma alternativa viável naquele momento.

Devemos observar que o processo de contato dos jesuítas com os indígenas Guarani na província do Paraguai e Rio da Prata antes da formação das primeiras *reducciones* não se desenvolveu de uma forma fácil, como comentado anteriormente, as missões jesuíticas itinerantes não tiveram êxito nos domínios espanhóis. Os jesuítas então voltaram seus esforços a um novo sistema de contato e cristianização. Segundo Chiogna e Moura (2011, p. 69) “os jesuítas decidiram tentar uma nova forma de conversão ao cristianismo, que se dividia entre os atos de colonizar (civilizar aos moldes espanhóis) para depois cristianizar”.

Esse processo consistia em adentrar regiões ainda pouco desbravadas do território espanhol e convencer as lideranças indígenas a formar e viver com sua comunidade nas chamadas Reduções Jesuíticas. Esses núcleos populacionais eram um conjunto de vilas e povoados indígenas estruturados ao molde espanhol. Nelas os indígenas Guarani se submetiam ao controle e regramento estipulado pelo jesuíta responsável. De acordo com Caletti (2015, p. 64), “estas Reduções Jesuíticas surgiram com o intuito de facilitar a evangelização dos guaranis, o que romperia com a dispersão existente”.

O crescimento e autonomia das *reducciones* do Guairá desencadeados entre 1612 e 1622 podem ser explicados devido a uma série de fatores, para Monteiro (1994, p. 42):

Os jesuítas procuraram oferecer, através da reestruturação das sociedades indígenas, uma solução articulada para as questões da dominação e do trabalho indígena. De fato, apesar de nunca atingir plenamente suas metas, o projeto jesuítico logo tornou-se um dos sustentáculos da política indigenista.

Os Guarani, ao aderirem ao projeto missionário, submeteram-se a uma situação de assimilação de valores da cultura cristã, o que findou por determinar a colisão de interesses com os demais grupos da região e, em alguns casos, com a própria população colonial. (NEUMANN, 1996, p. 79).

O crescimento das missões jesuíticas do Guairá desencadeado após 1612, permitiu o crescimento de *haciendas* e vilas espanholas na região, assim como já vinha ocorrendo em diversos locais distantes da jurisdição governamental de Assunção, a distância desses núcleos colonizadores da capital política dificultava o atendimento jurídico, econômico e de proteção aos colonos espanhóis.



Fonte: Archivo General de Indias (Sevilla, Espanha) ES.41091.AGI//MP-BUENOS AIRES, 29.  
CONINCK. Juan Ramón. *Carta geográfica de las Prouinçias de la Gouernación del Río de la Plata, Tucumán, y Paraguay. Con parte de las confinantes, Chile, Perú, Santa Cruz, y Brasil*. Tamanho 43 x 59 cm, 1683.

Essas regiões eram administradas por um governador geral nomeado pela Coroa espanhola. No caso do Paraguai e Guairá a jurisdição ficava a cargo do Governador de Assunção, fixado na jurisdição do Paraguai, e no caso de Rio da Prata ficava ao encargo administrativo do governador de Buenos Aires.

## 1.2- Missões Jesuíticas do Guairá

Foi na fronteira leste dos domínios espanhóis da região platina que as Reduções Jesuíticas assumiram o papel de obstáculo ao avanço das Bandeiras paulistas. Essa região é compreendida em seu delineamento geográfico e missionário como Guairá, pertencente a *Gobernación* do Paraguai ou Rio da Prata, (fig. 03).

Ruy Diaz de Guzmán descreve essa região como uma área de difícil acesso e de grande concentração indígena<sup>10</sup>

Como mencionado anteriormente o Guairá já possuía núcleos de povoamento espanhol que se utilizavam da mão de obra indígena antes da chegada dos missionários.

Diaz de Guzmán menciona que:

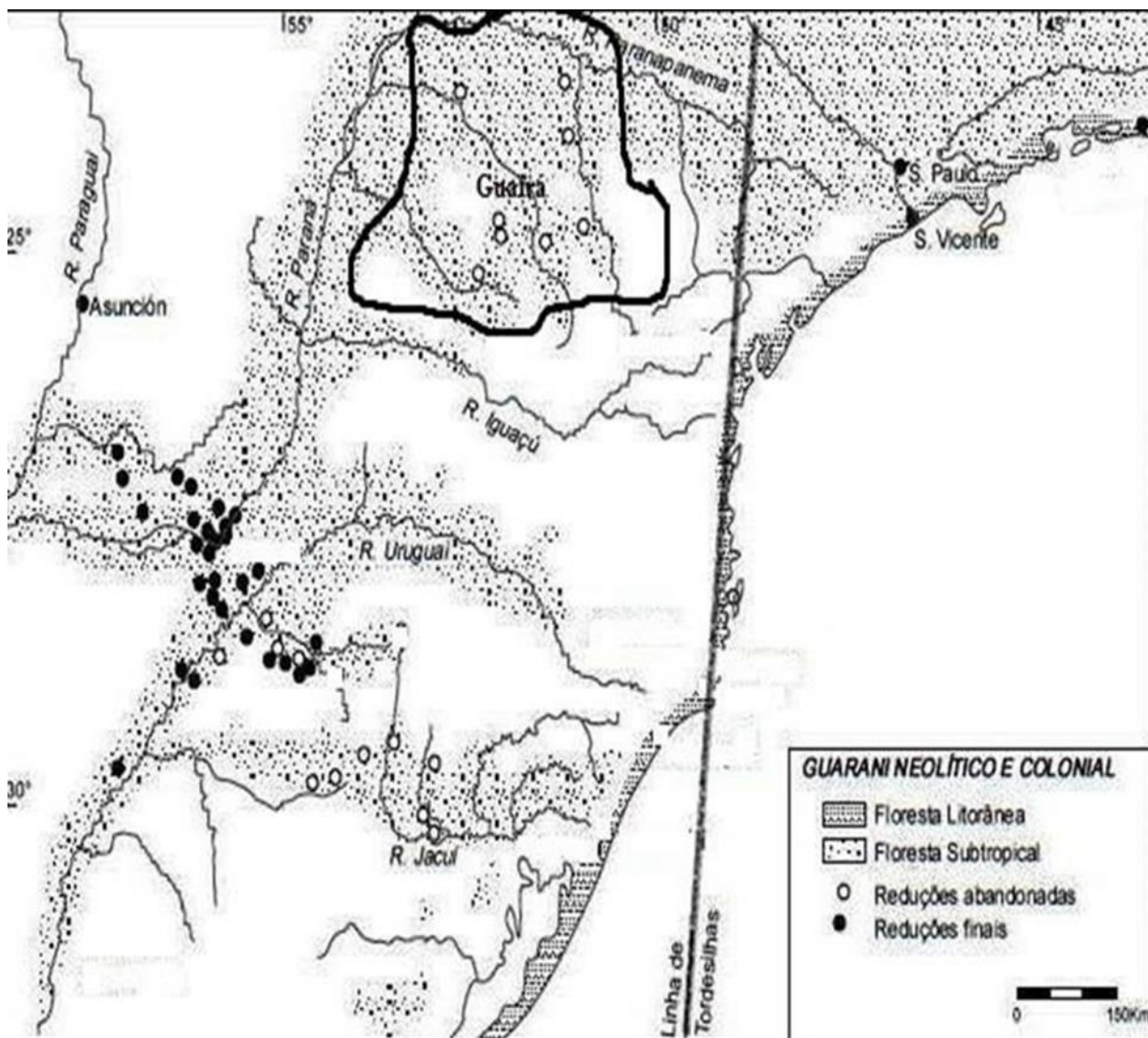
Doce leguas adelante entre dos ríos, el uno a mano derecha, que se dice Ubay, y el otro a la izquierda, llamado Muñey, que baja de la provincia de Jerez, de la cual y su población a su tiempo se hará mención. El otro viene de hacia el leste, donde está fundada 50 leguas por él adentro la villa del Espíritu Santo, en cuya jurisdicción y comarca hay más de 200 mil indios guaraníes poblados, así por ríos y montañas, como en los campos y pinales que corren hasta San Pablo, población del Brasil. Y corriendo el río arriba del Paraná hay otro muy caudaloso que viene de hacia el Brasil, llamado Paraná Pané, en el cual entran otros muchos, que todos ellos son muy poblados, en especial el que dicen Fibajuia, que contiene más de 100 mil indios poblados de esta nación. [...] Tres leguas arriba está fundada una

---

<sup>10</sup> Ruy Díaz de Guzmán, ou mesmo Ruy Díaz de Guzmán e Irala (1559-1629) foi um conquistador, burocrata e cronista criollo asunceno, que segundo registros foi o primeiro escritor nascido na *gobernación* do Paraguai e Rio da Prata. Destaca em seus escritos essa região como uma “Provincia que comúnmente se llama de Guairá, tomando del nombre de un cacique de aquella tierra”. In: TIEFFEMBERG. Silvia. Argentina: *Historia del descubrimiento y Conquista del Río de la Plata de Ruy Díaz de Guzmán*. Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, 2012.

ciudad, que llaman Puerto Real (GUZMÁN apud TIEFFEMBERG, 2012, p. 78).

**Figura 3 - Guairá**



Fonte: São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas.<sup>11</sup>

O Guairá inicialmente era apenas uma área de comunicação direta entre portugueses da costa com os castelhanos, posteriormente com o aumento da busca por riquezas minerais na província de Rio da Prata e Alto Peru os portugueses se utilizaram do Guairá como uma área de rotas alternativas para se explorar regiões distantes da costa portuguesa.

Diaz de Guzmán menciona que o imaginário português referente as inúmeras riquezas que haveriam de ser encontradas na província do Paraguai e Rio da Prata

<sup>11</sup> In: SCHMITZ. Pedro Ignácio. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, p, 174, 2006. As marcações do mapa são de nossa autoria.

eram inúmeras “Es cosa cierta haber en aquella tierra oro y plata, por lo que han visto algunos portugueses que han estado entre estos indios y por lo que se ha descubierto de minerales en aquel mismo tiempo” (GUZMÁN *apud* TIEFFEMBERG, 2012, p. 69), mas com a descoberta das minas de Potosí, no Alto Peru por volta de 1545, o foco dos portugueses se alteraram e a província do Paraguai e Rio da Prata assim com a região do Guairá se tornaram entre 1550 e 1605 basicamente uma área de rotas alternativas do comércio ilícito português com as minas do Alto Peru.

Essa perspectiva inicial se altera a partir de 1605, quando da necessidade de mão de obra indígena nos engenhos das capitânicas portuguesas. Os colonos portugueses então voltam seus olhares para o Guairá que era uma área de forte presença indígena neste período e com poucos núcleos coloniais espanhóis o que evitaria confrontos com os castelhanos.

O Guairá nunca foi muito próspero economicamente. A riqueza maior de toda a região era mesmo o indígena: as vastas populações Guarani que foram reduzidas e partilhadas entre os colonos, até a chegada dos jesuítas, a partir de 1609, que passaram a disputar estes mesmos índios através de suas reduções e missões religiosas; e dos bandeirantes de São Paulo, que assediavam continuamente a região, também desejosos por essa população Guarani (VILARDAGA, 2021, p. 13)

Devemos mencionar que alguns dos grupos indígenas presentes no Guairá dentre os quais, Guaicurus e Guaranis se rebelavam constantemente contra os colonos. Desde meados de 1563, as vilas e *haciendas* da *Gobernacion* do Paraguai e Rio da Prata já vinham sofrendo com intensos levantes indígenas. Não devemos nos abster de mencionar que a aceitação por parte da Coroa espanhola da presença e atuação jesuítica no Guairá também se deve a esta necessidade em especial, apaziguar os ânimos indígenas que vinham ocorrendo nesse período. Segundo Schallenberger (1997, p. 50) a “estratégia de dominação pacífica veio de encontro à política de *Hernandarias*, voltada a eliminar os conflitos e promover o efetivo povoamento”.

A partir de 1609, O Guairá se tornou para os jesuítas uma região estratégica de fundamental importância para a implantação das missões jesuíticas pois, apesar de ser uma região distante da cidade de Assunção era uma área de abundância de frutos e alimentos, além de sua forte presença indígena.



De acordo com os escritos de Ruiz de Montoya (1614, f. 152),<sup>12</sup> o Guairá possuía:

Clima cálido, lo cual, unido a la humedad, hace que abunden los frutos de la tierra y no menos las enfermedades; una misma es la causa de su fertilidad y de las fiebres que dominan en ella. Allí se propagan mejor las serpientes y las fieras que los hombres [...] de rios caudalosos donde han tenido excesivos trabajos por ser tierra aspera enferma, y no aver cabalgaduras en que poder andar y de ordinario con gran riesgo de perder las vidas.

Um fator importante a ser mencionado é a grande diversidade étnica e cultural indígena presente nesta região, Haubert (1990, p. 14) assevera que os guaranis, “cujo domínio se estendia da margem do rio Paraguai e da capital, Assunção, à fronteira das possessões portuguesas e espanholas, formavam um conjunto de tribos belicosas, com frequência em guerra entre si, praticavam o canibalismo ritual e a poligamia”.

Segundo dados de Melià (1989, p.12), as primeiras incursões de jesuítas no interior da frente missionária do Guairá ocorreram em meados de 1609. E o primeiro designado foi o padre jesuíta Diego de Torres Bollo, que chegou à região de Rio da Prata em 1607. Neste momento é relevante observar que “Desde un primer momento, el proceso de conversión presentó dilemas de orden político, jurídico, religioso y moral, exigiendo a los jesuitas una adaptación de la doctrina, y a los indígenas una resignificación de sus tradiciones socioculturales” (WILDE, 2009, p. 123).

Esses dilemas sociais moldaram e reconfiguraram a dinâmica destas sociedades indígenas as impondo um processo de ressignificação de seus sistemas socioculturais

### **1.3- Fronteira Aberta e Colonialismos Rivals**

A Frente Missionária do Guairá marca as primeiras missões Jesuítico-Guarani instaladas sobre o Rio Paraná a partir do Colégio de Assunção. Elas nasceram a partir de solicitações dos colonos espanhóis que requisitavam aos jesuítas o atendimento das aldeias indígenas a serem encomendadas, isto propiciaria uma relação amistosa entre colonos e

---

<sup>12</sup> Ruiz de Montoya foi um jesuíta de grande importância por sua atuação e produção intelectual durante sua permanência nas Reduções Jesuíticas do Guairá. Nascido em 13 de junho de 1585, em Ciudad de Los Reyes, capital do vice-reino do Peru, ainda jovem sofreu com a perda prematura dos pais, o que o impulsionou a ingressar na ordem religiosa. Entrou no noviciado em 1606 e com pouco tempo se juntou aos serviços religiosos da Companhia de Jesus na Província do Paraguai e Rio da Prata. In: NEUMANN, Eduardo. *O trabalho Guarani Missionário no Rio da Prata colonial, 1640- 1750*. Porto Alegre, Ed. Martins Livreiro, 1996.

indígenas que frequentemente se rebelavam nas *haciendas* espanholas (ZUSE, 2009, p. 17). Devemos considerar que as *reducciones* surgiram deste intuito inicial que visava facilitar a evangelização indígena, para os colonos este processo romperia com a dispersão existente na região.

Porém todo este processo inicial de evangelização indígena se acentuou gradativamente no Guairá, o que culminou com a implantação de Reduções Jesuíticas pelos missionários a partir de 1609. De certa forma a implantação de núcleos populacionais na região não agradou a maioria dos colonos espanhóis, que previam a perda da mão de obra indígena que era utilizada pelas *haciendas*, mas este fator não impediu a implantação das mesmas, que haviam adquirido o aval da *gobernación* do Paraguai e Rio da Prata.

Aos padres de origem italiana, José Cataldino e Simão Masseta coube a implantação das primeiras *reducciones* nesta região, em poucos anos, com a chegada de outros missionários, entre os quais Antonio Ruiz de Montoya. Ao todo treze reduções foram implantadas na região guairena, aglomerando mais de uma centena de milhares de ameríndios (BOGONI, 2008, p. 12).

Alguns elementos favoreceram o rápido crescimento das Reduções no Guairá, o principal deles era a garantia de proteção real e jurídica dos indígenas diante dos abusos cometidos pelos colonos espanhóis e portugueses, além das alianças que se construíam entre caciques e jesuítas no cotidiano das missões (QUARLERÍ, 2009).

Os primeiros relatos em documentos coloniais sobre a fundação das Reduções do Guairá utilizados nesta pesquisa datam de 1614, a maioria deles escritos por missionários. A catequização indígena, os desafios do processo de evangelização jesuítica e a defesa das *reducciones* contra as investidas portuguesas são as principais questões apontadas nos documentos.<sup>13</sup>

Desde el año de 1610 han estado allí dos padres que comenzaron a hacer aquellas Reduções, y desde el año de doce en que fueron outros dos avernos estado quatro saçerdotes lenguas y predicamos, catequizandos en la lengua, y administramos el oficio de curas en dos doctrinas o rreducciones que cada una tiene dos pueblos que estãn en frente rrio en medio, dos de la una vanda, y dos de la otra en que avra más de mil y quinientos indios de tributo, rreducidos, y enseñados, y baptisados por los dichos quatro padres defendiéndolos de portugueses y malocas y sacándolos de los montes para que se conserben en la fee y doctrina. (MONTTOYA, 1628, f. 431).

---

<sup>13</sup> As citações dos manuscritos utilizados nesta pesquisa seguem um padrão de transcrição de nossa autoria, por vezes sendo utilizado a forma de transcrição literal modificada.

Antonio Ruiz de Montoya atuou no importante processo de desenvolvimento das Reduções no Guairá e nas províncias do Paraguai e Rio da Prata. Nossa pesquisa analisa vários documentos produzidos por ele durante sua permanência na região. De acordo com Tormo Sanz; Román Blanco (1989, p.82) após um período de cinco anos em Tacumbú nas vilas próximas de Assunção, Ruiz de Montoya é enviado para atuar no Guairá em 1612, lugar ao qual permaneceu até 1629.

Ele trabalhou ao lado de dois outros jesuítas, Jose Cataldini e Simón Masseta, na formação das Reduções do Guairá. Podemos observar nos escritos do missionário a hostilidade dos colonos tanto das vilas e *haciendas* espanholas como das entradas portuguesas “Y hoy nos encontramos entre dos fuegos: los vecinos de San Pablo que quieren llevar indios a trabajar en sus minas y los de aquí y Villa Rica que desean les labren sus chacras” (MONTROYA, 1614, f. 148).

Ruiz Montoya, tinha um amplo conhecimento das leis promulgadas pela Coroa espanhola, fato este que o ajudou a legitimar seus projetos de expansão das missões no guairenhas. O aparato jurídico criado em defesa dos indígenas, tanto pelas “*Leyes Nuevas*”, como pelas “*Ordenanzas de Alfaro*” permitiram às *reducciones* com o passar dos anos ganharem força e se desenvolverem rapidamente.

As Reduções Jesuíticas do Guairá vivenciaram entre os anos de 1615 e 1622, um período de calma, não se produziram controvérsias acentuadas tampouco enfrentamentos com os colonos espanhóis e portugueses de São Paulo. Ruiz de Montoya buscou aproveitar-se momentaneamente deste fator e fundar novos empreendimentos missioneiros com a ajuda dos padres que o auxiliavam, Cataldini e Simón Masseta.

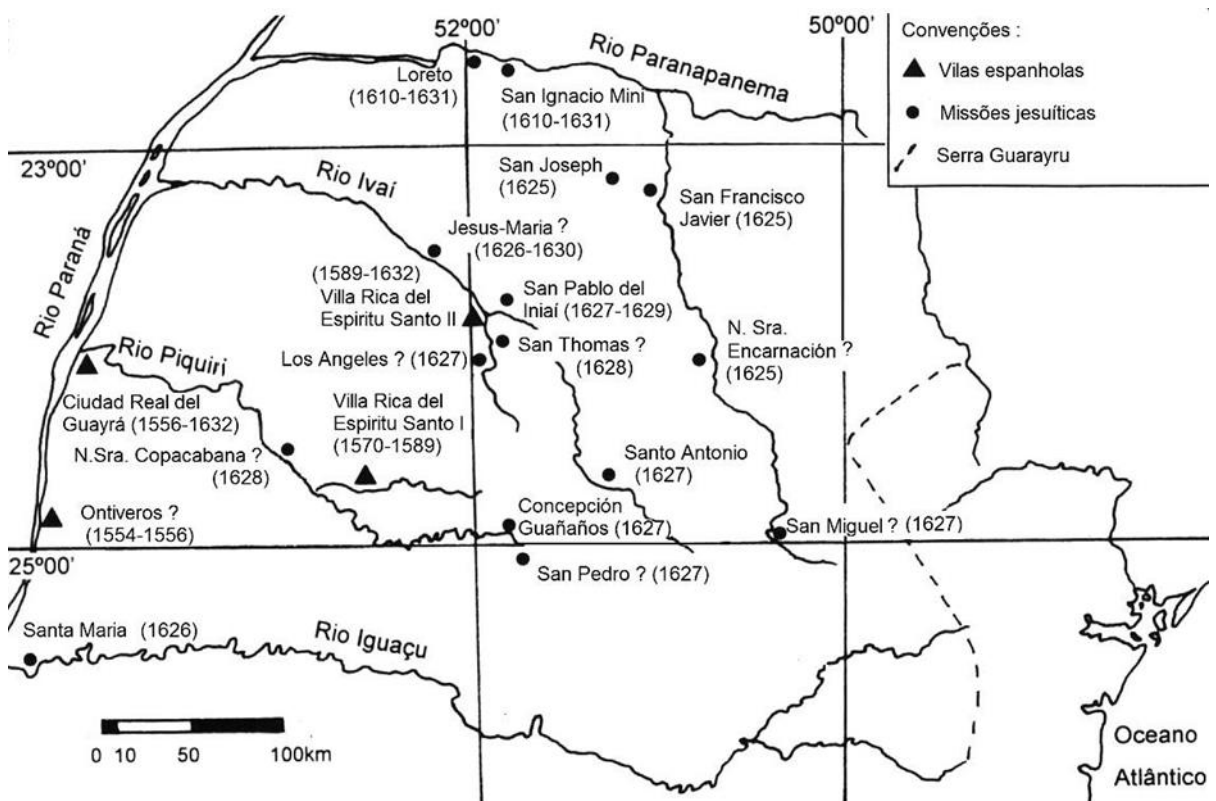
Na recopilação de uma carta de Ruiz de Montoya de 1616, analisada por Tormo e Blanco (1989), podemos observar a consolidação e fundação da Redução Jesuítica de Nossa Senhora de Loreto neste momento de tranquilidade que pairava sobre as missões do Guairá.

Ahora que se encontraban libres de toda perturbación y miedo de invasiones enemigas decidió aprovechar la paz para levantar el templo de su pueblo y cubrirlo de tejas ... no habiendo sido discípulo, ni aprendiz de albañil, hizo de maestro de obras, enseñando a los indios a cortar madera, a levantar pilares, amasar barro, cocer tejas y sus alumnos salieron tan diestros como si hubiesen aprendido aquellas artes de consumados artesanos. A continuación del templo levantaron la escuela. colegio e iglesia iban a absorber su principal actividad en este período (MONTROYA apud TORMO e BLANCO 1989, p. 167).

Foram fixadas treze importantes Reduções Jesuíticas no altiplano Guairenho, principalmente entre os anos de 1615 e 1621. No plano geográfico abaixo (fig. 4), constatamos como a expansão destes projetos catequéticos permitiram o crescimento da colonização espanhola nesta região. Os povoados de Vila Rica del Espiritu Santu, Ciudad Real del Guayra e Ontiveros foram as vilas espanholas que mais se beneficiaram com a fundação das *reducciones* nas primeiras décadas do século XVII.

Entre os rios Paranapanema e Tibagi foram fundados os núcleos missionários de Nossa Senhora de Loreto de Pirapó, San Ignacio Mini I, San Francisco Xavier e Nuestra Señora de la Encarnación, San José e San Miguel. Já nas margens dos rios Ivai e Piquiri se fundaram respectivamente as reducciones de Sete Arcanjos, San Pablo del Ivai, San Pedro de los Piñares e Nuestra Señora de la Concepción, os últimos núcleos indígenas do Guairá se fundaram em 1628, Santo Tomé e Jesus Maria de Guaraverá.

**Figura 4 –** *Provincia del Guairá e vilas espanholas, séculos XVI e início do XVII*



Fonte: Parellada, C. I. (1997, p.10)

Como comentado anteriormente o Guairá viveu seu ápice de crescimento reducional entre os anos de 1615 e 1622, de fato os problemas com os espanhóis diminuiriam consideravelmente neste período, mas a ameaça dos avanços paulistas se tornava cada dia mais latente.

Convém esclarecermos neste ponto os fatores que impulsionaram as bandeiras paulistas a adentrar os limites da Coroa espanhola neste período.

De acordo com Soster (2014, p. 29), “A proximidade da região do Guaíra com São Paulo facilitava as constantes investidas dos bandeirantes paulistas em busca de minérios e de indígenas para escravização”, mas a questão geográfica e a busca por riquezas minerais não eram os únicos motivos que impulsionavam as entradas paulistas.

Volpato (1985, p. 45) argumenta que:

O movimento bandeirantista surgiu da necessidade de mão de obra dos habitantes do planalto piratiningano. Sem condições de importar os escravos africanos que o comércio europeu lhes colocava à disposição nos portos coloniais, utilizavam a força de trabalho indígena. As condições específicas da sociedade do planalto não lhes permitiam consumir um dos mais caros e mais absorvidos produtos, mercantilizado pela exploração do comércio colonial, o escravo africano.

Os paulistas articularam a captura de indígenas tanto nos sertões da colônia portuguesa como nos limites pertencentes à Coroa espanhola, ambos no mesmo período. Este processo deve ser compreendido sob aspectos econômicos, pois os colonos paulistas necessitavam da mão de obra para o trabalho, mas não dispunham de recursos favoráveis para a aquisição de escravos africanos.

Holanda (1986, p. 26) descreve esses colonos paulistas como:

Apartados das grandes linhas naturais de comunicação com o reino e sem condições para desenvolver de imediato um tipo de economia extrovertida, que torne compensadora a introdução de africanos, devem contentar-se com as possibilidades mais modestas que proporciona o nativo, “negro” da terra como sem malícia costumam dizer, e é para ir buscá-lo que correm o sertão. Foi antes de tudo a vontade de corrigir os efeitos da carência de mão de obra para a faina rural o que fomentou muitos episódios próprios da sociedade do planalto.<sup>14</sup>

O alto valor do negro no mercado colonial levava os colonos portugueses a buscar alternativas aos seus projetos coloniais. Ribeiro (1995, p. 100) enfatiza que “custando

---

<sup>14</sup> Nessa referência de Holanda, podemos observar a expressão “negro da terra”, utilizada para designar o indígena nativo da colônia portuguesa. Essa designação mais tarde será lapidada na obra. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, de John Monteiro (2000), sendo está uma das principais fontes historiográficas que discutem o papel do indígena na formação de São Paulo. In: CANABRAVA. A. P. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Ed. Itatiaia, São Paulo, 1984.

uma quinta parte do preço de um negro importado, o índio cativo se converteu no escravo dos pobres, numa sociedade em que os europeus deixaram de fazer qualquer trabalho manual. Toda tarefa cansativa, fora do eixo privilegiado da economia de exportação, que cabia aos negros, recaía sobre o índio”.

Estes fatores desencadearam uma busca constante por indígenas capturados ou como descrito nos documentos coloniais “apresados” pelos paulistas.

Pacheco Neto (2015) argumenta que a principal motivação para as expedições de apresamento, era de fato a figura do indígena, sendo este um importante ator histórico de São Paulo nos dois primeiros séculos da colonização.

O homem natural da terra, arrancado das matas pelos colonos apresadores, constituiu uma densa e massiva força de trabalho que, indubitavelmente, atuou não apenas nas roças de seus captores ou proprietários, mas também na manutenção dos espaços públicos da vila de São Paulo, tapando buracos nas ruas, carpindo o largo da igreja, ornamentando as vias que se situavam no trajeto das procissões, consertando pontes de uso coletivo e limpando as adjacências das fontes d’água que abasteciam a população (NETO, 2015, p. 7).

Monteiro (1992, p. 108) que analisou as formas específicas de apresamento desenvolvidas pelas bandeiras paulistas argumenta que inicialmente elas privilegiavam a composição de expedições de grande porte, posteriormente “com organização e disciplina militares estas as expedições assolaram as missões jesuíticas do Guairá e Tape transferindo dezenas de milhares de índios guarani para os sítios e fazendas dos paulistas”.

Devemos salientar que os portugueses de São Paulo atuavam sob o arripio da lei, diversos capitães e ouvidores da Capitania de São Paulo foram destituídos de seu poder devido a série de solicitações que realizavam junto a estas companhias, contrariando desta forma o regimento formal aplicado pelo governador geral do Brasil.

Um exemplo deste processo de destituição foi a quebra da hierarquia do capitão-mor da capitania paulista, Paulo da Rocha e Sequeira que governou entre (1614 e 1615), foi afastado devido a série de solicitações que realizou junto às bandeiras, para que fizessem entradas tanto nos sertões da colônia portuguesa como nos limites da Coroa espanhola. As Actas da Câmara de São Paulo de 1616 nos dão um parecer geral deste processo.

Gaspar de Souza do conselho de sua Majestade [...] governador e capitão geral deste estado do Brasil e faço saber aos que esta minha provisão virem que eu encarreguei a Paulo da Rocha de Siqueira nos seus encargos [...] por entender de sua pessoa que serviria como convinha ao serviço de sua Majestade e bem daquela capitania [...] hora sou informado que dito capitão

procedia contra o regimento e ordens que lhe dei, mandando fazer entradas ao sertão e dando guerra ao gentio [...] tendo eu mandado proibir por provisão minha particular [...] convém prover-se de novo os ditos cargos com pessoa que os sirva como cumpre ao serviço (ACTAS DA CÂMARA, 1616, p. 379).<sup>15</sup>

A quebra de regimentos gerais era uma prática corriqueira utilizada pelas elites governamentais da colônia portuguesa, já nos limites da Coroa espanhola podemos perceber que os colonos também se utilizavam de artifícios políticos e amparos legais que pudessem auxiliá-los no processo de *encomienda* indígena.

De certa forma os governadores das jurisdições do Paraguai e Rio da Prata assim como os do planalto paulista se viam divididos entre as necessidades dos colonos locais e os regimentos imperiais.

Quanto às invasões paulistas no Guairá, podemos observar nos escritos de Ruiz de Montoya que não havia interesse das autoridades espanholas em fazer cumprir os amparos legais de proteção aos indígenas presentes nas missões catequéticas, após 1622 este fator abriu caminho para inúmeros saques e destruição das *reducciones* guairenhas.

San Pablo han hecho cautivando muchos indios, y matando otros, y algunos religiosos de la dicha compañía por querer ampararlos y defenderlos, [...] pues resulta el llevarlos cautivos así los dichos indios gentiles, para venderlos en el Brasil para los ingenios de asucar a cuya causa ha todo en grande disminución por estar las dichas rreducciones más de cien leguas de la ciudad de la asumpcion cavesa de la governacion del Paraguay de donde es ymposible el tener ningún socorro para su defensa (MONTROYA, 1628, f. 441).

É no contexto das invasões portuguesas aos limites territoriais da Coroa espanhola de 1622 a 1631 que as pretensões de formação de defesa armada indígena para a proteção das Reduções Jesuíticas começam a ganhar força, devido à grande destruição causada pelas inserções paulistas.

[...] cuando las prácticas de las banderas paulistas alcanzaron gran intensidad. La intranquilidad y el desasosiego se vieron incrementados, en aquellos años, pero esta inquietante situación no tuvo una respuesta comprometida y clara desde el lado de la Corona española; por el contrario, prevalecieron los vaivenes políticos y la ausencia de medidas que garantizasen el sostenimiento financiero y la organización de la defensa militar. (QUARLERI, 2009, p. 81).

---

<sup>15</sup> Gaspar de Souza foi governador e capitão geral do Brasil de 1613 a 1617. Foi nomeado para o cargo de governador-geral, por Felipe II (III de Espanha). Empenhou-se em ocupar e explorar como forma de defesa militar do território, avançando na conquista do litoral da colônia portuguesa. In: CANABRAVA, A. P. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Ed. Itatiaia, São Paulo, 1984.

Essa falta de comprometimento da Coroa espanhola perante os anseios missionários somada à série de investidas dos portugueses de São Paulo aliados aos mamelucos no Guairá,<sup>16</sup> gerou o movimento conhecido como “A Grande Fuga” ou êxodo guaireño, devido ao grande contingente indígena Guarani que se trasladou a outras regiões da província do Paraguai e Rio da Prata.<sup>17</sup>

De acordo com Vilardaga (2010, p. 200):

Na leitura retrospectiva da expansão das fronteiras da América portuguesa, São Paulo foi considerada sempre uma peça ofensiva contra o mundo espanhol em eterna defensiva, preocupado, confuso e impotente para barrar o inexorável avanço dos valentes e indômitos “mamelucos de São Paulo”.

De fato, o êxodo guaireño foi resultado de uma investida incisiva e violenta dos portugueses de São Paulo, que determinou umas das maiores migrações indígenas relatadas nos documentos coloniais da América espanhola. Esse deslocamento indígena junto aos missionários, se dirigiu para uma área de planícies entre os rios Paraná e Uruguai ao sul da *gubernación* do Paraguai e a noroeste de jurisdição de Buenos Aires, região está descrita posteriormente nos documentos como “Mesopotâmia Argentina”.

Um elemento importante a se ressaltar é que juntamente com as Reduções Jesuíticas guaireñas as vilas espanholas de Ontiveros, Villa Rica del Espiritu Santu e Ciudad Real de Guayra também foram aos poucos sendo destruídas pelos ataques paulistas. Mas devemos dividir largamente a responsabilidade sobre a destruição destas vilas e dos complexos missioneiros do Guairá, pois os colonos espanhóis em um primeiro momento aceitaram a presença dos paulistas em território espanhol.

O missionário Torres Bollo em um trecho de sua carta de (1631, f. 371) onde menciona o processo de exploração sofrida pelos indígenas em Maracayu argumenta que “españoles y encomenderos, parte de los cuales son portugueses, no solo no los defendido de los de Sant Pablo pero les consienten entrar y cautivar los indios por rescates que les traen y dejan pasar a muchos al Piru que vienen por San Pablo y el mayor riesgo que tienen aquellos índios”.

---

<sup>16</sup> Mamelucos: eram mestiços de origem branca com indígena, hábeis guerreiros que auxiliavam em sua maioria os portugueses de São Paulo, em suas investidas e saque. In: GUEDES, Roberto e GODOY, Silvana. Mamelucos (São Paulo y São Vicente, siglos XVI y XVII), Revista *Historia y Justicia*, 2020.

<sup>17</sup> Processo de migração indígena das Missões Jesuíticas do Guairá para regiões mais ao sul da província do Paraguai e Rio da Prata, descrita como Mesopotâmia Argentina. In: ARRÓSPIDE, José. *Antonio Ruiz de Montoya y las reducciones del Paraguay*. Centro de Estudios Paraguayos, Assunção, 1997.



De fato, as relações produzidas entre paulistas e os colonos espanhóis foram partes constituintes de uma sociedade colonial formada por redes de cumplicidade ao qual estavam inseridos.

Analisando os escritos de Bollo, podemos perceber que os portugueses de São Paulo realizavam pagamentos aos colonos espanhóis pela captura dos indígenas nos limites da Coroa espanhola, inicialmente este artifício econômico se produziu favorável aos colonos guairenhos, mas posteriormente com o crescimento desordenado das entradas e a destruição que elas causavam os colonos acabaram se vendo encurralados sem condições de combatê-las. Fato este que culminou com a destruição das vilas e *reducciones* na região que atingiram seu ápice entre os anos de 1629 a 1632.

#### **1.4 – Invasões Paulistas e Êxodo Guaireño**

O desagrado de Ruiz de Montoya com as entradas paulistas sempre foi descrito de forma enfática e notória em seus documentos, em um trecho de sua carta de 1628 descreve que:

Eran ya doce las reducciones fundadas, y si los portugueses de San Pablo no lo hubieran estorbado, se fundaron en breves años otras muchas porque el numeroso gentío que había en estas provincias estaba muy dispuesto a recibir la fe y sujetarse a Su Majestad (MONTROYA, 1628, f. 476).

Quanto ao êxodo guaireño ocorrido em 1631, devemos refletir largamente sobre os motivos que levaram indígenas e jesuítas a migrarem para a “mesopotâmia Argentina”, pois desde 1623 Ruiz de Montoya já acionava as *governaciones* de Assunção e Buenos Aires em busca de uma legitimação de defesa das Reduções indígenas assim como das vilas espanholas pois estas também eram assoladas. O missionário buscou evidenciar aos governadores a real necessidade de defesa dessa região, denunciando os crimes que eram cometidos pelas bandeirantes, mas isso não trouxe grandes mudanças. Pois o pequeno contingente de militares espanhóis distribuídos na extensão das jurisdições espanholas não era suficiente para conter as invasões que ocorriam na colônia.

A própria distância dos núcleos de povoamento espanhol não favorecia o deslocamento de tropas para a região guaireña. De acordo com Haubert (1990, p. 40) “Os militares de carreira eram um pequeno número mal pagos, e em sua grande maioria,

acantonados em Buenos Aires ou em Montevideu”. Já quanto às milícias espanholas formadas pela população colonial da província, podemos argumentar que eram compostas em sua grande maioria por “pobres brancos”, que se arriscavam a perder tudo ao menor ataque lusitano ou indígena hostil sob as vilas espanholas. Analisaremos este processo de forma detalhada no capítulo 2.

Devido ao baixo contingente militar espanhol, Ruiz de Montoya passa a desacreditar das instâncias governamentais de Assunção e Buenos Aires. “Inútil nos detenemos a relatar los crímenes y barbaridades innominables perpetrados por los bandeirantes contra los indios esclavizados y hasta contra los propios Padres Maceta y Mansilla” (MONTROYA, 1643, f. 419).

Como superior responsável pelas Reduções do Guairá e percebendo a necessidade de rebelar contra as entradas paulistas, Ruiz de Montoya articula uma proposta de defesa armada nas *reducciones*. Ele pretendia a formação de uma milícia indígena tutelada pelos jesuítas que fosse treinada sob orientação e molde militar europeu.

A pressão imposta pela série de invasões paulistas fez com que Montoya iniciasse um processo burocrático de solicitações ao monarca espanhol, Felipe III, para que fosse permitido armar aos indígenas Guarani das *reducciones*.

Antes mesmo que as armas de fogo fossem liberadas aos indígenas, a destruição das Reduções do Guairá se fazia iminente. As entradas paulistas de 1628 comandadas pelo Bandeirante Raposo Tavares assolaram quase todas, restando somente as de Loreto e San Ignacio. Fez-se necessária a emigração do contingente indígena para regiões mais seguras, distantes da fronteira portuguesa, como mencionado no item 1.3.

Destruídos oito dos povos do Guairá, os restantes, Loreto e Santo Inácio, tinham os dias contados. Em meados de 1631, na época o Superior das Missões, Montoya convocou os padres para analisar o estado de coisas. Todos coincidiram em que era preciso transmigrar a uma região mais segura. E, assim, tanto os índios dos dois povoados sobreviventes como as de outras oito reduções devastadas, que se haviam refugiado nas montanhas (BOGONI, 2008, p. 36).

Durante as incursões paulistas nesse período eram tantos os mortos indígenas que não se podiam enterrá-los, sendo que os jesuítas eram corriqueiramente maltratados por parte dos paulistas que viam nos sacerdotes um perigo ante as autoridades portuguesas (ARRÓSPIDE, 1997, p. 252).

Y con espadas, machetes y alfanjes derribaban cabezas, tronchaban brazos, dejarretaban piernas, atravesaban cuerpos, matando con la más bárbara fiereza que el mundo vió jamás, á los que huyendo del fuego encontraban con sus alfanjes. Más qué tigre no rehusara de ensangrentar sus uñas en

aquellos infantes tiernos, que seguros parecian estar asidos á los pechos de sus madres. (MONTROYA, 1631, f. 483).

As investidas paulistas consumaram aos poucos a desestruturação das Reduções Jesuíticas do Guairá. A violência e a destruição praticada por elas não deixavam outra opção aos sacerdotes se não fosse a fuga. Os olhares jesuítas então se voltaram para as regiões mais ao sul da província onde pudessem transmigrar o grande contingente indígena.

Como solução para escapar da escravidão e da morte, vinda com as invasões paulistas, jesuítas e indígenas fugiram para a região mesopotâmica argentina (fig. 5) localizada entre as jurisdições do Paraguai e Rio da Prata, essa região era vista como uma área distante dos limites com a fronteira colonial portuguesa e dos ataques paulistas.

Cabe ressaltarmos que houve no ano de 1631 o êxodo guairenho e entre 1638 e 1639 o êxodo tapeano, duas grandes fugas missioneiras face às investidas paulistas (CHIOGNA e MOURA, 2011, p. 63). Analisaremos o primeiro destes processos e seus desdobramentos posteriores.

As Reduções Jesuíticas eram estruturas que estavam diretamente ligadas a *Gobernaciones* de Assunção e Buenos Aires, o local de implantação das mesmas levava em consideração as afirmações positivas que partiam dessas jurisdições governamentais, a fuga indígena do Guairá por ter ocorrida de forma emergencial não teve o aval das *governaciones*, o que acarretou em grandes transtornos a Ruiz de Montoya e Simón Masseta jesuítas responsáveis pelas Reduções nesse período (ARTIGAS, 2001, p. 49-50).

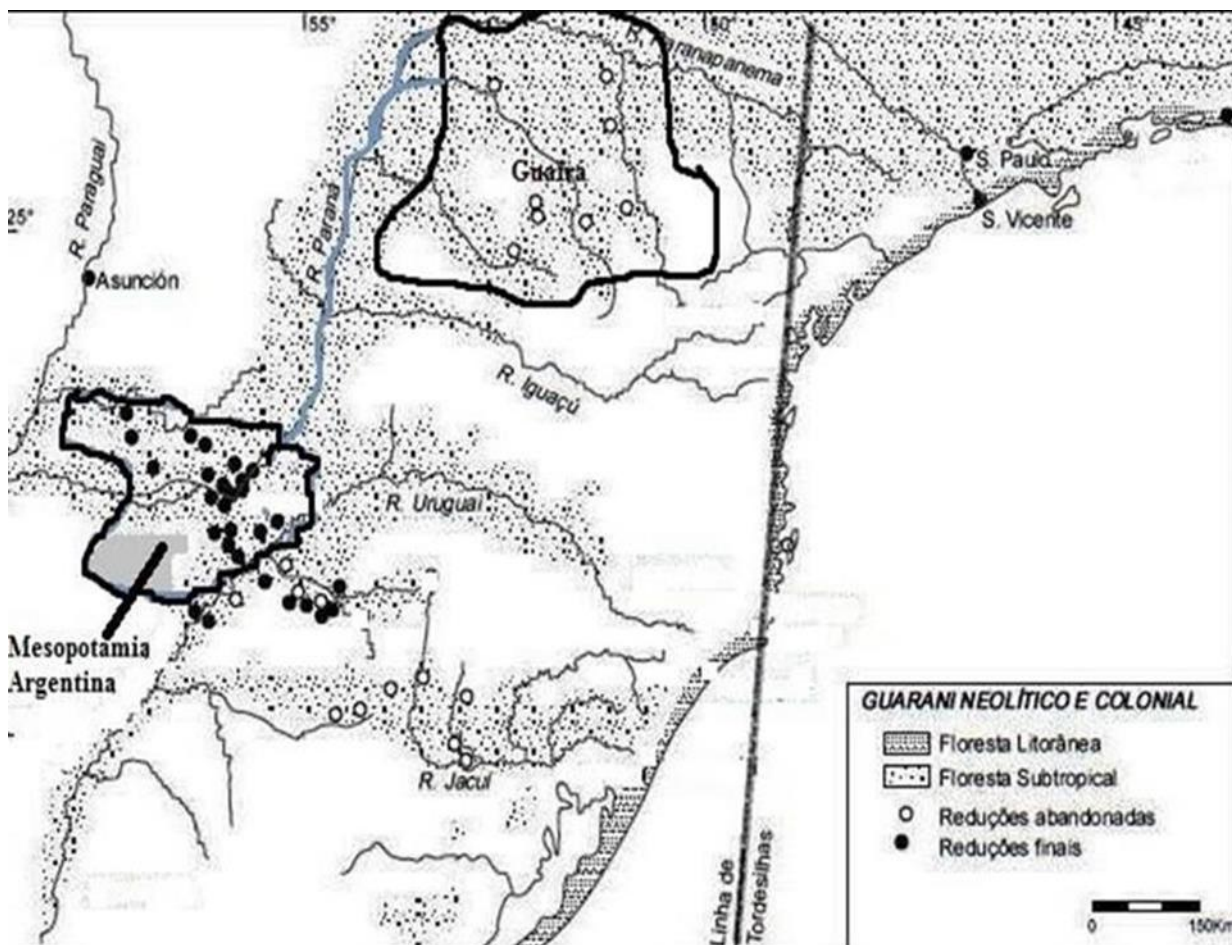
Montoya y los seis Padres que le acompañaban, mandaron luego a los selvícolas construir jangadas y canoas para bajar en ellas el Paranapanema y seguir luego Paraná abajo, pues los paulistas estaban ya de vuelta. Todos los míseros enseres de las dos reducciones fueron llevados para la orilla del río. Con ellos fueron también para la orilla del río, viejos y mozos, hombres y mujeres, niños y niñas. No quedó viva- alma en las dos aldeas. Hasta que los cuerpos de tres misioneros fueron desenterrados y llevados por los retirantes. (TORMO e BLANCO, 1989, p. 215).

De acordo com Ruiz Montoya:

Era lástima desamparar iglesias tan hermosas, que tanto nos habían costado de fabricar y embellecer, y que si en riqueza no, por lo menos en aliño, limpieza, desahogo y curiosidad, podían competir con muchas de los colegios de Europa, ponía espanto ver por toda aquella playa ocupados indios en hacer balsas [...] El ruido de las herramientas, la priesa y confusión daban demostraciones de acercarse ya el juicio.[...] se dió la señal para la partida y todos, con lágrimas en los ojos dieron el último adiós a su querida patria . (MONTROYA, 1635, f. 487).

O Guairá havia sido deixado pra trás, mas não as pretensões evangelizadoras dos padres jesuítas, a fixação e o desenvolvimento de novas *reducciones* agora na Mesopotâmia Argentina permitiram a Ruiz de Montoya dar continuidade ao projeto de catecismo, traçando novas perspectivas além da continuidade das ações missioneiras não se rendendo às investidas que ocorreram nas estâncias guairenhas.

**Figura 5** – Mesopotâmia Argentina



Fonte: São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas.<sup>18</sup>

Com frequência os historiadores hispano-americanos, e, em especial, os platinos lançam sobre os bandeirantes paulistas a culpa exclusiva da destruição das missões do Guairá. É aconselhável refletir sobre essas responsabilidades e dividi-las entre os portugueses de São Paulo e os espanhóis do Guairá, como comentado anteriormente no item 1.3, os colonos espanhóis também têm responsabilidade sobre a destruição das Reduções indígenas e das vilas e *haciendas* do Guairá.

<sup>18</sup> In: SCHMITZ. Pedro Ignácio. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*. Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, p, 174, 2006. As marcações do mapa são de nossa autoria.

## **CAPÍTULO 2 - REGISTROS E DISCURSOS**

A mudança de postura jesuítica diante das invasões paulistas que ocorreram no Guairá desencadeou a real necessidade de formação da milícia Indígena Guarani em Rio da Prata, proposta esta que já havia sido enviada ao monarca Felipe III por Ruiz Montoya em 1629.

A proposta dessas milícias nesse período ganha notoriedade e ciente da real necessidade e urgência em se armar aos indígenas, Ruiz de Montoya enquanto superior da Ordem nas Reduções, viaja em 1637 a Espanha no intuito de consolidar suas pretensões perante o rei espanhol, agora com Felipe IV. O diálogo direto com os conselheiros no Conselho de Índias e posteriormente o rei agilizará a aprovação das milícias, o que era de fundamental importância, já que a reinstalação jesuítica na mesopotâmia Argentina poderia sofrer em breve com novas investidas paulistas, assim como ocorreram no Guairá.

As Milícias Guarani surgem neste turbulento processo de concessão jurídica com a Coroa e diante dos ataques paulistas, fator este que exigiu alianças, negociações e respaldo dos governadores das províncias quanto a seus êxitos de atuação inicial. Elas devem ser entendidas através de um processo onde a necessidade de defesa das Reduções Jesuíticas era primordial, mas que aos poucos assumiu um papel que ia além de suas pretensões iniciais.

Ruiz de Montoya nos saberes de suas ações missionárias consolidou ideologicamente uma proposta que consistia basicamente em armar as tropas indígenas para a defesa das missões. É nesse contexto que os missionários articulam treinamentos com táticas de guerrilha europeia aos Guaranis das missões, era a medida mais viável a ser tomada no contexto em que se inserem as Reduções Jesuíticas. Segundo Ruiz de Montoya, as armas de fogo que os Bandeirantes manejaram nas investidas e saques eram o único diferencial de superioridade no campo de batalha.

De acordo com Arróspide (1997, p. 295), “Podía bastar un tiro al aire para que los indios, armados sólo de arcos y flechas, desistiesen de atacar a una empalizada inimiga. La única manera de defenderse de los paulistas, bien pertrechados de esas armas, era pues contar también con ellas”.

## 2.1- O Relator Jesuíta no Conselho de Índias

Ruiz Montoya em sua viagem a Espanha se tornou um intermediário dos padres jesuítas que ficaram na província, o inaciano se tornou um insistente relator dos estragos cometidos pelas entradas paulistas às Reduções Jesuíticas e suplicava constantemente ao *Consejo de Indias* a real necessidade de aprovação de uma instituição de defesa armada indígena que pudesse atuar nas *gubernaciones* do Rio da Prata e Paraguai.

[...] pide y suplica se sirva de hacerle merced de mandar dar licencia para que las dichas reducciones tengan las armas de fuego necesarias para defenderse de las dichas invasiones que hacen dichos vecinos de San Pablo tan en daño de los dichos indios y sus reducciones pues si no hay con que defenderlas quedarán todas desiertas como lo están muchas que eran las mejores que había en aquellas provincias que en ello recibirán merced (MONTROYA, 1641, f. 517).

As pretensões do missionário eram audaciosas, devido a duas questões essenciais. Primeiramente a concessão para utilização de armas de fogo por indígenas sempre foi alvo de intensos debates entre os colonizadores espanhóis, nenhuma liberação de armas de fogo havia sido feita pela Coroa espanhola desde o início de sua colonização em Rio da Prata. As próprias normativas expostas nas *Ordenanzas* de Alfaro que regiam a colonização da América espanhola deixavam claro que qualquer intenção armada indígena sem autorização da Coroa estava passível de severas punições. Os próprios colonizadores em sua grande maioria eram contra as instâncias de defesa armada por parte dos indígenas tutelados, mesmo se elas servissem a seus anseios particulares.

A concessão de armas de fogo para tropas milicianas indígenas mesmo sob tutela jesuítica embasada no argumento de defesa a priori catequética, não convencia a Corte. Foi fundamental neste contexto um argumento mais forte pautado em considerações de cunho econômico e político que vislumbrasse a Coroa da real necessidade em se armar os indígenas Guarani. Segundo Bruxel (1983, p. 86) “os jesuítas podem ter invocado mil vezes o motivo político não porque este fosse para eles o motivo decisivo, nem sequer importante, mas porque, naqueles tempos, como hoje e sempre, os motivos religiosos não eram capazes de mover a morosa burocracia metropolitana a decretar, com tempo, as medidas necessárias para tal fim”.

Quando as práticas bandeirantes alcançaram grande intensidade, a intranquilidade e inquietação se fizeram presentes naqueles anos, mas é certo que esta conflituosa situação não obteve uma resposta clara e comprometida por parte da Coroa, muito pelo contrário.

Na opinião de Quarleri (2009, p.81), “prevalecieron los vaivenes políticos y la ausencia de medidas que garantizasen el sostenimiento financiero y la organización de la defensa militar. En consecuencia, y ante el vacío existente, desde el espacio local se generaron proyectos que fueron elevados a la aprobación del rey”.

Vale observar os argumentos de Ruiz de Montoya que levaram o rei Felipe IV a conceder a outorga de atuação das Milícias Guarani em Rio da Prata, pois a mesma se institui em um campo aberto de intensos conflitos coloniais.

Ruiz Montoya foi hábil ao consolidar sua proposta, pois sabia que a Coroa não cederia facilmente aos argumentos jesuíticos, assim o missionário forjou uma proposta política onde a formação das milícias serviria aos anseios da Coroa na contenção das invasões portuguesas em toda a fronteira da colônia espanhola. Esse argumento vislumbrou positivamente uma perspectiva política, administrativa e econômica para a Coroa, sem deixar de mencionar que em segundo plano o projeto evangelizador seria amplamente beneficiado.

De acordo com Quarleri (2009, p.81), “Fue central el diseño de una estrategia geopolítica de salvaguarda del territorio por parte del gobernador del Río de la Plata, Hernando Arias de Saavedra, y los jesuitas españoles, en conjunción con los guaraníes”. Ruiz de Montoya contou com a ajuda do então governador de Rio da Prata para que a aprovação das milícias de fato ocorresse.

É nessa conjuntura de fatores que podemos perceber as alianças político-administrativas que se instituíram entre jesuítas e os governadores das províncias Platinas. O governador Hernandarias administrador régio, sempre buscou o diálogo frequente com os jesuítas atuantes nas jurisdições do Paraguai e Rio da Prata. A destruição das Reduções Jesuíticas do Guairá, o avanço bandeirante nas regiões platinas e as escassas formas de defesa colonial dos limites espanhóis o fizeram considerar o projeto miliciano enfatizado por Ruiz de Montoya como pertinente para o avanço colonizador e jesuítico da região que traria benefícios à Coroa e *governaciones*.

## **2.2- A Outorga de Felipe IV.**

Ruiz de Montoya, em 1642, “apresentou-se ao rei e às pessoas mais influentes e expôs fervorosamente as necessidades e perigos daquelas Missões; [...] o rei Felipe IV transferiu ao Vice-Rei do Peru, Marquês de Mancera, o poder de outorgar aos jesuítas a autorização para dotar com armas de fogo os índios”. Essa transferência ocorreu

devido à proximidade do vice-reino do Peru com as estâncias jesuíticas no Prata (BOGONI, 2008).

Um trecho da Carta outorgada por Felipe IV ao Marquês de Mancera demonstra a intenção por parte da Coroa de se armar os indígenas, a efetivação documental das Milícias Guarani estava agora à mercê da aprovação do vice-rei do Peru.

Marquês de Mancera, pariente, de mi Consejo de la Guerra, gentil hombre de mi Cámara, mi Virrey y Gobernador y Capitán General de las Provincias del Perú: Antonio Ruiz de Montoya, de la Compañía de Jesús, me ha hecho relación es muy conveniente que todos los indios de la Provincia del Rio de la Plata y Paraguay, que fueron antiguos christianos (de cuya lealtad no hay duda) y estuvieren en fronteras de los portugueses del Brasil, se ejerciten en el manejo de armas de fuego, por la falta que hay de Españoles, para que se puedan defender de los irreparables daños que la experiencia ha mostrado han recibido aquellas Reducciones de los Portugueses de la Villa de San Pablo, quedando la mayor parte de ellas destruidas, sus indios captivos y como tales vendidos en el Brasil ó muertos en los caminos; y para que éste se ejecute con tan buena forma y ajustamiento, que no se pueda recelar las alteraciones e inconvenientes que por parte de los habitadores de las dichas Provincias se han representado (FELIPE IV apud TORMO e BLANCO, 1989, p. 224).

Diante das colocações do rei espanhol Felipe IV, o Vice-Rei Marquês de Mancera outorga e concede a utilização de armas de fogo pelos indígenas Guarani, sob tutela jesuítica, mas essa liberação ocorreu somente em meados de 1643. “A presença do padre Ruiz de Montoya na Corte Real de Madri contribuiu, eficazmente, para sensibilizar o soberano espanhol e os seus assessores mais próximos dos diversos conselhos, sobre a realidade das missões jesuíticas” (AGUILLAR, 2002, p. 56).

A importância das armas de fogo e da aliança jesuítica Guarani se fez determinante nas primeiras batalhas travadas pelas instituições milicianas. As Batalhas de Caazapá Miní e Caazapá Guazu (1639) e M' Bororé (1641) foram as provas da eficácia da organização e atuação das milícias nas fronteiras platinas.

La instrucción militar de los guaraníes, por parte de ex-soldados jesuitas, conoedores de varias tácticas castrenses, contribuyó a una victoria dramática de los indígenas en una batalla contra los portugueses en 1641. En efecto, algunos de los miembros de la Compañía poseían instrucción militar reglada y experiencia, por servicio de armas prestado a la Corona española y por haber participado en los conflictos bélicos europeos en la época moderna. Esos misioneros se pusieron al servicio de la militarización de las gentes, haciéndolas diestras en el manejo de las principales armas de guerra europeas conocidas en la época (TAKEDA, 2012, p 56).

De notar que as primeiras conquistas milicianas ocorrem em um contexto ainda de busca por aprovação. A partir da outorga final do vice-rei do Peru, os guerreiros



Guarani assumem uma postura político-administrativa efetiva diante dos anseios da Coroa espanhola.

As milícias Guarani então se tornam uma instância de defesa requisitada diante das inúmeras invasões paulistas que viriam a ocorrer nas *gobernaciones* do Paraguai e Rio da Prata. De acordo com Neumann (2000), “A possibilidade de uma milícia permanente nas missões consolidou a aliança militar jesuítica guarani e determinou uma nova condição para as *reducciones*, determinando transformações sobre as estruturas internas da sociedade missioneira.”

La situación fronteriza de las misiones había hecho de la actividad militar un aspecto constitutivo de la identidad guaraní. En un primer momento las milicias defendían a los pueblos de los ataques paulistas. Más tarde contribuían a la defensa de los territorios del monarca católico (WILDE, 2009, p. 165).

Após 1643, as milícias se institucionalizaram em toda a esfera política administrativa do Paraguai e Rio da Prata após 1643, e foram aos poucos sendo utilizadas significativamente pelas esferas administrativas, e os governadores das províncias que vislumbraram nelas um elemento importante no processo de colonização e crescimento econômico das cidades espanholas.

Convém mencionarmos neste ponto que os êxitos das campanhas milicianas gerados após as batalhas de 1639 e 1641, permitiram em certa medida a reestruturação dos complexos missioneiros que haviam sido assolados pelas entradas paulistas no Guairá. Os missionários beneficiados pelas atuações milicianas puderam vislumbrar o crescimento e implantação de novas Reduções Jesuíticas nos limites da colônia espanhola.

No mapa a seguir (fig. 6) de Martin Dobrizhoffer,<sup>19</sup> podemos ter um panorama das inúmeras Reduções Jesuíticas fundadas entre as jurisdições do Paraguai e Rio da Prata, desde as primeiras, construídas em 1610 e as últimas datadas de 1706. Dobrizhoffer expõe ainda em sua obra, a localização das vilas espanholas fundadas pelos colonos espanhóis e uma parcela das etnias indígenas presentes na extensão territorial das províncias.

---

<sup>19</sup> Dobrizhoffer (1717 -1791) foi um missionário que ingressou na Companhia de Jesus em 1736 e em 1749 seguiu para o Paraguai, onde por dezoito anos trabalhou entre os indígenas Guaranis e depois entre os Abipones. Em 1768 retornou à Europa, com a expulsão dos Jesuítas da América, e fixou residência em Viena. Onde sobreviveu à supressão da ordem e escreveu a história de sua missão na província do Paraguai.

Figura 6 – Mapa Paraguai e Regiões Adjacentes.



Fonte: Biblioteca Nacional de Chile. Id MC: MC 0018822. 23

Historiografia colonial americana “Las Misiones Jesuitas de Paraguay, Moxos, Chiquitos y Maynas”. Colección: Seis Mapas (1539 -1767).

As *gobernaciones* do Paraguai e Rio da Prata desde as primeiras intenções de colonização sempre estiveram permeadas por questões referentes à mão de obra indígena. Agora, entretanto, havia novos e poderosos atores.

As Missões jesuítas que se estabeleciam ali, desde o séc. XVI e XVII, já haviam se tornado um importante canal de relação entre *encomenderos* e indígenas. O problema maior é que as Missões juntamente com os colonos espanhóis se tornaram grandes produtoras de erva-mate, isso gerava uma competição direta entre colonos assuncenos e jesuítas.

O fato de o grande potencial da mão de obra indígena estar sob tutela jesuítica gerava um descontentamento geral por parte dos colonos, que não podiam se utilizar dessa mão de obra em seus ervatais. Isso levou os colonos a questionarem o privilégio dos religiosos no *Real Consejo de las Indias*, pois os mesmos não achavam justa a concorrência com os inacianos.

O documento de Nusdorffer (1735) é apenas um entre inúmeros que defendiam o projeto jesuítico nas *gobernaciones* Paraguai e Rio da Prata diante da insatisfação dos colonos espanhóis.

A questão interessante neste contexto é que Nusdorffer utiliza em seu favor o argumento da importância das milícias indígenas. Enquanto muitos documentos se caracterizam por denunciar os maus tratos infligidos pelos espanhóis aos indígenas e por apresentar o *servicio personal das encomiendas* como um impeditivo a sua conversão, o diário de Nusdorffer aborda um elemento de grande importância, que era a participação das instituições milicianas Guarani na esfera colonial.

Para os jesuítas as milícias indígenas tiveram um papel de destaque na estrutura colonial das vilas e *haciendas* espanholas, porém devemos salientar que a defesa das estâncias e cidades estavam diretamente ligadas aos colonos que deviam prestar o serviço militar obrigatório e administrar os recursos necessários para as campanhas militares nas chamadas milícias urbanas, já os indígenas encomendados aos espanhóis e *criollos* de Assunção e Villa Rica seriam os responsáveis por complementar o número de soldados que faltassem. As pretensões de formação deste modelo de milícias foram inúmeras, mas uma série de elementos impediram que essas instituições militares adquirissem notoriedade junto às jurisdições do Paraguai e Rio da Prata.

As vilas e estâncias espanholas viviam em estado de alerta permanente e seu desenvolvimento dependia das tréguas estabelecidas com as nações indígenas que se rebelavam. Os governadores, quando assumiam a administração, preocupavam-se em

conhecer as possibilidades reais de defesa que existiam dos núcleos espanhóis, também se encarregaram de mandar fabricar armas e munições, medidas estas consideradas ineficientes, pois o pequeno contingente populacional e a baixa remuneração para militares de carreira não animavam a atuação de espanhóis e *criollos* na defesa das *gobernaciones*.

Com a institucionalização e atuação das milícias indígenas que se acentuaram após 1643, as cidades espanholas vislumbraram possibilidades de crescimento econômico, pois a defesa militar diante de invasões inimigas estaria resguardada. Diante desta perspectiva os governadores de Assunção e Buenos Aires iniciam uma série de solicitações para que as milícias pudessem atuar em vários conflitos bélicos desencadeados nas regiões.

Os desdobramentos documentais referentes à atuação bélica das milícias nas províncias do Paraguai e Rio da Prata enfatizam constantemente às autoridades reais espanholas todo o empenho da população missioneira em assegurar os domínios da Coroa ao Monarca Espanhol. A capacidade de comunicação por cartas, ofícios e cédulas reais entre o rei, jesuítas e governadores das províncias revela a dependência da Coroa e das jurisdições quanto aos serviços prestados pelas instituições milicianas tanto nas fronteiras como nos domínios nas *gobernaciones*.

O grau de organização e disciplina condicionada a eficiente e imediata resposta que as instituições milicianas geravam, diante dos anseios governamentais, permitiram aos jesuítas agregar certos privilégios, principalmente no que tange a administração e fundação de novas Reduções Jesuíticas, que eram solicitadas periodicamente junto a Coroa. Devemos considerar em grande medida que o êxito das campanhas milicianas creditava uma considerável quantidade de cédulas reais favoráveis para a administração das *reducciones*.

Como comentado no capítulo 1, a implantação e organização das instituições milicianas iniciada por Ruiz de Montoya, foi uma atitude forçada e inevitável por parte dos inacianos, para se defender das investidas e destruições causadas pelos paulistas, além de servir como escudo diante do avanço português na fronteira espanhola.

A atividade militar se institucionalizou no espaço missionário, através da proposição e formação de tropas ditadas pelos jesuítas, isto implicou em um adestramento de base europeia, que se alimentou da tradição e habilidade guerreira dos Guaranis (MAEDER, 2010, p. 67).

A atuação das instituições milicianas aos poucos se expandiu na esfera missioneira, as tropas indígenas começaram a ser utilizadas além dos anseios imperiais em prol das necessidades locais das *gobernaciones*, e os indígenas Guarani foram amplamente

requisitados após 1643 pelos governadores em diversas atuações que incluíam desde a proteção da fronteira, o combate a grupos indígenas que se rebelavam contra as vilas e *haciendas* e trabalhos de vigilância das cidades e estâncias espanholas.

Em suma as negociações entre a Coroa espanhola, governadores e jesuítas se tornaram uma prática frequente nas jurisdições do Paraguai e Rio da Prata, para que as milícias pudessem cumprir com sua obrigação diante dos anseios locais, acordos e pactos tiveram de ser assumidos gerando uma rede de alianças na esfera colonial.

As primeiras incursões milicianas descritas por Ruiz de Montoya (1640) possuíam um caráter inicial estritamente defensivo, após este período e com as conquistas das Batalhas Caazapá, 1639 e M'Bororé, 1641, essas instituições passaram a ser solicitadas em ações bélicas na defesa das vilas espanholas, diante dos ataques indígenas inimigos e das intensas invasões bélicas desencadeadas por conquistadores europeus via Rio da Prata (Portugueses, holandeses, Franceses, etc..) que se intensificaram abruptamente neste período.

De acordo com Takeda (2012, p.54):

las milicias guaraníes desplegaron una actividad notable en varias ocasiones de guerra en la región rio-platense, [...] a hazaña militar de los guaraníes resultó una ventaja para los jesuitas a la hora de solicitar a la Corona española distintas cédulas reales favorables para la administración de los pueblos misioneros.

A historiografia colonial dedicada aos processos e as conquistas bélicas no Paraguai e Rio da Prata esteve na grande maioria das vezes condicionada a uma postura etnocêntrica, que visou encobrir a capacidade de ação indígena e sua agência diante dos acontecimentos históricos que ocorriam, minimizando assim sua participação e a reduzindo a um setor completamente passivo da história.

As análises a seguir nos permitem observar o quanto esta perspectiva se altera, pois, a atuação das instituições bélicas permitiu a produção de uma grande quantidade de documentos oficiais que desconstruem essa perspectiva etnocêntrica.

### 2.3 – Armas, Estratégias e Atuação das Milícias

Partindo da ideia que as fronteiras se configuram pela articulação de interesses, ações e sentidos dados por atores locais e poderes centrais, observamos que o impacto da atuação das milícias Guarani propiciou uma nova configuração socioeconômica nas jurisdições platinas neste período.

De acordo com Kern (1982, p.60):

Os agentes do processo histórico que se desenvolveram na bacia platina durante o século XVII foram atores e autores inseridos em um momento histórico complexo, no qual as frentes de expansão espanhola e portuguesa geraram uma fronteira tensa e viva, não apenas entre si, mas igualmente face às populações indígenas locais. Reis, funcionários administrativos tais como Vice-Reis e Governadores, mercadores, bispos, *encomenderos*, jesuítas e indígenas foram atores e autores neste processo histórico.

Devemos ponderar neste momento que as milícias eram instituições coordenadas pelos caciques e jesuítas e se adaptavam a diferentes contextos em que eram solicitadas suas técnicas de combate. Já as armas e as características de atuação das milícias eram moldadas de acordo com o período, anseios e urgências sócio políticas das autoridades locais e da Coroa espanhola. A utilização de armas de fogo pelos indígenas nas *reducciones* sempre esteve condicionada a ordens reais que partiam da metrópole espanhola, os jesuítas eram cobrados quanto a administração e zelo pelas armas de fogo, de acordo com Quarlerí (2008, p. 56):

Así mientras en un principio solo se sostuvo la idea de proporcionar armas de fuego a las misiones cuando se requiriese el servicio de los guaraníes en campañas defensivas y se prohibió la fabricación de armas, municiones y pólvora en las misiones, el carácter intempestivo y sorpresivo de los ataques al territorio de la Corona española aceptó tácitamente que las misiones se mantuviesen armadas de forma permanente y que se auto abastecieran al respecto. [...] La discusión sobre la dirección de los jesuítas se dejó de lado para en cambio aconsejar la supervisión en el uso de las armas frente al temor de un levantamiento indígena en las misiones.

A rigidez no controle dos artefatos bélicos, cobrado pela Coroa aos jesuítas, se aplicava devido a autonomia que as instituições milicianas adquiriam, os êxitos das campanhas bélicas requeriam um controle maior por parte do Rei e dos governadores de Assunção e Buenos Aires.

Devemos ressaltar que a Coroa adotou medidas ambíguas quanto a utilização de armas de fogo pelos indígenas missioneiros. Entre 1642 a meados de 1665, só era permitida a utilização de armas em situação de defesa diante das investidas portuguesas,

sendo terminantemente proibida a fabricação de munições, pólvora e artefatos. A partir de 1665 a investidas portuguesas e de indígenas que resistiam ao processo de catequização se acentuaram sobre as vilas espanholas e por toda a extensão do Paraguai e Rio da Prata, fator este que levou a Coroa a liberar a utilização das armas de fogo de forma permanente nas Reduções, ficando ao encargo das *governaciones* o abastecimento bélico das mesmas.

A forma de atuação das instituições milicianas partia dos acordos assumidos entre caciques e jesuítas, que decidiam em conjunto as ações e táticas bélicas diante de um determinado anseio local ou imperial. Os planos de combate e atuação sempre eram acompanhados de perto nos campos de batalha pelos caciques, já os jesuítas observavam à distância o desenrolar das campanhas indígenas.

Os missionários, especialistas em diferentes ofícios como o de ex-combatentes de guerra, artesãos, ferreiros entre outros, ensinavam inúmeras técnicas de batalha aos indígenas, incluindo o uso de armas de fogo, a fabricação das munições à base de pólvora, e também técnicas ofensivas e defensivas de combate, que eram repassadas em rituais cotidianos e exercícios militares que visavam fortalecer a disciplina dos soldados indígenas.

Porém devemos frisar que estes ensinamentos e técnicas repassados pelos missionários apenas reforçavam aspectos militares de base europeia. Os Guarani muito antes do contato com os padres nas *reducciones* já desenvolviam técnicas próprias de combate. As guerras intra e inter étnicas faziam parte do cotidiano indígena, já as atividades guerreiras sempre estiveram presentes na dinâmica das sociedades Guarani.

Creditar o êxito das atuações milicianas aos treinamentos jesuíticos é desconsiderar o elemento primordial deste processo, o indígena, que através de uma dinâmica de reconfiguração de valores e símbolos de prestígio guerreiro se tornaram a peça fundamental para o desenvolvimento das milícias Guarani.

Lía Quarleri (2001, p.56) menciona em seus estudos que: “Las ordenanzas reales el adiestramiento y la conducción de la guerra debían hacerse por medio de indios ladinos, de españoles o criollos”.

Devemos considerar que esta pertinência de guerra nem sempre era aplicada, pois a dificuldade em se conseguir soldados espanhóis para estes ofícios eram frequentes nas províncias.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Analisaremos essa questão no subitem 2.6.

O grosso do armamento que indígenas tinham acesso durante as ações de combate eram as espadas, os arcabuzes feitos com troncos e taquaras que eram envoltos em couro animal, arcos, flechas, lanças, além de canoas leves, pedras, facões, alfanjes e rodela (XARQUE, 1687, p. 157).

As armas de origem européia ficavam sob a tutela jesuítica. Segundo Palacios e Zoffoli (1991, p. 217), “Las armas, la pólvora, el azufre y el plomo estaban guardadas en un depósito especial y a cargo exclusivo de los misioneros jesuitas; eran utilizadas en la instrucción de manejo y tiro, en los desfiles y naturalmente, en las acciones de guerra”.

O corpo de uma estrutura miliciana Guarani, assim como o modelo europeu de atuação militar, possuía uma hierarquia correspondente com as funções de coronéis, capitães e oficiais que era frequentemente observada pelos jesuítas.

[...] cuidaba de que hubiera el suficiente número de coroneles, capitanes y demás oficiales. La infantería consistía en piqueros (con lanza), mosqueteros (con mosquete o fusil antiguo parecido al arcabuz) flecheros, lanceiros y outra arma útil que consistía en una cuerda con dos piedras redondas en ambos extremos (boleadoras); y fabricaria en breve, largas lanzas de hierro y sables curvos. (SEPP apud TORMO y BLANCO, 1989, p. 267- 268).<sup>21</sup>

A organização militar era estabelecida pelos padres jesuítas de acordo com Armani (1988, p. 78) “En cada una de las reducciones de indios que administraban formaron ocho compañías militares, cuatro de caballos y cuatro de infantería”.

O jesuíta Christoval de Altamirano<sup>22</sup>, descreve na *Relacion de lo sucedido en la expulsión de los portugueses que pretendiendo invadir las Provincias del Río de la Plata, Paraguay de 25 de noviembre de 1679 hasta 9 de agosto de 1680*, que:

Andubo tan puntual, que en once días junto de los 22 pueblos que tiene a su cargo la gente que se le pedía la mitad de a pie, y la otra mitad de a caballo. Dispuso una carta que envió a todos los padres curas repartiendo los indios que a cada pueblo le tocava conforme a su possible, señalo dos gentios y las armas que avian de llevar; los de a caballo, lanças, adargas, macanas, capacetes etc. los de a pie flechas, arcos, macanas, piedras, machetes, rodela, a cada uno señaló el número de armas, y caballos que avia de llevar,

---

<sup>21</sup> SEPP. Antonio (1655-1733) missionário jesuíta dedicado à vida apostólica nas instâncias do Paraguai, fixou-se principalmente na redução de Yapeyú, no ano de 1697, transferiu-se para a redução de São João Batista em 1698, escreveu várias cartas e relatos referentes a atuação das milícias Guarani. In: CARVALLO, Casiano N. *Síntesis de Historia de la Provincia de Misiones: contribución de los jesuitas a la formación histórica de Misiones*. Ediciones Montoya. Posadas, 1980.

<sup>22</sup> Christoval de Altamirano (1602-1698) missionário jesuíta, fundador da Redução Jesuítica de Santa Cruz em 1628, participou com capelão na batalha de M'Bororé, em 1642, foi nomeado ao cargo de superior das Missões Guaranis entre os anos de 1678 a 1680. In: CHIOGNA, e MOURA. *Avante Guerreiros! As Batalhas de Caaçapaguaçu e M' Bororé*. Porto Alegre, 2011.



las vituallas, las medicinas, dividió las compañías, mandó que llevasen todos los oficiales y Cabos las insignias de sus oficios (ALTAMIRANO, 1680, fol. 3).

Os padres jesuítas sucessivamente repassavam instruções militares aos indígenas que atuavam nas milícias. No documento do padre Altamirano, podemos observar um rigor quanto aos treinamentos militares.

El ejercicio de las armas hoy más necesario, cuanto por varias partes más nos cercan los enemigos; por tanto, todos los domingos del año habrá algún ejercicio de tirar arcabuces con bala, de las ondas, con piedras y de los arcos, con flechas y un día cada mes alarde general conservando las compañías con sus capitanes y cabos de guerra en cada una y un sargento mayor y un maestre de campo en cada pueblo [...] los oficiales de milicia serán siempre los más valerosos, y porque se estimen los oficios irán subiendo a ellos por sus grados según merecieron por su valor, y les obedecerán sus soldados según se practica en la milicia española (ALTAMIRANO, 1680, fol. 5, 6).

Os exercícios de combate faziam parte da rotina das Reduções Jesuíticas, de acordo com o documento indígena *Reportero de Guerra* transcrito por Melià (2009, fol. 2). Os portugueses se impressionaram com as técnicas aplicadas pelos indígenas no campo de batalha: “Para nosotros, dicen los portugueses a los españoles de la guardia; los Guaraníes quieren arruinar nuestro lugar, dicen los portugueses hablando entre sí, al ver la trinchera que ha sido hecha”.

Podemos observar uma consistente evolução de técnicas de combate e atuação das milícias ao compararmos os primeiros relatos de 1643 das batalhas de M’Bororé e Caaçapaguaçu e dos documentos de Bernardo Nusdorffer de 1735. É nítido um processo de implementação e aprimoramento tanto das técnicas aplicadas em combate como dos armamentos utilizados pelos indígenas, o próprio contingente militar indígena adquiriu consistência e volume agregando novas divisões as tropas milicianas, assim como a implementação de hierarquias militares “irán subiendo a ellos por sus grados según merecieren por su valor” (ALTAMIRANO, 1680, fol. 5).

O aumento no número de armas de fogo, a implementação da cavalaria e a utilização de embarcações nos campos de batalha evidencia o quanto foi adotado um desenvolvimento técnico eficiente no corpo das instituições Guarani. Os jesuítas passaram a ocupar o posto de superintendentes de guerra, aliados aos consultores de batalha que eram indicados pelos governadores das jurisdições que na maioria das vezes eram oficiais espanhóis.

Furlong (1978, p. 389) argumenta que:

Cada reducción tenía una armería, presidida por un retrato del rey, donde guardaban armas de fuego y la pólvora que ellos mismos producían. Incluso

se promovían los ejercicios de armas o simulacros de guerra, como el tiro al blanco, además de contar cada pueblo con 200 caballos de reserva para la guerra.

Uma característica a se ressaltar eram as reações indígenas nos campos de batalha, apesar do rigor das técnicas e treinamentos de cunho europeu, as tropas indígenas mantinham suas particularidades culturais de combate: “llevaron todos los indios una desentonada y formidable gritería, que mezclada con el ruido y estruendo de los clarines y caxas causaron pavor a los enemigos” (ALTAMIRANO, 1680, fol. 8).

Um elemento importante a se mencionar é o fato das conquistas bélicas gerarem insígnias de prestígio para as instituições milicianas e aos soldados indígenas, o que resultava em inúmeros ganhos em relação a armamentos a serem utilizados nas batalhas. Altamirano (1680) menciona que após a primeira expulsão dos portugueses da colônia de Sacramento os governadores presenteavam as milícias com:

18 pezas de artillería, 7 de bronce, 21 de fierro desde 16 hasta 20 libras de calibre; 6 pedreros tambien de bronce, y dos médios cânones, 120 quintales de pólvora, 2153 valas de pizas de fierro colado, 28 quintales de cuerda, madera del Brasil, fierro, clavazon, una piragua, dos canoas y três lanchas, y otras cosillas (ALTAMIRANO, 1680, fol. 11).

Estes ganhos bélicos propiciavam uma maior versatilidade armamentista aos esquadrões milicianos, fator este que gerava apreensão aos portugueses devido aos confrontos que se desenrolaram posteriormente tanto na Colônia de Sacramento como nos limites das fronteiras espanholas.

#### **2.4 - Divisão militar, jesuítas, soldados, oficiais**

Uma das descrições mais antigas que nos remetem às características e formas de atuação das milícias, são descritas pelo jesuíta Francisco Xarque, os escritos do missionário transmitem de forma detalhada o funcionamento e atuação das tropas nos campos de batalha.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Francisco Xarque (1609-1691), foi um sacerdote jesuíta aragonês, atuou como missionário na província do Paraguai entre 1624 e 1629. Exerceu alguns cargos na América, e depois, retornou para Espanha, escreveu três obras sobre as missões no Paraguai. As primeiras foram baseadas nas histórias de vida dos missionários Antonio Ruiz de Montoya e José Cataldino, já a última obra foi, *Insignes misioneros de la Compañía de Jesus*, uma coletânea de história de vida de outros missionários que atuaram na província do Paraguai. In: CARUSO, A. *“Sobra o temporal e se assegura o eterno”: as missões jesuíticas do Paraguai na obra de Francisco Xarque*. Rio de Janeiro, 2020.

En cada pueblo ay compañías de soldados de a pie, y de a caballo, que se componen de todos los hombres capaces de tomar armas, cada una con su capitán, alférez, sargento, cabos de escuadra y los demás oficiales que se acostumbran en la milicia, con sus insignias, cajas, clarines y vanderas (...) en la forma que usa nuestra España en las campañas y fronteras mejor assistidas. (XARQUE, 1687, p. 164).

Como Xarque menciona, existiam cargos militares muito similares aos aplicados nos exércitos espanhóis no mesmo período na Europa.

Alguns fatores contribuíram significativamente para que as milícias indígenas mantivessem uma similaridade com as tropas Espanholas, primeiramente devemos ressaltar que a Ordem de Ignácio de Loyola foi fundada sob uma perspectiva religiosa que tinha como base elementos militares, os padres que se aliavam a Ordem carregavam esta perspectiva de atuação, o que facilitava a transmissão destes conhecimentos militares.

Outro elemento importante desta similaridade está no fato das milícias indígenas se aliarem constantemente a pequenos grupos de soldados espanhóis das províncias, essas alianças resultavam em atuações em conjunto nos campos de batalha e para que os resultados fossem satisfatórios eram necessários treinamentos que possuísem a mesma base militar para não haver erros de atuação e movimentação das tropas em guerras e confrontos bélicos, no caso o modelo seguido era o europeu. Isso ocorria devido ao fato dos treinamentos bélicos tanto de indígenas como espanhóis serem realizados separadamente.

Mas enfatizar esta similaridade organizacional das tropas indígenas com as espanholas não significa aderir a um modelo estritamente europeu de atuação militar, muito pelo contrário, devemos considerar o fato de inúmeros capitães indígenas e suas tropas aplicarem ou desenvolvessem técnicas próprias de atuação nos confrontos armados. De acordo com Furlong existiam treinamentos específicos para os campos de batalha, por vezes durante os treinamentos alguns oficiais indígenas desenvolviam manobras próprias de acordo com as características de cada esquadrão de combate: “Os Maestros de campo, sargentos mayores, comisarios, capitanes, tenientes, alferes y sargentos. Todos ellos possuían sus respectivas maniobras a fin de estar siempre listos para lo que pudiera suceder” (FURLONG, 1978, p. 385).

Acima podemos observar as nomeações de alta escala que coordenavam as tropas de soldados indígenas, mas também existiam as funções secundárias. Vários postos e cargos de ofício foram inseridos nos esquadrões indígenas, desde as primeiras atuações milicianas. De acordo com o padre (SEPP *apud* HOFFMAN, 1974, p. 187):

Cada pueblo pone, al menos, cuatro regimientos en pie de guerra [...] y cada regimiento tiene sus capitanes, sargentos primeros, cabos, oficiales y

adjuntos, piqueros, alabarderos, mosqueteros, tiradores de lazo, arqueros, gente armada de escudos y mazas, exploradores, etc.

Cada Redução Jesuítica possuía ainda “Ocho compañías militares, cuatro de caballos y cuatro de infantarias”, já os oficiais tinham suas respectivas insígnias com “banderas, bastones, alabardas” (FURLONG, 1978, p. 385). O número de companhias e infantarias sofria variações dependendo do aumento da necessidade de atuação das milícias, mas os postos de ofício não se alteravam, sendo sempre mantidos pelos caciques e jesuítas.

De acordo com Guevarra (2006, p. 11):

Antes de declarar guerra precede junta de los principales, de cuyo acuerdo pende la última resolución. Júntase el congreso en la toldería de alguno de los caciques, [...] Al decreto de la guerra se sigue la elección de jefe, que dirija la facción con acierto y gloria de la nación. Suele ser muy disputada, y no es fácil concordar las partes, porque todos ambicionan el honor de capitán general.

Se observarmos na citação acima e compararmos com o dinamismo das sociedades indígenas pré-colombianas a dos Guarani em específico, podemos concluir que os caciques eram chefes guerreiros, e desde os primeiros contatos com os jesuítas nas missões já se encarregaram de assumir a liderança frente aos conflitos bélicos que se instauravam na esfera colonial.

Em um trecho da “Carta Ânua de la Provincia Jesuítica del Paraguay (1641-1643)”, podemos evidenciar a importância dos caciques na atuação das milícias contra os bandeirantes na Batalha de M’Bororé:

A la tarde representaron los indios del Borore un coloquio de gran aparato (...). El argumento del fue la victoria que los indios alcanzaron de los portugueses de San Pablo, refiriendo la junta que los caciques hicieron entre sí acerca de los daños que habían recibido de los lusitanos en varias provincias, y cuánto les importaba acabar con ellos. Por otra parte, los de San Pablo trataron de desistir de sus intentos por lo mal que les había ido en la batalla, pero solicitados del demonio volvían a ellos (MAEDER, 1990, p. 139).

Salinas (2006) sistematizou em um levantamento documental do séc. XVII (fig. 7), as nomeações militares que eram direcionadas aos caciques das *reducciones* com seus títulos e respectivos anos de atuação. Este panorama nos permite observar a dinâmica das designações oficiais atribuídas a eles e as suas designações de prestígio social.

Estes títulos concedidos aos caciques se disseminaram na esfera missioneira e acentuaram-se gradativamente. O quadro abaixo demonstra um pequeno recorte temporal destas nomeações, inúmeras outras surgiram após 1657. O crescimento das Reduções

Jesuíticas somadas às exitosas atuações bélicas milicianas propiciou novas alianças com comunidades indígenas que se viram dispostas a se congregar nas missões, isso refletiu consideravelmente no crescimento de contingentes indígenas nestes locais, uma parcela destes posteriormente iniciavam sua atuação como soldados das tropas milicianas.

**Figura 7.** Títulos de Capitães Concedidos aos Caciques Guaranis.

Nome	Cargo militar	ano
D. Antón Arambare	maestre de campo	1639
D. Nicolás Ñengirú	capitán insolidium	1640
D. Francisco Bairoba	capitán	1640
D. Antonio Guaracica	capitán	1640
D. Teodoro Iambatay	capitán	1640
D. Francisco Abie	capitán	1640
D. Roque Guiracazu	capitán de guerra	1641
D. Cristóbal de Aberabay	maestre de campo	1641
D. Ignacio Abiarú	capitán general	1643
D. Jeronimo Luis de Cabrera	capitán general	1643
D. Simon Aycoaybe	alférez	1656
D. Pedro Euocoye	capitán	1656
D. Francisco Guirayague	capitán	1656
D. Mathias Veramini	capitán	1656
D. Juan Birayu	capitán de infantería	1656
D. Gaspar Añangare	capitán	1657

Fonte: Salinas, María L. (2006, p. 272).<sup>24</sup>

Estes títulos concedidos aos caciques se disseminaram na esfera missioneira e acentuaram-se gradativamente. O quadro acima demonstra um pequeno recorte temporal destas nomeações, inúmeras outras surgiram após 1657. O crescimento das Reduções Jesuíticas somadas às exitosas atuações bélicas milicianas propiciou novas alianças com comunidades indígenas que se viram dispostas a se congregar nas missões, isso refletiu consideravelmente no crescimento de contingentes indígenas nestes locais, uma parcela destes posteriormente iniciavam sua atuação como soldados das tropas milicianas.

Cabe considerarmos que os cargos superiores nas milícias eram em sua maioria ocupados pelos caciques, já os postos de ofício se dividiam entre os demais soldados

<sup>24</sup> Recorte da figura, autoria nossa.

indígenas, mas havia exceções. Vale ressaltar que quando as milícias eram solicitadas para atuarem junto as *gubernaciones* eram designados oficiais de origem espanhola para cada uma das atividades a serem realizadas. Esses oficiais tinham a função de consultores e cobravam as solicitações dos poderes locais junto às tropas indígenas e aos jesuítas, estes por sua vez eram nomeados pelos governadores que haviam convocado a atuação das milícias.

Não se elegiam indígenas para ocupar estes postos porque existia uma certa desconfiança dos governos civis quanto ao ordenamento e atuação das milícias nas suas jurisdições. De acordo com Jarque e Altamirano (2008, p. 63), os governadores alegavam que:

[...] Los indios no saben delinear un ejército, ordenar los escuadrones, dividir las compañías, acomodar los soldados ni acometer con orden de milicia; sólo a montón pelean cargando con suma gritería sobre el enemigo.

Mas de fato o que ocorria, era um receio geral dos governadores, de que as tropas milicianas pudessem fugir ao controle dos jesuítas e se rebelar contra as vilas espanholas, colocando em risco a autoridade política do governador.

Salientamos que, como comentado, desde o início do processo de outorga e liberação de armas de fogo para os indígenas, em 1640, solicitada por Ruiz de Montoya, existia uma certa desconfiança dos colonizadores espanhóis quanto à real necessidade em se armar os indígenas. Várias cartas ânuas, capitulares, ofícios e reais audiências como a de Charcas mencionam este descontentamento que se manteve vivo, mesmo com os benefícios que a atuação das milícias indígenas propiciavam às vilas e estâncias espanholas posteriormente.

Um elemento importante a se ressaltar eram os meios de locomoção das tropas milicianas que se alteram gradativamente. Inicialmente os deslocamentos eram realizados somente a pé, pois as milícias resguardavam apenas as Reduções e regiões próximas.

Posteriormente com o aumento das solicitações formais das *gubernaciones* maiores distâncias tiveram de ser percorridas pelas tropas.

Bernardo Nusdorffer (1735, fol. 23) argumenta que as grandes distâncias eram um agravante para o deslocamento humano.

Del pueblo más cercano a la ciudad de Santa Fe ay ciento y ochenta léguas. Y advierto que todas estas distancias he mensurado por linea recta, sin hacer caso de bueltas y rebueltas, assi por tierra como por agua que por ser tantas en estos países aumentan muy considerablemente las distancias y número de léguas.

As vilas e *haciendas* espanholas em sua maioria se localizavam afastadas umas das outras e nem sempre estavam próximas dos complexos missioneiros que alojavam os indígenas que compunham as milícias. No mapa a seguir (fig. 8) referente a peregrinações realizadas pelos missionários nas províncias do Paraguai e Rio da Prata, podemos observar uma parcela da extensão territorial da colônia. Este fator impulsionou a utilização de tração animal, cavalos, mulas além de embarcações que favorecessem a rápida locomoção dos esquadrões de batalha. “Para todas estas funciones han ido siempre los yndios con sus cavallos, mulas, armas, municiones, embarcaciones y aviados a costa de sus pueblos, sin desfrutar ni un real a los haveres reales” (NUSDORFFER,1735, fol. 24).

As grandes distâncias a serem percorridas nos limites da Coroa espanhola, de fato eram os maiores desafios das tropas milicianas, Nusdorffer argumenta em seus escritos junto aos governadores neste período a necessidade de um maior número de cavalgaduras para as tropas atenderem de forma rápida e eficiente os anseios das *gobernaciones*.

Digan si al presente estan casi todos los pueblos faltos de yeguas, cavallos y mulas en sus estancias, de manera que los três mill yndios, que van caminando para las cercanías de la guarda por orden del Sr Governador de Buenos Ayres [...] van en gran parte a pie por falta de cavalgaduras, no obstante a la distancia de docientas léguas y aun más. (NUSDORFFER,1735, fol. 27)

Essa real necessidade de locomoção das instituições milicianas se tornará evidente quando em 1680, os portugueses iniciaram a primeira tomada da Colônia de Sacramento nos limites da *gobernación* de Rio da Prata.

Figura 8 - Peregrinações jesuítas das Província do Paraguai e regiões adjacentes.<sup>25</sup>



Fonte: Archivo General de Simancas, MPD, 04, 034.

<sup>25</sup> “Descrição das peregrinações jesuítas das Províncias do Paraguai e regiões adjacentes”. Archivo General de Simancas, Petroschi, Giovanni 1732.

Disponível em: < [mcu.es/ccbae/es/mapas/principal.cmd](http://mcu.es/ccbae/es/mapas/principal.cmd) > Acesso em dezembro 2019.



## 2.5 - Tomadas da Colônia de Sacramento

A Colônia de Santíssimo Sacramento fundada na província de Rio da Prata, em meados de 1680, a mando do governador da província portuguesa Don Manuel Lobo (1635-1683) tinha como objetivo principal a demarcação territorial da Coroa portuguesa, além de ser um ponto estratégico de comércio ilícito com o complexo portuário do Rio da Prata.

Essa prática ilícita de comércio no estuário do Rio da Prata já vinha sendo praticada desde o início do séc. XVII. De acordo com (Morris, 1979, p.72) após a descoberta das minas do Alto Peru a Coroa espanhola centralizou suas operações mercantis nos portos de Vera Cruz (México), Nombre de Dios (Panamá) e Cartagena (Colômbia) distantes do estuário do Rio da Prata com o objetivo principal de controlar suas riquezas. Essas restrições comerciais impostas impulsionaram o comércio ilícito tanto de portugueses como espanhóis gerando fluxos de transações comerciais de mercadorias contrabandeadas, dentre elas, a prata das minas de Potosí e produtos pecuários, fator este que impulsionou a criação de inúmeros portos na desembocadura do Rio da Prata.

O controle destes portos na província do Rio da Prata era regido em sua maioria pelos portugueses. Prado (2002, p. 62) menciona que espanhóis e portugueses realizavam uma espécie de "autoridade negociada" que partiam devido a negociações econômicas com os governadores de Buenos Aires. Isso ocorreu pelo menos enquanto perdurou a união das Coroas Ibéricas (1580-1640), após esse período as incertezas do comércio ilícito na província espanhola se acentuaram e Portugal resolveu instalar um posto na Colônia de Sacramento para garantir o controle portuário da região.

Um elemento crucial neste contexto é que as rotas comerciais que partiam rumo ao estuário do Rio da Prata estavam imersas na dinâmica cotidiana das sociedades coloniais, desde simples comerciantes, fazendeiros, até governadores e as missões religiosas.

De acordo com Moreira (2019, p. 7):

Nos seus quase 100 anos de existência como cidade colonial portuguesa, Colônia sofreu inúmeras invasões e tomadas da praça pelos castelhanos (final de 1680, 1705, 1735 a 1737, 1762, 1777), muitas vezes com grande parte da sua estrutura urbana destruída e, conseqüentemente, reconstruída quando recuperada pelos portugueses.

Convém apontarmos que o propósito deste subitem é analisar como se deu a participação indígena miliciana nos primeiros confrontos referentes a tomada da Colônia de Sacramento (1680, 1705), dando ênfase a uma pequena parcela de fontes documentais que

tratam da atuação das milícias Guarani neste contexto, deixando assim em segundo plano a trama política e militar colonial traçada entre os governadores Hispano-lusitanos e as Coroas.

De acordo com Possamai (2010, p. 12):

D. Manuel Lobo tomou posse do governo do Rio de Janeiro em 9 de maio de 1679, dando logo início à preparação da expedição que viria a fundar Sacramento. A pequena frota chegou sem maiores problemas à ilha de São Gabriel em 20 de janeiro de 1680. Porém, ao tomar conhecimento da chegada da expedição lusitana, o governador de Buenos Aires, D. José de Garro, enviou ao seu encontro uma comissão a fim de requerer ao comandante dos navios que abandonasse as terras do rei de Espanha, pois se não o fizesse com toda a brevidade, usaria da força para desalojá-lo da região.

Diante da resistência e dos inúmeros soldados portugueses que chegavam à província o governador de Rio da Prata, José de Garro<sup>26</sup>, mandou que dispusessem cavalgaduras aos indígenas milicianos para atuarem junto dos soldados espanhóis de Buenos Aires na primeira batalha pela retomada da Colônia de Sacramento, ocorrida em 1680.

Por orden del Sr. Governador de Buenos Ayres Don Joseph de Garro (1680) baxaron três mil yndios armados para desalojar la primera vez a los portugueses de la Colonia del Sacramento; baxaron con quatro mil cavallos suyos, dozientos bueyes, treinta y siete balsas y bastimentos; obraron en el assalto de aquella fortaleza con no menos valor y constancia, que los soldados españoles, señalándose en la lealtad y zelo del real servicio. Murieron en esta accion treinta y tres indios, y tuvieron ciento y quatro heridos, quedando vencidos los portugueses. Duro la función mas de seis meses [...] con muchas penalidades y mas de docientos enfermos (NUSDORFFER, 1735, fol. 9).

No desenho a seguir (fig. 9), podemos observar a fortificação portuguesa na Colônia de Sacramento e o combate contra as tropas espanholas de Buenos Aires aliadas aos indígenas milicianos retratados ao fundo, ocorrida em 1680.

Após a primeira retomada de Sacramento, Nusdorffer (1735) menciona que as cavalgaduras se tornaram um importante e eficiente meio de transporte de soldados, armas e suprimentos, o fato de as tropas conseguirem se locomover com maior agilidade pelas matas, e regiões pântanos resultava em grandes êxitos contra os inimigos em combate.

De fato, as formas de locomoção via tração animal se tornaram um elemento crucial para o deslocamento das tropas indígenas após 1681. Podemos observar a importância

---

<sup>26</sup> Marcos José de Garro Senei de Artola (1623-1702) foi militar espanhol que ocupou diversos cargos na administração colonial do Império Espanhol. Foi governador de Tucumán (1674-1678), governador de Buenos Aires (1678-1682) e governador do Chile (1682-1692). Em seu retorno a Espanha foi governador e capitão-general do País Basco (1701-1702), cargo que exerceu até seu falecimento. In: CARVALLO, Casiano N. *Síntesis de Historia de la Provincia de Misiones: contribución de los jesuitas a la formación histórica de Misiones*. Posadas, 1980.

deste fator para as milícias indígenas em 1704, no segundo confronto contra os portugueses pela tomada da Colônia de Sacramento.

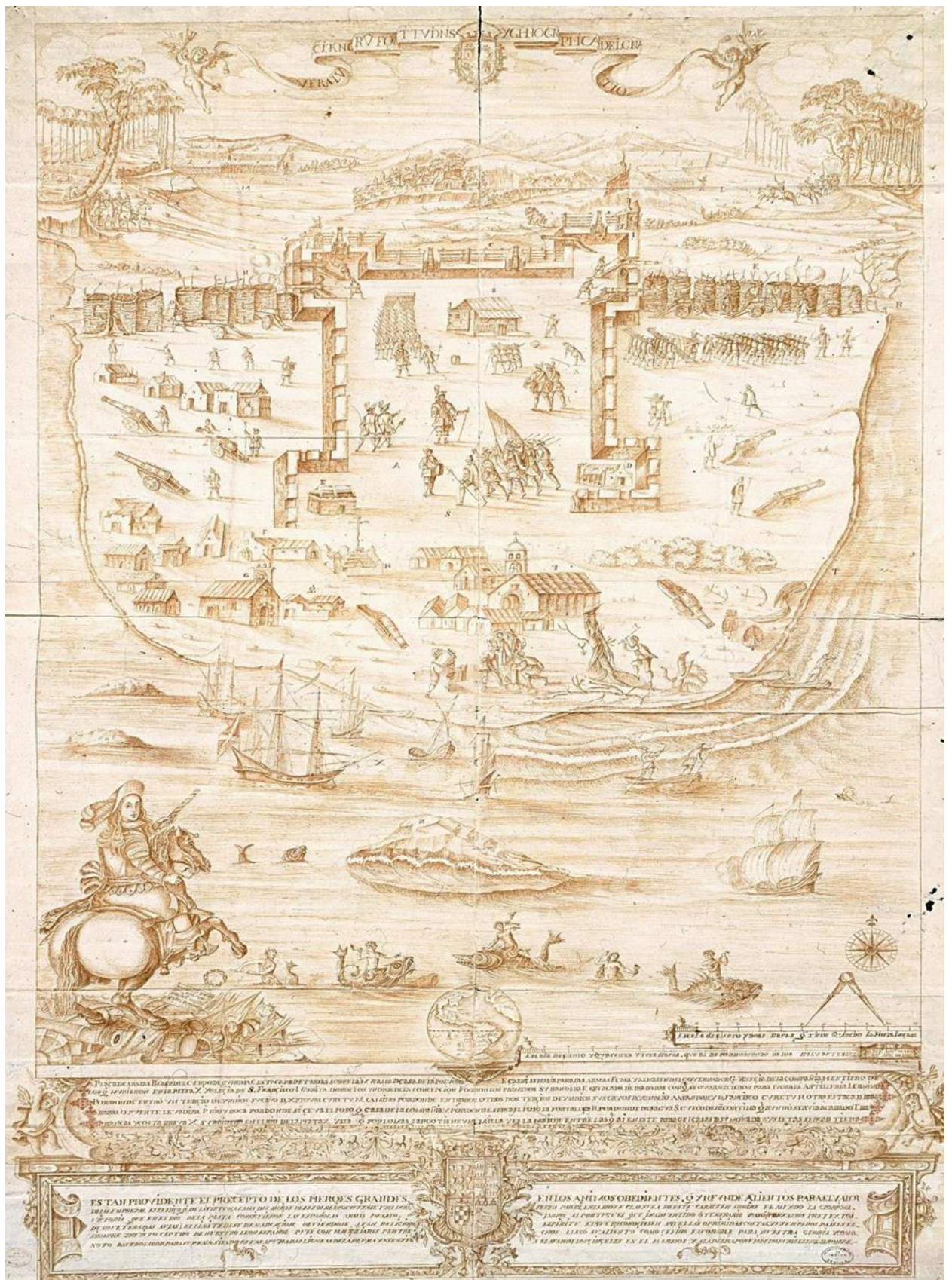
[...] bajaron el año mil setecientos y quatro para el segundo desalojamiento de los portugueses de la colonia quatro mil yndios armados, llevaron seis mil cavallos, dos mil mulas y muchas embarcaciones, en que llevaban sus bastimentos de grano, yerba y tabaco para la ida, estada y buelta, todo de lo suyo, [...] con sus caballos más de treinta mil bacas, para el sustento de todos assi yndios como españoles. Duro la función ocho meses en la qual perseveraron con mucha constancia, haciendo sus guardias en los ataques y trincheras, como los demás, trayendo fagina y la artillería y fuerza de brazos. En estas acciones quedaron ciento y treinta indios muertos y docientos mal heridos, hasta q los portugueses desampararon la plaza a quinze de marzo. Caminaron desde sus pueblos al paraje señalado unos ciento y cincuenta, otros docientos y otros trecientas léguas de caminos muy penosos en tiempo de una grandísima seca (NUSDORFFER, 1735, fol. 11-12).

O rápido deslocamento dos soldados indígenas neste segundo confronto foi de fato um dos condicionantes que permitiram a conquista de espanhóis e indígenas milicianos na retomada da Colônia em 1705.

Podemos notar que tanto a primeira como a segunda expulsão dos portugueses da Colônia de Sacramento produziram inúmeros documentos a respeito da atuação das milícias Guarani. Assim como o *Diario de Nusdorffer* os escritos do *Diario Hecho por un índio de lo que sucedió en el segundo desalojamiento de los portugueses de la Colonia de Sacramento (1705)*, também aponta elementos cruciais da atuação miliciana neste período.

Este diário se inicia contextualizando a expedição que os Guaranis milicianos fizeram até a Colônia de Sacramento, em 1704, que neste período se encontrava sob posse dos portugueses. “El año de 1704. a 1º de septiembre, la gente de Corpus salió de su propio pueblo yendo a la guerra. El 12 de Setiembre se juntaron con todos los de los otros pueblos en el Aguapey Miri en frente de San Carlos” (ANÔNIMO, apud MELIÀ, 2000, f. 4).

Figura 9- Planta da Fortaleza da Colônia de Sacramento (1681)



Fonte: Archivo General de Indias, (Sevilla, Espanha) ES.41091. MP-BUENOS\_AIRES, 27.

Bernardo Meza. Archivo General de Indias. "Vera Lucitanorum Fortitudinis Yghnographica Delignatio". Dibujo a plumilla sobre papel, con tinta sepia y detalles en rojo de la planta y alrededores de la fortaleza de la Colonia del Sacramento, en el Río de la Plata, José de Garro, en la campaña que lanzó contra la recién fundada Colonia del Sacramento. Tamanho 94,5 x 58,5 cm, 1681.

No *Diario do Guarani reportero de Guerra de 1705*, nomeado assim por Meliá (2000), podemos analisar a existência de propósitos claros entre indígenas e espanhóis, contra os portugueses. O trecho a seguir contempla a forma como se articulava o conselho de guerra, com espanhóis e indígenas possuindo as mesmas insígnias militares.

Aquel día (era el 5 de noviembre) se empiezan las trincheras. Aquel día también el gobernador convoca a todos los capitanes de los españoles preguntándoles, uno a uno su voluntad, y algunos respondiendo a su vez a la palabra del gobernador, esto dicen: lo que es yo dice uno, vine solamente queriendo cumplir la palabra del Rey; y otro dice: estaré cumpliendo lo que tú mandes; y otro; al mismo punto en que escuche tu palabra la cumpliré; si dices vamos a guerrear, lo cumpliré con presteza; otro: entremos luego no más, no nos tardemos más aquí, que sea reducida a cenizas esta desgraciada maldita ciudad; y otro dice así: ataquemos primero a cañonazos, dice, entonces por ventura se amedrentan, dice pues; después con los cañones de los navíos y los de tierra también haremos frente hiriendo, dice pues; por ventura saldrán y cuando salgan los hijos de los Padres (los indios de las Reducciones) se reirán de ellos y los jugarán. (ANÔNIMO, *apud* MELIÀ, 2000, fol.3).

Os escritos do *Reportero Guarani* nos propiciam observar as estratégias e simulações que os militares portugueses realizavam nos campos de batalha, estas eram percebidas de forma perspicaz pelas tropas indígenas.

O documento (ANÔNIMO, *apud* MELIÀ, 2000, fol. 4) menciona que:

los portugueses estaban furiosísimos porque los habían hecho retroceder; por eso, durante la misa del padre, dispararon contra la nave capitana, hasta 24 tiros. En siendo oscuro contra los 300 Guaraníes que hacían la trinchera les dispararon los portugueses 41 tiros. También ya oscuro los indios y también los españoles se fueron acercando al simulacro de castillo, obra de los portugueses; no era sino que los portugueses habían hecho esa especie de castillo solamente para engañar!; ahí están todo el día de ordinario; ahí solamente hacen ruido con los arcabuces; pero de noche lo cierto es que había sido que entraban todos en su plaza; allí dejan solamente sus propias figuras y espantajos de cuero, y les ponen sombreros en la cabeza, y en una y otra mano un arcabuz, hasta un simulacro de cañón ponen ahí. Al darse cuenta de eso los indios fueron por ellos y se llevaron los sombreros que estaban en las cabezas de los espantajos, así como se llevaron todos los alfanjes y arcabuces, pero no era buenos para nada esos que los indios llevaron; eran cosas estropeadas

O Diário Guarani ainda descreve como os indígenas e espanhóis percebiam os avanços das tropas portuguesas e revidavam nos campos de batalha.

El 4 de noviembre, martes, bien amanecido, durante la misa del Padre, hubo 3 disparos. Después, durante todo el día detonaron 12 tiros hacia donde estaba la guardia de los españoles. En aquel día también mientras la guardia de los portugueses dormía, nuestros españoles fueron y agarraron por sorpresa los caballos y los trajeron; y estando ya lejos sus propios montados y caballos, se despertaron y dispararon otra vez tres tiros de cañón, pero lo mismo no hubo daño, gracias a Dios; después los portugueses del navío dispararon 6 tiros contra los indios que estaban en su mira (ANÔNIMO, apud MELIÁ, 2000, fol. 3).

O *Reportero Guarani* enfatiza em seus escritos que em 1705, os soldados portugueses já se encontravam sem condições de continuar devido aos longos meses de enfrentamentos contra indígenas e espanhóis. O confronto com as tropas da província espanhola causará grandes danos aos soldados portugueses o que culminou com a sua rendição em 17 de março de 1705.

Finaliza el año 1704 y en 1705 continúan todavía las batallas y escaramuzas, intentos de capitulación y breves treguas. Para los portugueses la situación se hacía insostenible. Sin embargo, la resistencia se prolongó todavía durante meses. El final es contado con sencillez y austeridad expresiva. A 15 de marzo, domingo, no hubo nada; ni siquiera el cañón los portugueses hacen detonar más [...] A 17 de marzo, martes, los portugueses se fueron del todo de su lugar en medio del mar, desapareciendo finalmente de la vista de los Guaraníes (ANÔNIMO, apud MELIÁ, 2000, fol. 5)

O *Reportero Guarani* conclui seus escritos no diário anotando as baixas de soldados: “Los españoles que murieron fueron 10; Los indios del Paraná fueron 33; Los indios del Uruguay que murieron fueron 37” por fim com a conquista bélica o Guarani Reportero de guerra conclui o confronto, descrevendo o retorno das milícias indígenas as reducciones: “Los Guaraníes fueron despedidos inmediatamente para volver a sus pueblos de origen. [...] Llegaron a sus pueblos a mediados de abril. Llevaron incluso los huesos de dos que habían muerto en el campo de batalla” (ANÔNIMO, apud MELIÁ, 2000, fol. 6).

Mas os confrontos com os portugueses nas Tomadas da Colônia do Santíssimo Sacramento ainda se estenderiam por anos seguintes, em mais quatro conflitos (1735, 1737, 1762, 1777) ao qual não nos aprofundaremos devido ao recorte temporal desta pesquisa.

Um elemento importante a se ressaltar nos relatos do *Diario Hecho por um Indio*, é o transparecer do discurso, a forma como ele é empregado, pois inúmeros documentos do período colonial excluem qualquer tipo de agência, sempre caracterizando o indígena de forma coletiva ou anonimamente, enfatizando desta forma um discurso que recusa creditar a esses atores um papel ativo que evidencie sua participação na esfera colonial.

De fato a participação indígena Guarani nos confrontos bélicos era efetiva e amplamente difundida nas jurisdições, o que limitava a atuação de efetivos militares espanhóis e *criollos*, porque não se faziam atuantes na esfera colonial? Este é um questionamento importante que iremos analisar no item a seguir.

## 2.6 - As Milícias Espanholas

Um questionamento levantado anteriormente a respeito da atuação das milícias no Paraguai e Rio da Prata envolve o deslocamento das tropas por grandes extensões territoriais. As tropas missioneiras se locomoviam por léguas de distância para atender aos anseios das *gobernaciones* e da Coroa espanhola, mas qual o motivo destes grandes deslocamentos? Pois neste período também existiam as milícias urbanas compostas pelos colonos espanhóis e *criollos* que também poderiam atuar nos confrontos bélicos.

Devemos ressaltar que este modelo de milícias urbanas sofria com uma grande dificuldade de formação militar, tanto no Paraguai como em Rio da Prata. Wucherer (2011, p.288) argumenta que as milícias urbanas se deparavam em uma conjuntura adversa de extrema pobreza. “La falta de alimentos, armas y vestimentas para unos soldados que tampoco recibían su paga, y que en numerosas ocasiones terminaban desertando de las expediciones militares a las cuales eran destinados”.

Somados a este fator, existiam outros condicionantes que dificultavam a formação de sólidas milícias urbanas, entre eles o pequeno contingente de homens para o empreendimento, os poucos esquadrões espanhóis que existiam, respondiam em sua maioria as suas próprias demandas, quando o perigo era próximo ao seu espaço de interesse ou próximo às cidades que viviam.

O fato de as missões jesuíticas serem espaços desenvolvidos quanto à produção agrícola e comercial propiciava uma melhor condição de subsistência aos indígenas, estando assim esses locais aptos a colaborar com a formação das milícias ao contrário do que ocorria com as formações urbanas compostas em sua maioria por espanhóis e *criollos*.

Uma série de privilégios como a isenção de impostos reais junto a Coroa, facilidades em obter terras e índios para novas *encomiendas* e o reconhecimento social por

participar das campanhas militares que fossem exitosas, eram oferecidos aos voluntários espanhóis que vislumbrassem atuar nas milícias urbanas.

Mesmo com todas estas garantias e privilégios, conquistar voluntários não era uma tarefa fácil. De acordo com Furlong (1978, p. 385) “La transformación de vecinos a hombres de armas sólo se opera voluntariamente, al menos cuando es para garantizar su vida, familias e intereses”, já para os membros que viviam nas estâncias ou fazendas distantes das vilas espanholas “no vieron factible el trasladarse hacia la ciudad abandonando sus tareas agroganaderas sólo para ser contabilizados y sin obtener algún tipo de crédito o beneficio mayor” (POZZAGLIO e WUCHERER, 2017, p. 76).

As contínuas inserções paulistas via Rio da Prata, além das constantes investidas de grupos indígenas presentes nos vales e matas do Chaco sobre as vilas e instâncias espanholas, dificultavam as atuações dos pequenos esquadrões espanhóis.

Estes fatores, aliada às fracassadas tentativas das *gubernaciones* de criar formações de atuação urbanas, contribuíram para que as milícias indígenas Guarani ganhassem notoriedade perante a Coroa e os governadores de Assunção e Buenos Aires, o que não isentava a participação e utilização de pequenas tropas espanholas nos combates armados junto às milícias indígenas, quando assim os governadores das províncias julgassem necessário.

Outro elemento importante a se ressaltar para o crescimento das milícias Guarani está no processo de sedentarização das sociedades indígenas Guarani, característica está aplicada e desenvolvida pelos missionários nas missões, porém a mobilidade e os deslocamentos sociais se alteram após o contato com animais de tração cavalos, bois.

Esta característica permitia aos indígenas milicianos realizarem grandes deslocamentos territoriais de forma rápida e eficaz. Estes processos de adaptação associado à dificuldade de formação bélica por parte dos espanhóis como já mencionado acima contribuíram de forma significativa para o crescimento das milícias indígenas em detrimento das urbanas.

Na *gubernación* de Rio da Prata as milícias urbanas ainda tiveram uma atuação considerável, mas se limitavam a defender somente a cidade de Buenos Aires de invasões de inimigos via estuário do Rio da Prata. Por ser uma região de grande movimentação comercial a Coroa espanhola investiu em soldados que provinham em sua maioria da Europa para defender a capital econômica da *gubernación*, mas isto não solucionava totalmente o problema da escassez de soldados para compor as milícias urbanas



em Rio da Prata o que gerou diversas solicitações governamentais junto aos indígenas das missões.

Já no Paraguai a falta de soldados espanhóis se acentuou gradativamente devido principalmente aos saques e destruição causados pelos grupos indígenas do Chaco nas vilas e *haciendas* espanholas. O pequeno contingente militar espanhol de Assunção se limitava a dirimir pequenos conflitos nos entornos da cidade, fato este que acabou contribuindo com o avanço indígena chaquenho sobre as estâncias dos colonos espanhóis na província, causando grandes prejuízos econômicos à província, como veremos a seguir.

## 2.7 - Batalhas no Chaco e a Defesa de Assunção

As instituições milicianas tiveram atuações distintas no Paraguai e em Rio da Prata, mas a documentação colonial enfatiza sua participação principalmente nos confrontos bélicos que se apresentaram nas vilas ou *haciendas* espanholas em ambas jurisdições.

Na *gobernación* do Paraguai, as milícias atuaram em diversos confrontos armados com os portugueses, mas os intensos saques de grupos indígenas que viviam nos montes e vales do Chaco paraguaio contra as vilas e *haciendas* espanholas levaram os *gobiernos* do Paraguai a solicitar sua atuação na contenção destes grupos.

Esses saques indígenas ocorriam devido a dois fatores em especial, primeiro um grande contingente indígena do Chaco não aceitava se submeter ao processo de evangelização nas Reduções Jesuíticas, agregando um processo de resistência destas agências indígenas contra colonos e missionários. Segundo, devido à escassez de bens alimentícios que se instaurou após 1682, o fato das vilas e estâncias do Chaco possuírem reservas de grãos e vastas áreas de criação de gado as tornavam alvo destes contínuos ataques.

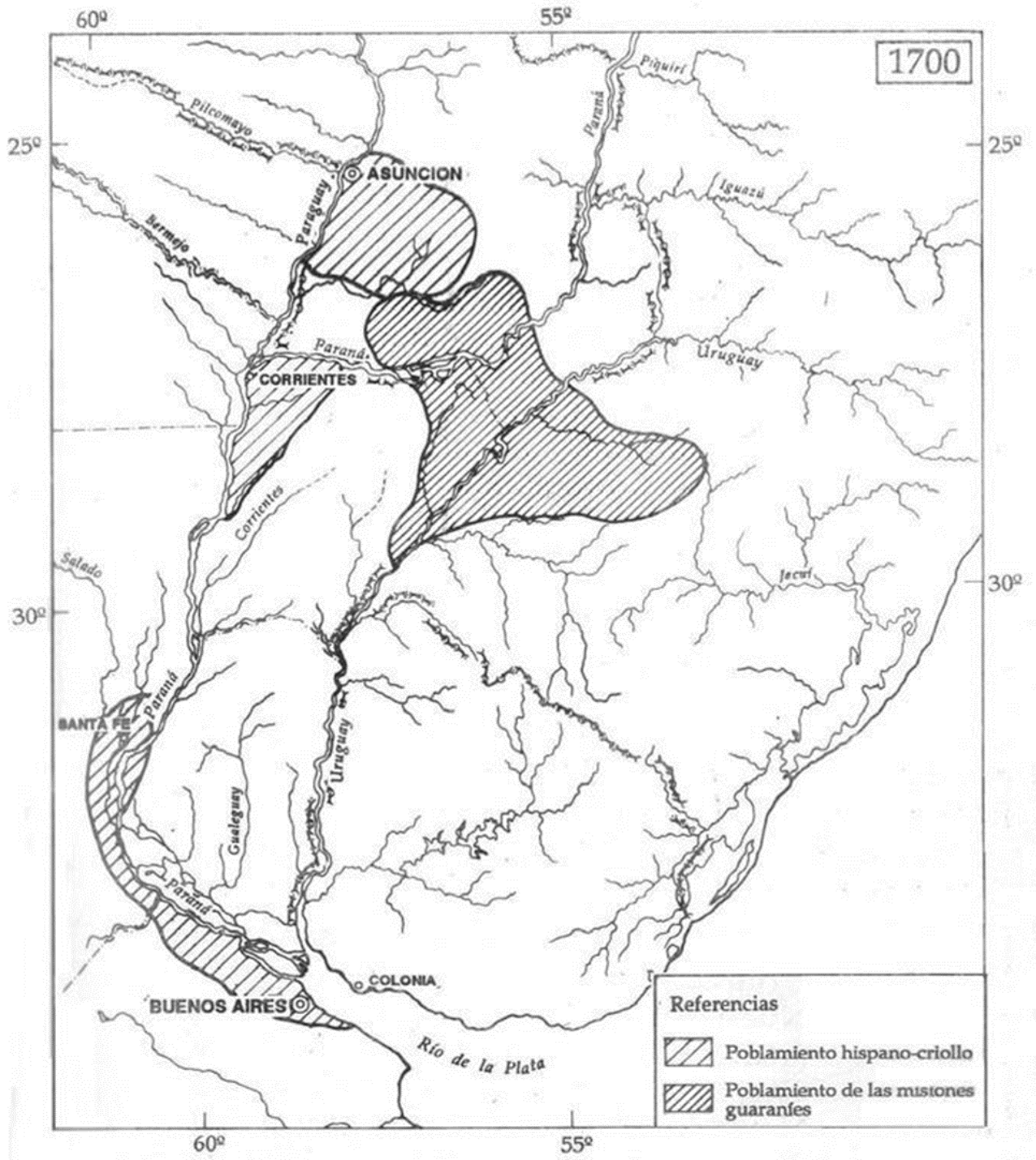
O mapa (fig. 10) mostra as áreas de influência das cidades e Reduções Jesuíticas, em 1700. Esta dimensão geográfica compreendida pelo Chaco paraguaio será analisada a seguir.

De acordo com Pozzaglio e Wucherer (2017, p.72).

Un espacio fronterizo en el cual los términos de infiel e indio enemigo, se vincularon directamente a los de guaycurú y payaguá; y en contrapartida el de indio amigo o auxiliar se relacionó con el indio guaraní [...] Esto nos sirve de gran ayuda a la hora de abordar el Gran Chaco, que presenta una gran variedad de grupos étnicos, y que en los testimonios de la época muchas

veces fueron simplificados principalmente en tres grandes categorías: guaycurúes, payaguás y abipones.

**Figura 10 - Áreas de influencia das Cidades e Reduções Jesuíticas, 1700.**



Fonte: MAEDER e GUITÉRREZ. Atlas Histórico del Nordeste Argentino. Resistencia, Instituto de Investigaciones Geohistóricas, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, FUNDANORD y Universidad Nacional de Nordeste, (1995, p. 59).

Pedro Lozano (1941) caracteriza as etnias indígenas presentes no Chaco como sendo numerosas, mas relaciona as que tinham principal destaque nos documentos coloniais do século XVI e XVII.

De las más innumerables naciones, que pueblan esta provincia, las más célebres son Chiriguanas, Churumatas, Mataguayos, Tobas, Mocovies, Aguilotes, Malbalaes, Agoyas, Amulales dichos antiguamente Mataras, Palomos, Lules, Tonocotes, Toquistineses, Tanuyes, Chunipies, Velelas [Vilelas], Yxistineses, Orystineses, Guamalcas, Zapitalaguas, Ojotaes, Chichas, Orejones, Guaycurus, Callagaes, Calchaquies y Abipones. (Lozano, 1941, p. 59).

Devemos destacar que essas agências indígenas do Chaco eram movidas por necessidades de subsistência humana, onde de uma forma geral visavam obter cabeças de gado, cavalos, bens alimentícios como grãos, além do ferro que utilizavam na confecção de artefatos para os combates armados.

Dobrizhoffer (1967, p. 209) menciona que “las naciones bárbaras, como los Guaycurús, Lenguas, Mocobíes, Tobas, Abipones y Mbayás, han devastado cruelmente mediante asesinatos y robos a esta provincia sin que los habitantes hubieran podido impedirlo”, a captura de mulheres e crianças dos estabelecimentos coloniais como forma de estratégia para enfrentar a grande declinação demográfica que ocorria, também era uma prática adotada por esses grupos, esses fatos geravam certa apreensão por parte dos governadores de Assunção que temiam o avanço dessas populações sobre as cidades.<sup>27</sup>

Os indígenas que habitavam o grande Chaco paraguaio (fig. 11) possuíam várias designações, são descritos na maioria das vezes pelos documentos oficiais do período como hostis, infieis, inimigos, bárbaros entre outros. O fato de viverem escondidos nas matas e encostas das regiões chaquenhãs os pressionava a realizar seus ataques somente ao adentrar das noites, trazendo grandes prejuízos às vilas e estâncias espanholas.

En las chacras de los valles, que se encontraban alejadas de este escudo defensivo, sus pobladores vivían en estado de alerta permanente y su abandono dependía de los asaltos y de las treguas establecidas con las tribus enemigas (AVELLANEDA, 2007, p. 112).

Esses grupos tinham traços característicos próprios, com algumas particularidades, de acordo com Pozzaglio e Wucherer (2017, p.77), possuíam “Una cultura

---

<sup>27</sup> A captura e roubo de mulheres e crianças das vilas e estâncias próximas ao grande Chaco paraguaio eram práticas comuns de vários grupos como os Abipones até meados do século XVIII, assim como os “tobas, mocovíes”, estes grupos desenvolviam essas práticas diante do pleno declínio demográfico que sofriam neste período na governación do Paraguai. In: LUCAIOLLI, C. *Los grupos abipones hacia mediados del siglo XVIII*. Buenos Aires, 2005.

cazadora-recolectora, y por tanto con una movilidad estacionaria que cubría una gran extensión de tierra” além de não possuir um “Liderazgo que los aunara entre sí, que impedía la posibilidad de negociar y/o pactar con líderes” um elemento importante era a diversidade de línguas que esses grupos possuíam entre si, esse conjunto de fatores dificultavam o processo de evangelização desses povos.

Essa inclinação ao nomadismo aliada à desobediência aos poderes centralizadores (Coroa e *Gobernaciones*) e a ausência de práticas econômicas que priorizasse a manutenção do excedente produtivo, produziram a ideia junto às autoridades espanholas de que essas sociedades bárbaras eram inaptas para a vida segundo o modelo de civilização espanhol, percepção essa distante da realidade sociocultural destas etnias indígenas.

Os elementos apontados acima forçaram um processo de isolamento de muitas etnias chaquenhas, que se rebelavam contra os jesuítas, não permitindo serem reduzidas nas missões.

Dentre estas etnias chaquenhas estavam os *Guaycurus* que eram anteriormente descritos como *Mbayas*, de acordo com Schmidl (1939, p. 140) “estos Mbayas son altos hombres garbosos y gente guerrera, que no hace otra cosa que estar en guerra”.

Nusdorffer (1735, fol. 19) relata que as primeiras ações de defesa milicianas no Paraguai contra os indígenas chaquenhos estão datadas de 1662: “contra los mismos Guaycurus, estuvieron quatro meses, cargando sobre sus hombros las municiones y pertrechos con excesivos trabajos, perdieron treinta cavalos, tubieron en las refriegas tres heridos y un muerto”.

A busca por bens de subsistência principalmente alimentos impunha aos guaycurus a prática de saques as vilas e haciendas espanholas, esta etnia indígena é descrita na documentação colonial como veloz e valente, de grande mobilidade e disposição para a guerra, viviam da caça e da pesca, mas frequentemente invadiam os territórios guarani para pilhar alimentos, Oliveira (2010, p. 221).

Em uma carta do fiscal Francisco Fernandez de Madrigal (1618-1685),<sup>28</sup> Cédula para el Governador del Tucuman sobre que informe al Virrey de Lima de las hostilidades que hacen los Yndios Bárbaros del Chaco el modo como se puedan pasificar si

---

<sup>28</sup> Francisco Fernández de Madrigal: Cavaleiro da Ordem de Santiago, conselheiro de Índias. Era regidor perpétuo da vila de Madrigal e foi eleito alcalde da irmandade por seu estado de hijodalgo, desenvolveu trabalhos como secretário e fiscal do *Consejo de Hacienda*, oficial maior da secretaria do Peru. In: CARVALLO, Casiano N. *Síntesis de Historia de la Provincia de Misiones: contribución de los jesuitas a la formación histórica de Misiones*. Posadas, 1980.



Fonte: Archivo General de Simancas, Gracia y Justicia, Legajos, 00690, Córdoba, 1733.

Antonio, Machoni. Descripción de las provincias del Chaco y confinantes según las relaciones modernas y noticias adquiridas por diversas entradas de los misioneros de la Compañía de Jesús que se han hecho en este siglo de 1700.

Madrigal (1681, f. 2) menciona que os indígenas que habitavam os vales e matas do Chaco praticavam “grandes atrocidades mataron setenta y dos personas, y les quemaron sus havitaciones llebando cautivos sus hijos y mujeres profanando las yglesias, y saqueando y robando sus ornamentos y los ganados y cabalgaduras”. Aproveitaram-se do fato da província de Tucumán não ter defesas eficientes “no havia sesenta hombres de tomar armas, y si no se trataba de reprimir dhos yndios”.

Madrigal argumenta ainda que:

No teniendo fija habitación, sustentandose de pescados, rayces y frutos silvestres, y aun se tenia entendido ser tan bárbaro su natural que faltandoles este alimento mataron sus propios hijos y se los comían, sin que para resistir los daños y hostilidades que hacian huviese fuerças en aquella ciudad ni en las demás de esa provincia [...] las muchas atrocidades que los yndios del Chaco havian hecho en dichas ciudades de Jujuy y Esteco y que esta se hallava casi despoblada y una y otra con las demás de esa provincia, estaban en ygal riesgo de ser asoladas por dichos yndios ( MADRIGAL, 1681, f. 4).

Os saques as *haciendas* próximas ao Chaco, Tucumán, além das vilas de Assunção e Corrientes acabaram se tornando inevitáveis diante do contexto social que as populações indígenas dos vales e matas vivenciavam, a dificuldade em se conseguir ou produzir recursos humanos e materiais eram escassos neste período e se acentuaram gradativamente após 1690.

De acordo com Nusdorffer (1735, fol. 13):

Hallandose infestada la ciudad de Corrientes de los infieles Payaguas por rio, que fiados en la ligereza de sus canoas executaban muchos robos y muertes en los christianos así yndios como españoles, su theniente general Don Francisco de Noguera pidió socorro a las doctrinas de los Guaranis o tapes, y luego baxaron en ocho chalupas ciento y sesenta y três yndios bien armados y hallando la ciudad sin una carga de pólvora para municionar a los soldados españoles, socorrieron los yndios con un quintal, consiguiendose con estos socorros el librarla del peligro, en que se hallaba, ahuyentando a los enemigos, que por mucho tiempo no la molestaron.

Os trechos da carta de Madrigal (1680) e do documento de Nusdorffer (1735) evidenciam a situação em que se encontravam as vilas e *haciendas* chaquenhas neste período, com um frágil sistema de defesa e à mercê das invasões indígenas rebeladas.

O contexto que envolve o confronto entre as instituições milicianas e os indígenas inimigos do Chaco devem ser compreendidos como um sistema de ramificações,

onde uma ampla interrelação social ocorria na esfera colonial. Estas populações indígenas mantinham diversos acordos econômicos com inúmeras vilas e estâncias espanholas instaladas entre Corrientes, Assunção, e Tucumán, estes acordos na grande maioria das vezes tinham como objetivo o intercâmbio de produtos e bens alimentícios.

O problema é que esta ampla rede de intercâmbios econômicos produzia perigosas brechas expondo as vilas e estâncias a vulnerabilidades. As trocas comerciais entre indígenas e espanhóis por vezes tinham objetivos secundários como as de obter materiais que pudessem ser utilizados na confecção de armamentos.

Pozzaglio e Wucherer (2017, p. 78) afirmam que:

Los payaguás aprovecharon tanto en Corrientes como en Asunción los acuerdos comerciales con los habitantes de esas ciudades para mejorar sus armas. A cambio los indios daban cautivas que capturaban, o también productos que alcanzaban por el intercambio con otros nativos, principalmente los guaycurúes.

Esses fatores permitiram aos indígenas do Chaco vislumbrar possibilidades de obtenção de uma melhor aquisição de bens alimentícios diante da escassez que assolava a região, é neste período que os assaltos e roubos aos assentamentos ocorrem com maior frequência, pois a obtenção de materiais para a produção de artefatos bélicos impulsionou estas investidas.

É importante ressaltar que as milícias Guarani somente foram solicitadas em confrontos contra os indígenas inimigos do Chaco devido à ineficiência de defesa das vilas e *haciendas* do Paraguai e posteriormente Rio da Prata.

Madrigal (1680, f. 4) menciona que as técnicas de defesa das vilas e cidades espanholas não estava contendo as investidas dos inimigos era necessário realizar ataques como forma de conter os avanços indígenas “las noticias referidas, y medios que se proponen en orden a que se haga guerra ofensiva a los yndios enemigos, para que sean castigados con el rigor que mereçen sus delitos y no se atreban a continuar en las hostilidades que executan en las ciudades”.

É neste contexto que as instituições milicianas se inserem, na ofensiva contra os indígenas do Chaco resultando na proteção momentânea dos assentamentos, atendendo desta forma as pretensões dos governadores de Assunção.

Nusdorffer (1735, fol. 10) em um dos confrontos entre milícias Guarani e indígenas do Chaco menciona que:

Fue Don Alexandro de Aguirre con dos mil yndios armados a guerrear y castigar a los infieles Charos, Mohanes, Charruas y sus confederados; llevaron quatro mil cavalos suyos, dos mil mulas, dos mil bacas. caminaron

casi dos meses solamente hasta encontrar-los por rios caudalosos y pântanos penosíssimos; pelearon cinco días y cogieron mas de quinientas personas de infieles; murieron de los yndios entre capitanes y soldados doze y hubo muchos heridos.

Os serviços prestados à Coroa pelas instituições milicianas por quase um século detém particularidades distintas de atuação em cada uma das *gubernaciones*, pois foram utilizadas em contextos específicos em cada jurisdição colonial, de uma forma geral as milícias atuavam em duas frentes, a primeira delas, se centrava nas ações militares fronteiriças dos limites espanhóis contra os portugueses, ingleses, franceses, e nas jurisdições contra grupos indígenas que resistiam a se submeter às missões, sendo utilizadas até mesmo no combate às rebeliões dos comuneros do Paraguai.<sup>29</sup>

A segunda frente era diante das construções de fortificações, presídios e estradas que eram solicitadas constantemente pelos governadores de Assunção e Buenos Aires.

Devemos salientar que a atuação das milícias no Chaco assim em todo Paraguai e Rio da Prata exigiam desgastantes confrontos bélicos, cada qual com complexas particularidades dentro da dinâmica de cada localidade, os grupos inimigos resistiam intensamente aos combates armados, produzindo alianças com outros grupos étnicos presentes na região.

Um elemento condicionante eram os artefatos de combate que essas populações possuíam, os intercâmbios econômicos com os espanhóis permitiam a confecção de peças de ferro que eram utilizadas no combate às tropas milicianas.

Em um trecho da Carta do governador do Paraguai, Diego de los Reyes Balmaceda,<sup>30</sup> datado de 1721, podemos perceber a habilidade que estas populações chaquenas desenvolveram quanto à produção de ferramentas que pudessem ser utilizadas em combate.

---

<sup>29</sup> Entre 1721 e 1735 a província do Paraguai teve um importante movimento sócio-político que dividiu a sociedade de Assunção em dois grupos específicos: os comuneros, de um lado, e os contrabandos de outro, esses grupos se enfrentaram em combates sangrentos de extrema violência. Os jesuítas e as milícias Guarani diante deste contexto optaram por combater a investida dos comuneros e desempenharam um papel importante na restituição da ordem colonial na jurisdição do Paraguai neste período, In: LOZANO, Pedro S. J. *Historia de las Revoluciones de la Provincia del Paraguay 1755*, Buenos Aires, 1905.

<sup>30</sup> Diego de Los Reyes Balmaceda (1690-1733) governador do Paraguai de 1717 à 1721, sofreu grandes contestações e impopularidade em seu governo, acusado de enriquecer utilizando os poderes de seu cargo no controle do comércio das províncias paraguaias. Foi deposto em um processo contestatório pela Real Audiência de Charcas, de 1722, teve suas ações no período como governador ligadas a Guerra das Comunidades, também conhecida como Rebelião dos Comuneros do Paraguai. In: LOZANO, Pedro S. J. *Historia de las Revoluciones de la Provincia del Paraguay 1755*, Buenos Aires, 1905.



Con el motivo de rescate por esterillas de paja que hacen, pedacillos de cera que sacan de los montes y conchas, compraban cuñas, hachas, machetes y cuchillos de gente ignorante [...] con estas herramientas pasaba la introducción de ellos a casa de los herreros quienes les hacían mojarra y recatones de lanzas, terciados y casquilhos de flechas con que en más tiempo de año y medio se rehicieron de mejores armas que los españoles, que hasta sus macanas que eran de madera a forma de garrotes las llegaron a poner ruedas de bronce con puntas agudas en los remates que conseguían de los plateros y otras armas ofensivas (BALMACEDA, 1721, fol. 43).

De acordo com Lucaioli (2005, p. 38), a atuação das milícias trouxe instabilidade às populações chaquenhas que se viram pressionadas a buscar alianças com outras sociedades indígenas contra os espanhóis e Guaranis milicianos.

La respuesta de algunos indígenas chaqueños fue la de aunar fuerzas aliándose a los peligrosos payaguás, complementaron sus acciones contra la colonia con la ayuda de los mbyayás, conocidos guerreros y ávidos jinetes. Esta coalición demandó la construcción de cinco presidios que, apostados a lo largo de la costa occidental del río Paraguay, buscaban proteger la frontera: Guiray, Ypay, La Frontera, Tobatí y Tapúa; a los que se sumó Arecutacú en 1717.

Nusdorffer (1735) relata diversas atuações bélicas contra os indígenas chaquenhos. As derrotas e prisões que ocorriam após os confrontos armados impulsionaram a construção de inúmeros presídios, como mencionado acima Lucaioli (2005), fato este que condicionou a região chaquenha e dos entornos de Assunção a áreas de presídios de fronteira que mantinha a guerra como principal elemento de contraste econômico e social desta região.

Podemos concluir que os assentamentos de Corrientes e entornos de Assunção cresceram e se expandiram beneficiados pelos privilégios concedidos pelas ações milicianas. A presença frequente das instituições Guaranis na região aliada às prisões e o recuo das investidas indígenas chaquenhas concederam por um grande período certos privilégios a essas localidades, permitindo um crescimento econômico favorável.

A formação e atuação das milícias indígenas neste conflito no grande Chaco impactou diretamente no cotidiano das *reducciones* e acentuou garantias de status social aos caciques, com a aquisição de status e honrarias, que abordaremos no próximo capítulo.

De acordo com Quarleri (2001, p. 55):

Los guaraníes reducidos que se sumaron al proyecto misionero para contar con mayores ventajas defensivas quedaron inmersos en las lógicas de la guerra colonial, que llevaron al recrudecimiento de antiguas rivalidades, al surgimiento de nuevas alianzas, al acceso a bienes y símbolos de prestigio de origen europeo.

O acesso a estes bens e os símbolos de prestígio social são as bases de análise do próximo capítulo.

### CAPÍTULO 3-

#### OS CACICADOS E ATUAÇÃO GUERREIRA GUARANI

O universo missioneiro sempre esteve condicionado a análises que apontavam os jesuítas como sujeitos de articulação de controle político e social nas Reduções Guaranis, segundo essas análises os indígenas Guarani estiveram condicionados ao rígido controle dos padres, estes elementos permitiram a construção de uma perspectiva homogênea em relação às *reducciones*, colocando os jesuítas como articuladores centrais deste processo, elemento este que evidencia uma perspectiva superficial do que era a organização das sociedades indígenas missioneiras.

De acordo com Paz (2019, p. 405):

El cacique, el jesuita y la reducción pueden ser considerados dispositivos de poder. Marcas en una sociedad que indican grados de agregación política así como niveles en donde el poder encuentra lugar donde alojarse y poder desarrollarse y abarcar distintas esferas de aquella sociedad.

Estes sinais de poder nos permitem identificar inúmeras divergências e construir explicações sobre as formas de transformação das sociedades indígenas presentes nas missões. Takeda (2016, p. 67) menciona que: “Los jesuitas, sin embargo, no podían supervisar el conjunto de 30 reducciones basados en un concepto normalizado y estandarizado sin el aprovechamiento de la organización autóctona y el agente principal que dirigía esta misma unidad aborígen, el cacique”. De uma forma geral os caciques e os cacicados tiveram uma relevância central na administração das Missões Jesuíticas e moldaram a articulação dos mais distintos processos sociais, um exemplo importante se deu através da organização das milícias Guarani.

As exitosas campanhas milicianas geravam certos status a caciques e jesuítas perante a Coroa e as *governaciones*. Reiteramos anteriormente que este elemento garantia aos jesuítas adquirir privilégios, como a concessão de Cédulas Reais que propiciavam a fundação de novas Reduções Jesuíticas e a continuidade dos projetos missioneiros. Já os caciques vivenciavam a conquista de status social, o que contribuía em grande escala para o desenvolvimento de um cacicado.

O poder atribuído aos caciques deve ser compreendido como uma experiência que necessita ser analisada por processos de legitimação, reprodução de poder, prestígio e autoridade. É de fundamental importância o surgimento de novas indagações que proponham alternativas e questionamentos sobre as formas de poder dos caciques, além de questionar a autonomia de diversos atores políticos como jesuítas e espanhóis. Devemos

reavaliar o mecanismo de legitimação de poder nas Missões Jesuíticas sob o estabelecimento das formas de alianças desenvolvidas:

El cacique es el producto de una relación social; una intersección de relaciones de poder y relaciones de saber. Es bien conocido como para alcanzar tal distinción en alguna sociedad nativa se debía de cumplir con una serie de normas y preceptos, aunque mucho menos es lo que se conoce sobre en que modo los cambios sociales, económicos, políticos y medioambientales [...] afectaron la construcción y consolidación, de algunas posiciones de prestigio y autoridad (PAZ, 2019, p. 397).

As formas como se articulavam as relações sociais na esfera colonial nos permitem compreender as formas de construção de poder e prestígio de um cacique.

Devemos considerar que todo um contexto político administrativo se fazia dominante neste período, a dinâmica colonial não deve ser entendida sob aspectos de isolamento ou distanciamento dos centros coloniais, existia toda uma rede de interrelações socioculturais, políticas e econômicas entre as instituições locais sejam elas mantidas por indígenas ou espanhóis.

Cabe ressaltarmos que os cacicados nas *reducciones* mantinham uma relação constante com os cabildos municipais,<sup>31</sup> e estes consequentemente às jurisdições do Paraguai e Rio da Prata. Essas instituições locais eram regidas pela Real Audiência de Charcas e pelo Vice- Reinado do Peru e como regência superior tinham a Coroa espanhola, já os padres jesuítas possuíam suas próprias hierarquias tendo padres superiores em cada localidade e um padre geral em Roma, que assumia a responsabilidade sob a instituição religiosa.

Um elemento importante a ser considerado é o fato de o rei espanhol ter o poder de designar funções e atribuições aos padres jesuítas, podendo assim removê-los de uma localidade para outra. Esse modelo de interferência do estado na igreja era conhecido como Real Patronato.

As relações entre Coroa e clero que o rei da Espanha, de patrono tornou-se o vigário do Papa. Essa situação não eliminou pequenos atritos entre autoridades civis e eclesiásticas [...] pode ser dito que a submissão das autoridades da religião católica à Coroa espanhola foi completa (poder temporal) bem como do rei da Espanha ao pontífice (poder espiritual). O Real Patronato conduz à ideia do sincronismo entre Igreja Católica e Coroa espanhola, fato que foi decisivo para o desenvolvimento das Missões na América espanhola (GONÇALVES, 2012, p. 185).

---

<sup>31</sup> Os cabildos ou *Ayuntamiento* eram o conselho ou a instituição municipal, eram unidades fundamentais das *governaciones*, compostos principalmente por espanhóis. Normalmente, esse conselho era composto por quatro a doze *regidores*, presididos posteriormente por um *alcade mayor*, e assessorado pelos *alcades* de menor grau também descritos como ou ordinários (CHAUNU, 1971, p. 31).

Toda esta rede de interrelações que ocorriam entre os poderes coloniais favorecem a compreensão das dinâmicas locais entre as lideranças indígenas, jesuítas e governadores. É neste contexto que percebemos o quanto a figura dos caciques possuía um prestígio coletivo no contexto das *reducciones*. Wilde (2009, p. 56) argumenta que os jesuítas, “convencidos de que los liderazgos indígenas en esas regiones constituía un aspecto medular de la sociedad, se empeñaron en conservar un rol articulador central”, desta forma os jesuítas priorizavam a figura dos caciques incorporados nas Reduções mantendo desta forma a designação conhecida como “*Derecho de Nobleza*”.

De acordo com Cardiel (1919, p. 474):

En cada pueblo hay varias tribus que se distinguen, por sus nombres de Santa María, San José, San Ignacio, etc. ocho o diez, según el número de los habitantes. Cada una contiene cuatro o seis cacicazgos, y su jefe es alguno de los cabildantes. Los caciques son nobles por declaración real, tienen el título de Don en señal de nobleza. Cada uno de ellos tiene treinta, cuarenta o más vasallos, quienes acompañan a su cacique a los oficios comunes, le ayudan en sus ocupaciones particulares y le guardan respeto.

Desde as primeiras incursões missioneiras, os padres buscaram conservar o grau e dignidade dos caciques, além de seus privilégios, mantendo-os assim dentro das *reducciones*, os nomeando corregedores e cabildantes, a cargo de diversas organizações do cacicado, da milícia e outros postos importantes de ofício que correspondiam a uma posição de honraria na esfera missioneira.

Se los llamava Don, se los eximia del tributo real, y se evitaba castigar los publicamente, los caciques fueron declarados iguales en condición a los hidalgos de Castilla [...] Entre los primeros “nobles” estaban no sólo los caciques y cabildantes sino también los músicos, artesanos, sacristanes y mayordomos (WILDE, 2009, p. 57).

A figura do cacique se constitui como ponto de partida da estrutura social Guarani, todo o sistema gira ao seu redor, a função que ele empreende e transmite é o que permite manter uma estrutura social viva e dinâmica.

Em síntese os jesuítas reconheceram desde o primeiro momento as bases da legitimação dos caciques, que eram construídas sobre uma rede recíproca e parental com laços sanguíneos entre os membros mais próximos de seu cacicado, a esses membros eram designados obrigações e direitos que deveriam ser aplicados a comunidade indígena presente nas *reducciones*.

Los caciques son nobles por declaración real, [...]pero no reciben salario alguno. Ni la nobleza los exime del trabajo mecanico; al contrario, tienen a gala el ser carpinteros, escultores, pintores, o ejercitar cualquier otro oficio (CARDIEL, 1918, p. 473-474).

Devemos mencionar que o discurso jesuítico limitava o poder dos caciques em relação às comunidades em que viviam e aos indígenas que governavam, principalmente quando este poder estava inserido na dinâmica das *reducciones*. Mensurar o alcance e as limitações das lideranças indígenas é uma tarefa complexa, de acordo com Oliveira (2010, p. 249):

A impressão que fica é que alguns chefes, em função de suas habilidades guerreiras e oratórias, conseguiram conquistar a admiração e a obediência de outros povos e impor sua autoridade sobre extensos domínios, mas nada sugere que os povos, ou os caciques menos importantes, devessem pagar tributos, ou que os caciques mais poderosos agissem como monarcas absolutos.

Os documentos jesuítas descrevem a existência de graus variados de poder aos caciques, os que possuíam maior destaque agregam graus na hierarquia administrativa de uma Redução Jesuítica podendo liderar outros caciques em conflitos ou situações de guerra. Quanto às funções destes líderes, destacamos como fundamentais, a liderança em guerras, os acordos de paz, preservação da dinâmica sociocultural indígena e as relações sociais com outras etnias.

A oratória é uma das características das lideranças indígenas. O status de um líder na maioria das vezes está condicionado à eloquência dos discursos. Este atributo legitima o exercício de sua autoridade e move toda a comunidade indígena a ele subordinada.

De acordo com Oliveira (2010, p 249):

Embora o aprofundamento da conquista tenha desestruturado a organização política, é razoável supor que a entrada dos espanhóis nos domínios indígenas tenha fortalecido a autoridade dos caciques, alçados por sua posição e habilidade oratória à condição de mediadores e interlocutores privilegiados dos conquistadores.

Essa habilidade deu condições para uma série de negociações tanto com espanhóis como jesuítas, permitindo alianças, trocas de alimentos e utensílios, além de grandes mobilizações para as guerras.

Um elemento importante a se frisar é o fato de a poligamia ser uma das formas de status e poder atribuído aos caciques, era um dos elementos indispensáveis no exercício de sua chefia. De acordo com Oliveira (2010, p. 250). “A constituição de um chefe dependia da constituição de unidades domésticas por intermédio de estratégias matrimoniais. A poligamia articulava, pois, uma complexa rede de parentesco e poder”.

Em suma, o poder atribuído aos caciques emanava de uma estrutura sociocultural muito particular, onde a oratória, a poligamia e suas habilidades guerreiras constituíam suas principais características de liderança indígena.

Cabe esclarecer que os caciques após os primeiros contatos com os inacianos vivenciaram um processo de aceitação, desconfiança e recusa ao projeto missionário, em geral os padres foram aceitos e os complexos reducionais se edificaram. Mas quais benefícios as lideranças indígenas teriam em se aliar aos jesuítas, não teriam seu status ou prestígio de liderança desestruturada?

É importante frisarmos, como comentado no capítulo 1, que a aceitação do projeto missionário está ligada a uma série de fatores, desde as concessões que surgiam dos acordos entre caciques e jesuítas, a busca por se livrar da *encomienda* desenvolvida pelos espanhóis, abrigo diante das investidas bandeirantes paulistas e por um elemento de grande importância, a atração pelo ferro, também descrita nos documentos jesuítas como *cuñas* (que em tradução direta seriam os utensílios de ferro, como machados, facões), além de outros utensílios europeus como, anzóis, agulhas, roupas, vidros.

Melia (1997, p. 10) argumenta que “la diferencia entre un indígena reducido y otro era la posesión de la *cuña*, un hacha de hierro que permitia al plantador pasar a la edad de hierro, a la agricultura, a la sociedade urbana, lo cual significaba un salto civilizatorio importante”.

Na documentação produzida por Ruiz de Montoya (1640, f. 279) podemos observar a seguinte menção “yo voi aora derecho a la Incarnacion con cantidad de *cuñas* y herramientas para hacer en las salinas una reducción nueva porque los de la Incarnacion an pedido, quieren mudarse alli”, de fato as peças de metal tinham uma importância significativa para as populações indígenas que pretendiam se aliar aos jesuítas.

Montoya (1640, f. 197) complementa ainda que:

Compramos les a la voluntad a precio de una *cuña*, que es una libra de hierro, y son las herramientas con que viven, porque antiguamente eran de piedra, com que cortaban la arbusta de sus labranzas. Presentando a un cazique una *cuña* sale de los montes, y sierras, y partes ocultas donde vive, y se reduce al pueblo él y sus vassalos.

Essas descrições nos permitem perceber o quanto as peças de metal e os outros utensílios possuíam uma simbologia nos processos de alianças com os inacianos.

De acordo com Oliveira (2010, p. 269):

Os padres tentavam atrair os caciques com regalos para penetrar nos seus domínios explorando o seu prestígio e carisma, já os caciques atraíam os

padres aos seus territórios para livrar-se do serviço pessoal. Os caciques jogavam com a situação, usando os missionários para realizar seus objetivos políticos. São essas manobras e negociações de ambos os lados que caracterizam a conquista espiritual.

Toda a dinâmica que envolve as formas de poder e prestígio social atribuído aos caciques evidencia o quanto as relações de socioculturais no cotidiano das *reducciones* estava imersa em uma ampla rede de alianças assumidas por caciques e jesuíticas, fator este que impactava diretamente sobre os cacicados,<sup>32</sup> que em suma eram instituições onde um líder no caso o cacique exercia poder sob uma ou várias comunidades indígenas. Apesar das Reduções estarem sob tutela jesuítica, devemos salientar que as alianças entre padres e caciques eram constantes, a boa relação entre ambas as partes permitia o desenvolvimento e ampliação dos projetos missionários.

De acordo com Freitas (2011, p. 144):

Uma nova redução surgia pela opção voluntária de determinados caciques. Neste caso eles procuravam os padres ou eram os padres que contatavam os mesmos. Vários fatores colaboravam para que lideranças indígenas procurassem os religiosos ou aceitassem os seus argumentos quando contatados. No caso de uma redução já estar organizada, a incorporação de novos grupos dava-se normalmente de duas formas [...] a captura no campo de batalha e a incorporação de novos grupos indígenas, seduzidos pela palavra dos missionários.

Existem alguns documentos jesuíticos que mencionam os cacicados na esfera social das *reducciones*, mas a maioria destes documentos retratam de forma fragmentada e por vezes generalizada a dimensão destas estruturas sociais, o que dificulta observar a verdadeira função e característica dos cacicados. O que podemos afirmar é que assim como o cabildo possuía uma função política, as milícias uma função militar, os cacicados possuíam uma função sociocultural organizando a população Guarani de acordo com suas bases étnicas.

Soares (1996, p. 34) caracteriza o cacicado das sociedades Guarani missioneiras sob a análise de fatores político-sociais e econômicos, uma “agricultura desenvolvida, formação de excedente de produção, a centralização temporária da chefia nas mãos de um líder guerreiro, assim como o princípio de hierarquização política e religiosa”.

De acordo com Wilde (2011, p. 23):

---

<sup>32</sup> Os cacicazgos por terem sido estruturas determinantes na estruturação dos projetos missionários são descritos por inúmeras cartas e documentos como parcialidad de un pueblo ou nación, que de uma forma geral servem como forma de denominação dos coletivos ou famílias indígenas incorporadas. In: SOARES, André Luis R. *Organização Sócio-Política Guarani: Aportes para a Investigação Arqueológica*. Porto Alegre, 1996.



A juzgar por las fuentes jesuíticas, es probable que la estructura básica del teyú o familia extensa prevaleciera dentro de las reducciones en la forma de la parcialidad o el cacicazgo. Eran los jefes de dichas familias, los que negociaban con los sacerdotes su incorporación a los nuevos pueblos, a cambio de protección y privilegios dentro de la nueva formación colonial.

Os cacicados tinham um vínculo direto com as milícias indígenas, pois faziam parte do cotidiano das missões. Eles se relacionavam nas mais distintas áreas de organização social e sua abrangência era distinta, pois nem sempre estava condicionada a territórios, mas a áreas de influência de um cacique. Frequentemente seu poderio era exercido sobre uma única comunidade indígena, mas existiam casos de um controle maior que poderia se estender a mais de uma. Este elemento era percebido facilmente nas Reduções, pois possuía a presença de várias comunidades indígenas presentes em uma determinada localidade.

Takeda (2012, p. 64) argumenta que o cotidiano das *reducciones* era composto por inúmeros cacicados sob o comando de vários caciques, em números menciona que:

los caciques de cada pueblo podía variar según la envergadura del pueblo u otros factores. En el año 1657, por ejemplo, el pueblo de Itapúa tenía 55 caciques, mientras el número de los caciques en el pueblo de Mártires era solamente 15. Otro ejemplo muestra que en el año de 1715 Loreto tenía más de 80 caciques, mientras que Trinidad tenía solamente 15.

Devemos salientar que além dos privilégios já existentes nas *reducciones* as campanhas milicianas geraram aos caciques um status importante perante a Coroa, o de vassallos do Rei, pois neste período os caciques entraram na esfera nobiliárquica da Coroa. Esse elemento condicionava aos cacicados certos privilégios como pagamentos, bens, propriedades, advindos do título de cacique e da tradição familiar que ele herdava. Em sua grande maioria esses privilégios provinham das Coroa e das *Gobernaciones* diante de façanhas militares conquistadas pelas milícias.

Os cacicados possuíam uma participação direta nas questões de guerras e conflitos bélicos que eram assumidos pelas instituições milicianas. Isso permitia que os caciques assumissem cargos militares superiores.

Convém mencionar que os privilégios concedidos aos cacicados eram comemorados ao final de cada atuação exitosa solicitada pela Coroa ou pelas *governaciones* com grandiosas festas cerimoniais e desfiles que mobilizavam um grande número de indígenas das *reducciones*.

Estes contextos apontados acima nos propiciam uma relação com o antigo *ethos guerreiro* indígena, estrutura está condicionada a uma perspectiva sociocultural muito particular dos indígenas Guarani. Tema este que abordaremos a seguir.

### 3.1 – *Ñande Reko* e Memória Indígena

Ao analisarmos o contexto das milícias Guarani, podemos observar que toda a dinâmica que envolvia os atos militares no qual os indígenas se inserem, desde alianças com as autoridades reais, jesuítas e governadores, os impulsionavam a ressignificações culturais. Os Guarani alimentavam uma simbologia e práticas guerreiras incitadas pelas dinâmicas que envolviam suas práticas socioculturais e políticas.

O *ethos guerreiro* Guarani deve ser avaliado como parte de um complexo processo de ressignificação indígena, pouco abordado pela historiografia contemporânea. As análises de Soares (1996), Fernandes (2006), Wilde (2009) abrem caminho para análise deste processo histórico presente tanto nas etnias Tupi como nas Guarani.

Ao contextualizar o sentido da guerra na sociedade Tupinambá, Fernandes (2006, p.17) evidencia que “as atividades bélicas se justificam através de um discurso religioso”, que está diretamente ligado aos “fatos sociais” das sociedades indígenas que a utilizam.

A perspectiva de Fernandes sobre o *ethos guerreiro* é extremamente essencialista, implica em uma continuidade de um aspecto sociocultural Tupinambá. Devemos ressaltar que esta construção de análise funcionalista é complexa quando analisado o *ethos Guerreiro* Guarani das Missões, como veremos abaixo.

As atividades guerreiras sempre estiveram enraizadas na estrutura social dessas etnias Guarani. Perusset (2008), ao analisar a documentação referente aos primeiros contatos destas sociedades com os espanhóis argumenta que:

Entre las características propias de la organización política guaraní, basada en la existencia de numerosas agrupaciones en competencia entre sí, resultaban las guerras periódicas y las alianzas cambiantes. Durante el período previo a la conquista de los españoles la guerra fue común para los guaraníes. Ésta no sólo los enfrentaba a otros grupos étnicos como sus vecinos chaqueños, sino que fue habitual también entre distintas parcialidades guaraníes. Las hostilidades podrían haber surgido en gran medida debido a la presión demográfica sobre los recursos existentes y

debido a que los jefes militares quisieran expandir sus bases económicas (PERUSSET, 2008, p. 248).

Estes conflitos presentes nas sociedades Guaranis pré-colombianas não ocorriam somente por questões econômicas e territoriais, mas pelas distintas funções que o sentido da guerra tinha para estes grupos. A própria etimologia da palavra “guarani”, significa “guerreiro”, esta é uma pista clara do significado que as atividades bélicas tinham para com estes grupos indígenas.

Analisar a concepção guerreira atribuída aos Guaranis condiciona reavaliarmos conceitos e estruturas, e desconstruir argumentos principalmente os quais condicionam a estes grupos uma imagem de docilidade e passividade pós contato com os europeus.

As sociedades Guaranis sempre estiveram inseridas em uma dinâmica de conflitos intra e interétnicos que já existiam muito antes do contato com os europeus, e suas ações guerreiras apenas se reconfiguraram após o período pré-colombiano, caracterizando um processo de ressignificação sociocultural destas agências indígenas.

É diante deste processo de ressignificação que o sentido da guerra se altera, e condiciona as sociedades Guaranis uma nova dinâmica no contexto sociocultural e político das missões, e neste contexto surgem novos discursos e simbologias que se readaptam, mas que não perdem sua conexão com a ancestralidade indígena.

De acordo com Perusset (2008, p. 249):

La mayor fuente de prestigio y de influencia para cualquier hombre era la condición de guerrero temerario y ese estatus se adquiría mediante la captura de enemigos en combate, que eran luego ejecutados [...] Por lo tanto, la misma comunidad imponía a sus guerreros un destino ineludible: no podían dejar de combatir.

Podemos concluir que as guerras possuíam múltiplos efeitos, desde a inserção dos jovens indígenas aos combates, a demonstração das habilidades guerreiras, e os confrontos intraétnicos que existiam entre os próprios grupos Guaranis.

A condição de guerreiro condiciona ao indígena que a tem um status de prestígio na sociedade Guarani, permitindo desta forma um processo de enaltecimento das conquistas adquiridas nas guerras.

La guerra aparece así como el modo privilegiado para adquirir nuevos sujetos e incorporarlos. Los guaraníes hacían de la guerra uno de los circuitos de reciprocidad que enmarcaban su existencia: el triunfo de hoy engendraba la necesaria venganza de mañana, que restablecería el equilibrio (PERUSSET, 2008, p. 249).

A continuidade cultural das etnias Guarani é justificada pela rede de relações sociais que se perpetuam e reproduzem o *Ethos Guarani*. Soares (1996, p. 40) argumenta que “as relações de amizade, reciprocidade, convocatórias diversas e a própria guerra fazem parte do *ethos Guarani*”. Neste sentido podemos afirmar que o *ethos* Guerreiro se institui como parte de uma complexa estrutura sociocultural, o *ethos* Guarani.

A guerra é uma das características do *ethos* Guarani que mais rapidamente chamou a atenção dos invasores. Independente do fato que os primeiros cronistas descreviam o novo mundo conforme sua visão europeia, os conflitos com as nações vizinhas, apesar de suas dimensões, eram sempre chamados de guerra (SOARES, 1996, p. 47).

A guerra é um veículo de promoção da hierarquia social indígena, e deve ser vista como uma instituição indígena que já existia antes do contato com os conquistadores europeus (NOELLI, 1993, p. 305-306). Ela pode ser justificada por diversos elementos como a busca por prestígio social, status de guerreiro, pela capacidade de reunir indivíduos em uma mesma comunidade, pelo prestígio de cooptar aliados de outras etnias, pela poligamia, pelos rituais de passagem, entre outros.

Ela se apresenta como um recurso, voltado não para o extermínio do adversário, mas sim para a sua cooptação ou apropriação do seu território. Devido a esta característica expansionista é que os indígenas Guarani são caracterizados como guerreiros. A busca pelo estabelecimento de relações de reciprocidade e alianças com os grupos da própria etnia assim como de outros grupos interétnicos foi mal compreendida pelos espanhóis, o que desencadeou uma série de conflitos coloniais.

As guerras produzem símbolos de prestígio para os Guarani, elemento este que possui grande importância na estrutura sociocultural dessas populações se moldando como um dos pilares fundamentais do *ethos* Guarani. A busca pelo prestígio permite a continuidade e ao mesmo tempo a unidade cultural desta etnia indígena (NOELLI, 1993, p. 305-306).

De acordo com Soares (1996, p. 60):

É pelo prestígio que se realizarão grandes festas, que se convidarão todas as pessoas ligadas, próximas ou distantes, é pelo prestígio que participarão das guerras, é pelo prestígio que buscam se unir ao espanhol e pelo prestígio da abundância que desejam ter muitas mulheres e muitos filhos [...] O cargo de cacique é dado pelo prestígio, sem herança de posto. É através do prestígio que um pai de família extensa se torna chefe de aldeia, e é através do prestígio que concentrará as pessoas em torno de si, seja nas atividades coletivas agrícolas ou guerreiras.

O prestígio social está diretamente ligado a uma estrutura central o ethos Guarani, este por sua vez se reproduz sob a forma de discurso e de práticas sociais visando a formação de alianças entre distintos grupos e a perpetuação e reprodução do modo de vida que prega a ancestralidade indígena o ñande reko, ou seja, o “modo de ser” Guarani.<sup>33</sup>

De acordo com Melià (1981, p. 6):

este "modo de ser" viene elicitado sobre todo cuando se da la confrontación de los modos de ser, el de los Guaraní y el traído por la colonización hispánica, de la cual el de los jesuítas es sólo una variante. Las formulaciones más explícitas del modo de ser guaraní aparece en aquellas situaciones críticas en las que los indios se sienten amenazados en su propia identidad; es en el momento en que van a ser "reducidos", cuando ellos más se declaran irreductibles, y justifican su posición y su reacción, apelando a seu "modo de ser".

O ñande reko está ligado a uma perspectiva sociocultural onde os desdobramentos que ocorreram após o contato com os jesuítas nas *reducciones* ressignificaram alguns aspectos da simbologia ligadas a este “modo de ser”.

Este processo de ressignificação simbólica não implica desconsiderar os dilemas do contato inicial entre indígenas e jesuítas nas Reduções. Como comentado no capítulo 1 e 2, o processo de catequização indígena nas missões não se desenvolveu de uma forma tranquila. A resistência indígena gerou grandes conflitos de ordem sociocultural e política.

Desde os primeiros contatos com espanhóis e jesuítas, os guaranis e as demais etnias indígenas desenvolveram estratégias que iam da aliança a resistências. De acordo com Oliveira (2010, p. 221) essas estratégias: “visavam a sobrevivência, a recriação ou invocação do seu modo de ser diante do avanço devorador do colonialismo”.

Um dos aspectos que garantiu a interação entre grupos guaranis e os padres jesuítas foi a defesa do modo de ser Guarani.

Mediante aos processos de conquista e de efetivação do projeto apostólico-político empreendido pela Companhia de Jesus. O encontro entre as lideranças guaranis e os jesuítas se expressou através da aliança, cujo princípio se constituiu na preservação e defesa do ñande reko, o modo de ser guarani, sentido, vivido, que determina as ações, os códigos, os valores, os costumes, as tradições, enfim a organização que envolve o universo simbólico guarani (SANTOS, 2012, p. 27).

---

<sup>33</sup> Entendemos por Ñande Reko o significado que Antonio Ruiz Montoya em sua obra Tesoro de la lengua guaraní (1639) descrevia como modo de ser. “La comprensión guaraní de la Vida Buena, sistema, ley, cultura, norma, comportamiento, hábito, condición, costumbre (MELIÀ, 2011) classifica o ñande reko em três categorias de teko ou práticas culturais: teko porã, o bem viver e ser um bom guarani; teko katu, as leis coletivas; e teko marangatu, o modo de ser religioso. São categorias que apenas existem se estiverem interligadas, de forma que o modo de vida dessas populações deve abarcar o respeito às regras sociais, o convívio em harmonia e a religião.

De fato, na maioria dos estudos sobre as formas de resistência ou ressignificação indígena no Paraguai e Rio da Prata predomina a lógica do conflito. De acordo com Santos (2012, p.27) os Guaranis “aceitaram viver e construir o espaço missioneiro na medida em que puderam interferir na realidade colonial. Capazes de perceberem a pluralidade cultural do seu momento, muitas vezes divergiram da ação evangélico-política dos jesuítas, reagindo e às vezes de forma violenta, como atestam as várias evidências históricas.

Estes processos de resistência indígena contra a colonização e posterior catecismo indígena foram constantes, o que gerou sérios conflitos com estas populações.

John Monteiro (1956 - 2013) desenvolveu pertinentes análises sobre estes processos de resistência nas Missões Jesuíticas e como eles alteraram a dinâmica das sociedades indígenas.

Para se repensar a resistência dos índios, faz-se necessária uma reinterpretação abrangente dos processos históricos que envolviam essas populações. Mais do que isso, é preciso também reavaliar como os diferentes atores nativos criaram e construíram um espaço político pautado na rearticulação de identidades, contemplando evidentemente não apenas as formas pré-coloniais de viver e proceder, como também e especialmente a sua inserção, ou não, nas estruturas envolventes que passaram a cercar cada vez mais as suas margens de manobra. Assim, tanto as sociedades que se mantinham avessas ao contato, por assim dizer, como as que foram mais intensamente envolvidas nos esquemas coloniais tiveram que adotar novas formas de resistência, muitas vezes lançando mão de estratégias, retóricas (MONTEIRO, 1999, p. 241).

Reavaliar estes processos de resistência é reconstruir cenários e processos históricos, nos quais as populações indígenas interagem com os colonizadores e produzem reconfigurações na sua estrutura social.

De acordo com Coutinho (1996), que analisou a dinâmica dos processos de resistência indígena Guarani, o período da ação missional propicia um processo de resistência passiva destes grupos, pois somente a partir da segunda metade do século XVII surgem registros documentais que remetem a figura do indígena rebelde, profético ou messiânico.

Essas conclusões denotam que havia vários tipos de resistência, (ativa, passiva e religiosa) tendo essas modalidades ocorrido logo após o início do contato, mas o fato da resistência passiva ser mais incidente mostra que os elementos da cultura guarani persistiram mesmo após o contato (COUTINHO, 1996, p. 42).

Os Guarani através dos processos de ressignificação visaram preservar seus aspectos socioculturais, mantendo desta forma ativas as bases do seu “modo de ser”. Mas devemos considerar que apesar de buscar a preservação deste modelo ancestral ocorreram

mudanças substanciais na estrutura sociocultural e política destes grupos, que afetaram diversas áreas como os conhecimentos agrícolas, artesanais e a defesa militar, elemento este que contribuiu para com o aprimoramento de várias destas técnicas.

Os padres foram perspicazes no processo de evangelização indígena e nas trocas culturais que ocorriam, a eles coube a articulação de um processo de negociação com os indígenas, adaptando, reinterpretando, ressignificando e aproximando-se da cultura, da língua e do modo de ser guarani.

Meliá (1986, p.118) argumenta que para os jesuítas: “O sentido de fazer missão, na época era totalizador, significava politizar, ou seja, transformar as estruturas sociais, e, sobretudo, as pautas culturais”, mas essa perspectiva se deparou com profundos dilemas de ordem sociocultural, os padres foram obrigados a conciliar alianças com os caciques e estruturar a dinâmica das missões observando as particularidades culturais das sociedades indígenas preservando desta forma as características principais do *ethos* Guarani.

Em termos históricos, a aliança dos Guaranis com os inacianos durante o processo de catecismo nas missões reconfigurou as formas de prestígio social e instituiu a atividade militar como uma das marcas deste processo.

As práticas sociais guerreiras Guarani devem ser compreendidas como manifestações do *ñande reko* ou “modo de ser “indígena, já as guerras possuem uma simbologia e são veículos de promoção na hierarquia social indígena.

O *ethos guerreiro* está ligado diretamente à construção de poder na sociedade Guarani missioneira. É preciso compreender este complexo processo analisando a transição que as organizações políticas indígenas Guarani tiveram, que inicialmente de um modelo mais horizontal e igualitário passaram a se moldar sob uma característica centralizadora de poder nas missões.

Wilde (2006, p. 123) argumenta que “la gradual instauración de instituciones políticas peninsulares en América debe inscribirse en un proceso cultural más amplio que implique cambios y adaptaciones de nombres, visiones de mundo, modalidades de identificación social y prácticas sociales concretas”. Essas adaptações sociais desencadearam um amplo processo de etnogênese que reconfiguraram a organização social indígena preexistente em um novo conjunto de tradições inventadas.

De acordo com Bartolomé (2006, p. 40):

A etnogênese, ou melhor, as etnogêneses referem-se ao dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pela análise antropológica [...] na verdade, a etnogênese foi e é um processo histórico

constante que reflete a dinâmica cultural e política das sociedades. É um processo básico de configuração e estruturação da diversidade cultural humana.

O processo da Conquista espanhola e o posterior contato dos padres com as sociedades indígenas do Paraguai e Rio da Prata gerou a necessidade de uma nova adaptação política e identitária por parte destes grupos indígenas. A etnogênese Guarani deve ser compreendida através desta capacidade de adaptação sociocultural e política desenvolvida pelos indígenas das Missões.

De acordo com Ahlert (2008, p. 49):

Ainda que os missionários carregados de uma vontade subjacente de suplantação de valores, tivessem como ideologia a implantação de uma nova ordem cultural, entendendo cultura no seu sentido mais amplo, como organização espacial, modo de ser, pensar, atuar sobre o mundo e organizar a sociedade. A constante integração de elementos da cosmovisão guarani nas reduções representa que a conversão do indígena não se deu de maneira uniforme e homogênea. Os guaranis passaram por um processo de ressignificação, decorrente de terem sua vida grafada por uma ação externa à lógica intrínseca da sua sociedade.

Como mencionado no capítulo 1, Ruiz de Montoya ao instituir a necessidade da criação junto à Coroa espanhola de unidades bélicas o que se tornaram posteriormente as instituições milicianas, já tinha o conhecimento das habilidades guerreiras Guarani, habilidades estas que podiam ser observadas no cotidiano das sociedades indígenas. Podemos considerar desta forma que todo o processo desde a instituição das milícias Guarani, os treinamentos bélicos, a demonstração das habilidades guerreiras dos indígenas com armas de fogo, e as técnicas desenvolvidas nos campos de batalha devem ser analisadas sob uma perspectiva de adaptação e ressignificação sociocultural indígena muito particular.

O fato de os Guaranis estarem sob a tutela de poucos jesuítas nos complexos missioneiros gerou a construção de uma perspectiva historiográfica estritamente centralizadora de poder, onde se enfatizava a dominação jesuítica e um falso processo de submissão indígena neste contexto. Esta perspectiva frequentemente retratada na literatura, tanto apologética como anti jesuíta deve ser analisada de forma cautelosa levando em consideração seu viés de complexidade. De acordo com Wilde (2006, p. 120) este processo “sólo acepta un abordaje diacrónico de larga duración en que se tenga en cuenta el papel jugado por los líderes nativos y los símbolos de poder en las misiones”.

O papel das lideranças indígenas nas missões em um primeiro momento esteve condicionado aos dilemas do contato inicial e das alianças com os padres, já em um segundo momento, quando as Reduções começaram a adquirir um status de consolidação na



esfera missioneira podemos observar que vários dilemas socioculturais e políticos se resolviam através de processos de ressignificação que modificaram em certa medida a natureza das instituições de poder indígenas.

Os caciques por estarem a frente de várias *parcialidades* ou *pueblos* reduzidos nas missões adquiriram através das alianças com os jesuítas uma nova configuração de status e poder social nas *reducciones*.

Essa nova configuração concedida aos caciques os permitia além do controle já estabelecido na estrutura social da sua comunidade indígena, vislumbrar insígnias e prestígio social perante o Rei espanhol e as autoridades regionais e locais. De fato, esta perspectiva social vislumbrada pelos caciques não surgiu ao mero acaso, foi moldada através da observação e contato com a nova dinâmica social a eles imposta nas missões.

A participação dos caciques nas atividades bélicas milicianas está diretamente ligada a esta nova perspectiva de status social. As conquistas adquiridas nos campos de batalha pelas tropas indígenas, somadas as manifestações socioculturais representadas nos desfiles cerimoniais geraram uma nova forma de prestígio social, o monárquico.

Devemos recordar que os serviços militares prestados à Coroa eram registrados em arquivos Reais, Cartas Ânua, e documentos variados, neles eram evidenciadas as conquistas, os atos e a lealdade dos indígenas ao Rei espanhol. Deste modo podemos concluir que se produzia uma interessante articulação entre a história monárquica nas fronteiras além da constituição de uma memória individual e familiar dos indígenas perante o rei.

Wilde (2011, p. 27) argumenta que:

Muy probablemente las tradiciones belicistas previas existieron, una evaluación en terminos históricos implica considerar este aspecto de la vida misional como una particularidad de la formación jesuítico-guaraní que reforzaba identificaciones al nivel del cacicazgo, la compañía militar o el poblado. En efecto, la historia de una reducción o de una familia, podía construirse sobre la base de su historia militar (triunfo en una batalla, servicios a la corona, asistencia a otras reducciones), reforzando así rasgos de singularidad que se manifestaban en los símbolos, las insignias y los relatos orales (o escritos) transmitidos de una generación a la siguiente.

De certa forma as tradições bélicas devem ser analisadas levando em conta o aspecto missioneiro. A aliança entre jesuítas e Guaranis apenas reforçava identificações a nível de cacicado e companhias militares.

O *ethos guerreiro* Guarani se insere nesta nova configuração de poder e prestígio social instituído aos caciques, pois umas das formas de se adquirir status estava diretamente ligado a conquistas bélicas.

Cientes deste novo modelo de prestígio social, os guerreiros milicianos se sacrificavam nos campos de batalha na busca por insígnias e status social concedidos aos hábeis guerreiros que se destacavam nos campos de batalha.

As Reduções Jesuíticas vivenciaram um real crescimento econômico, somente após a constituição das instituições militares Guarani, o triunfo de batalhas, os serviços prestados à Coroa e a assistência bélica a vilas e cidades espanholas evidenciava uma aliança próspera entre indígenas e jesuítas, que tinham como juiz e “protetor” o rei, em um complexo sistema de negociação política.

“A cultura original de um grupo étnico [...] em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que acresce às outras” (CUNHA, 1986, p. 99). De fato, a simbologia atribuída ao *Ethos guerreiro Guarani* expõe uma função cultural distinta na dinâmica dos indígenas presentes nas Reduções Jesuíticas.

### **3.2- Os Desfiles Cerimoniais**

Existe menção em diversos documentos coloniais como o de Nusdorffer (1735) de que as milícias Guarani adotavam cerimoniais com grandes desfiles em comemoração aos êxitos de batalhas, estes desfiles além de mobilizar vários Guaranis propiciavam um momento de prestígio, honrarias, status diante dos feitos no campo de batalha.

Toda esta mobilização dos cerimoniais foi retratada por jesuítas e governadores das jurisdições, através de inúmeros documentos que eram direcionados à Coroa espanhola, onde se destacavam as conquistas bélicas.

Poucas obras de cunho visual retratam esses desfiles cerimoniais com riqueza de detalhes e preservando a dinâmica histórica destes acontecimentos.

Estudar as obras missioneiras é observá-las como expressão de um determinado momento histórico, produto de um complexo de circunstâncias socioculturais inéditas. Imagens nos propiciam releituras carregadas de vários significados que estão sujeitas às mais distintas interpretações.

Ahlert (2008, p.17) argumenta que “interpretar o que há por trás da representação, é captar sobressignificados de discursos, acontecimentos e concepções” na maioria das vezes é neste âmbito que se situa o essencial, o que é objetivamente consistente e relevante em uma análise.

Não podemos deixar de mencionar que a compreensão e análise das produções artísticas missionárias não pode desprezar a cosmovisão do artista seja ele jesuíta, espanhol ou mesmo indígena, tampouco podemos desconsiderar o lugar seja de ordem geográfica ou social que ele está inserido.

As representações indígenas eram comuns no cotidiano das *reducciones*, os padres utilizavam-se dos mais distintos elementos materiais em suas produções, desde esculturas em madeira, cerâmica, pinturas, gravuras, entre outras. Essas técnicas artísticas dos padres aos poucos foram transmitidas aos indígenas, o que permitiu uma vasta produção de obras artísticas e artefatos indígenas que eram comercializados entre as vilas espanholas.

Não adentraremos ao campo conceitual que aborda as diferenças entre arte e artefato produzidos pelos indígenas, nesta pesquisa, pois analisaremos uma obra visual que possui um caráter estritamente representativo no contexto de atuação das instituições milicianas.

Os cerimoniais eram momentos festivos de admiração, êxtase e prestígio indígena, o que os jesuítas descreviam como sacralização militar, através da operação de símbolos e objetos nos desfiles.

los soldados de acuerdo con su graduación, disponían de vistosos uniformes militares, que posiblemente los usaban más en los desfiles que en las acciones de Guerra, [...] en los inventarios hechos por cada pueblo misionero, en el momento de la expulsión de los jesuítas, en 1768, figuran una cantidad apreciable de los mismos para oficiales y soldados (PALACIOS e ZOFFOLI, 2014, p. 219).

Esses cerimoniais ocorriam nos mais diversos locais, podendo ser realizados tanto nas vilas espanholas como nas Reduções Jesuíticas, ocorriam sempre após as conquistas obtidas pelas tropas milicianas.

Em um levantamento documental de mapas, planos e desenhos presente no Archivo General de Simancas, encontramos um precioso plano (pintura) da Redução Jesuítica de San Juan Bautista (fig. 12, 13), medindo 70,8 x 75,0 cm, sem data, produzido em torno dos anos de 1726 a 1753.

Figura 12 - Desfile Cerimonial Pueblo de San Joan Bautista.

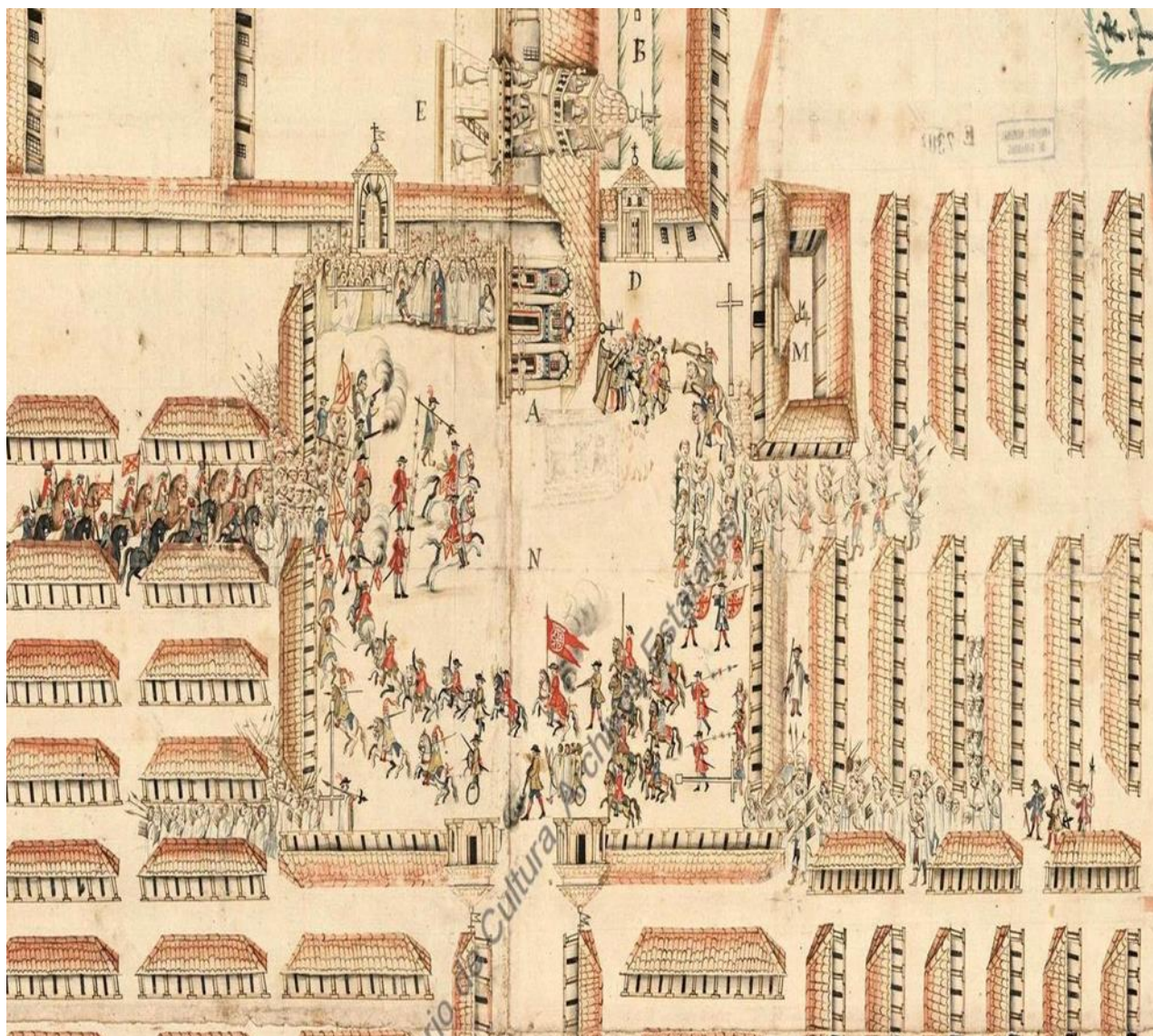


Fonte: Arquivo General de Simancas, MPD, 02, 014.

Plano Original “Pueblo de San Joan Bautista del Rio Uruguay”. Anônimo (provavelmente jesuíta), sem data, produzido entre 1726-1753.

Nesta pintura podemos contemplar uma rica construção de elementos históricos, onde, os desfiles de comemoração das conquistas milicianas são retratados.

**Figura 13-** Desfile Cerimonial Pueblo de San Joan Bautista.



Fonte: Arquivo General de Simancas, MPD, 02, 014.

Plano Original “Pueblo de San Joan Bautista del Rio Uruguay”. Anônimo (provavelmente jesuíta), sem data, produzido entre 1726-1753. (Recorte, nossa autoria).

Quanto ao carácter da obra devemos frisar que as representações missionárias utilizadas tanto em decorações das igrejas, capelas, altares ou mesmo como

representações de acontecimentos importantes para uma redução era fundamentalmente anônima. Ahlert (2008, p.72) argumenta que “não havia interesse em se destacar nomes ou enaltecer esforços individuais”, o que poderia fomentar a vaidade pessoal e desviar a razão essencial da arte, que estava em seu potencial didático e ilustrativo”.

Devemos analisar esta representação sob uma ótica abrangente onde segundo (HAUSER, 1973, p. 26):

O impulso da arte, se quiser assim chamar à espontaneidade artística, inarticulada e, em si, indefinível, aproveita-se sempre das necessidades sociais e exprime-se através de formas que lhe correspondem. Nenhuma espontaneidade conduz, sem estar em relação com o seu meio social. Também, nenhum motivo exterior, nenhuma oportunidade e nenhuma falta produzem também, sem um impulso artístico e uma capacidade criativa, obras de arte, formas estilísticas e orientações de gosto. Temos sempre de considerar a independência mútua de dois princípios igualmente constitutivos.

Reconhecer os aspectos da arte missioneira requer uma complexidade de observações, analisando os históricos de sua produção e o contexto em que foram desenvolvidas.

Por ser uma produção jesuítica do séc. XVII, a representação acima possui uma série de características e traços que nos remetem ao estilo de produção artística barroca. Wolfflin (1996) aborda em sua obra sobre os conceitos da história da arte na América colonial que a iconografia missioneira é uma vertente da estética barroca, o que a diferencia é o processo de intervenção dos inúmeros aspectos culturais das sociedades indígenas. Estes elementos produziram a expressão barroco jesuítico-guarani voltadas a tudo que fosse produzido neste período nas Missões Jesuíticas.

Mas devemos ressaltar que as obras produzidas pelos indígenas de uma forma geral possuem particularidades distintas das produzidas pelos jesuítas, pois os indígenas incorporavam a identidade nativa aos modelos artísticos por eles produzidos, evidenciando uma releitura de símbolos e ressignificações de sua cultura e do cotidiano em que estavam inseridos. Já os padres se inspiravam nos acontecimentos locais e produziam representações de carácter gótico, além do labor das atividades missionárias e indígenas, que se destacavam pelos traços e características de reprodução barrocas.

Em relação aos materiais necessários para a confecção destas representações artísticas, podemos apontar que a dificuldade em se conseguir tintas e pigmentos que provinham da Europa levou os jesuítas a se adequarem a nova dinâmica e utilizar dos

conhecimentos indígenas na substituição desses pigmentos por elementos naturais presentes nas proximidades das Reduções Jesuíticas.

Plá (1975, p. 88) argumenta que:

Los jesuítas carecieron, dada la época, de la versación técnica necesaria para obtener pinturas adecuadas a las nuevas condiciones climáticas. [...] Los jesuitas trataron de poner remedio a esos inconvenientes, y hasta, según datos, recurrieron para ciertas pinturas de techos, etc. a los conocimientos que los indígenas tenían de algunos tintes vegetales através de su práctica en el teñido de tejidos. En cambio es probable que algunos de esos colores vegetales y algunos otros de procedencia igualmente local pero de origen mineral, como caolines y ocre, se empleasen en pinturas al temple, así fueron pintados por ejemplo los techos y hornacinas de San Ignacio y de San Cosme y San Damián [...]. Se ha dicho inclusive cuáles fueron las materias colorantes vegetales empleadas: yrybú retyma (negro), yerba mate (verde), urucú (rojo)

A dificuldade em se encontrar materiais adequados para as produções artísticas também se aplicava aos tecidos utilizados nas telas, estes tecidos assim como as tintas e pigmentos provinham em sua maioria da Europa e foram substituídos nas missões por telas de algodão, que possuíam uma qualidade inferior ao linho europeu.

En la pintura sobre tela se empleó casi siempre lienzo de algodón, los indios mostrábanse reacios al labore del lino, y lienzos de este material tenían que ser importados. El lienzo de algodón se presta mucho menos para la pintura y esto há repercutido muchísimo en la conservación deficiente y desaparición temprana de las pinturas misioneras (PLÁ, 1975, p. 88).

A iconografia missioneira de fato, nos possibilita grandes análises históricas podendo ser utilizada como importantes fontes documentais dos mais distintos processos que ocorreram nestas regiões. Nos desdobraremos em cima desta perspectiva metodológicas em especial para analisar a representação acima.

De modo a facilitar a análise da obra cerimonial e nos situarmos geograficamente no plano, é necessário compreendermos a tipologia urbana de uma Redução Jesuítica.

Nas reduções se caracterizou uma tipologia urbana missioneira organizada a partir de um traçado viário estruturado por duas ruas principais que se encontravam no centro da praça. O primeiro conjunto, já referido, era uma grande estrutura, com a igreja ao centro, de um lado o cemitério e do outro, o claustro e as oficinas e depósitos ao redor de dois pátios. No primeiro pátio, ficavam a residência dos padres, o local onde ensinavam ofícios aos meninos, a sala de armas, a dispensa e o refeitório dos missioneiros. No Segundo e maior pátio se localizavam as oficinas, onde se desenvolviam os ofícios de ferreiros, carpinteiros, estatuários, tecedores, pintores, escultores, fabricantes de instrumentos musicais, entre outros. Essas atividades seguiam um modelo iniciado na Idade Média europeia (AHLERT, 2008, p. 71)

Essa descrição tipológica de um modelo geral de uma estrutura urbana missioneira nos auxilia na compreensão da organização social de uma Redução Jesuítica.

As oficinas onde eram realizadas as produções artísticas designadas ateliês, eram centros econômicos, administrativos e autônomos, mas ligados diretamente aos padres, estes por sua vez regiam os trabalhos comunais e as produções e também produziam obras como a representação acima.

O artista, pintor, escultor indígena, este possuía um status digno de admiração nas reducciones, pois dava forma a obras como santos, que seriam venerados nas igrejas missioneiras. Ahlet (2008, p. 73) menciona que “O chamado artesano mayor manejava o sagrado, por suas mãos rudes, pedaços de madeira transformar-se-iam em belas imagens [...] o artesano possuía uma espécie de nobreza investido de carisma e uma dignidade indefinidos”, uma forma de prestígio social.

Quanto à obra “cerimonial” retratada acima podemos observar um grande espetáculo, com uma praça colorida e um desfile aberto de cavalaria e infantaria indígena miliciana, a eles se juntam uma comitiva de soldados espanhóis. Podemos distingui-los devido a diferença aplicada aos uniformes, o armamento e os estandartes que são carregados.

A representação também possui diferentes tipos de músicos tocando diversos instrumentos, desde à arpa, viola, violino, flauta doce, trombeta, tambores, entre outros.

As praças onde ocorriam esses desfiles são descritas pelos documentos como praças de armas. Nusdorffer (1735, fol. 10) menciona um desfile em uma praça após a primeira expulsão dos portugueses da Colônia de Sacramento em 1680. “Duro la funcion más de seis meses y caminaron los más a pie para la cercanía de la plaza de armas, solamente para no maltratar sus cavallos y poderse servir de ellos en las acciones militares posteriores”.

Esta praça de armas era um local de destaque nas *reducciones* e sua designação provavelmente se deriva pela proximidade com a sala onde eram guardadas as armas e munições à base de pólvora. Se observarmos atentamente Ahlet (2008, p.71) menciona na citação acima este local: “No primeiro pátio, ficavam a residência dos padres, o local onde ensinavam ofícios aos meninos, a sala de armas, a dispensa e o refeitório dos missionários”, esta sala possui um importante papel na dinâmica das Reduções por ser um local frequentemente controlado pelos missionários.

De acordo com Bohn Martins (2019) que analisou as tipologias das festas cerimoniais presentes nas Missões do Paraguai:



Exercícios de armas de tal natureza, assim como corridas e escaramuças, estavam presentes em vários festejos, [...] A estas datas costumavam estar associadas ainda, a escolha dos membros do cabildo indígena de cada redução, bem como homenagens dirigidas a Monarquia que se faziam em meio a jogos militares e juramentos de lealdade. Em comitivas, os índios deslocavam-se para a praça da missão, portando insígnias dos cabildos e o estandarte real, enquanto lançavam aclamações ao monarca (MARTINS, 2019, p. 200).

Podemos apontar que se buscasse com os desfiles e encenações militares nas festas cerimoniais a incorporação de um sentido de identidade e de pertencimento dos Guaranis na dinâmica colonial missioneira. Esses cerimoniais se inserem no cotidiano indígena com uma importante conotação ritual acionando elementos de prestígio e insígnias de status social.

Quanto aos uniformes utilizados no desfile, podem ser observados casacos vermelhos, além de sombreiros largos e vistosos, a maioria dos soldados utilizam ponchos e gorros com cintas e turbantes. Podemos perceber ainda, disparos de arcabuzes, e a infantaria Guarani entrando na praça de armas por quatro ruas distintas. Vários estandartes podem ser observados se diferenciando por tamanho e forma. A insígnia dos mesmos está dividida em quatro partes, aparentemente na forma do escudo espanhol utilizado também em diversas batalhas na Europa. Alguns estandartes vão à frente das comitivas espanholas, outros à frente da cavalaria miliciana. Podemos observar ainda uma riqueza de detalhes ao redor da ação principal, com a representação da igreja jesuítica, a torre principal da Redução, as plantações e a criação de animais no entorno. Enfim de uma riqueza de detalhes grandiosa, que possui inúmeros elementos a serem explorados como fonte documental.

As batalhas travadas pelas milícias Guarani vinham acompanhadas na maioria das vezes por inúmeras conquistas bélicas, que resultavam em cerimoniais, honrarias e inúmeros privilégios aos cacicados e jesuítas.

De fato, as guerras e as festas cerimoniais eram essenciais na sustentação das lideranças indígenas Guarani e eram assumidas como formas de autoridade, contribuindo para o reforço de vínculos coletivos e a coesão interna das sociedades indígenas.

Os cerimoniais descritos e produzidos pelos jesuítas são representações de prestígio indígena, carregados de uma simbologia e de um status social e político, onde honrarias insígnias e condecorações bélicas instituíam figuras de autoridade que podiam ser contempladas tanto pela sociedade indígena das missões como pelas elites das vilas espanholas.

Martins (2019, p. 202) argumenta que:

É possível sugerir que se buscasse com os jogos militares e com as encenações de guerra, alimentar o sentido de identidade e de pertencimento dos guaranis reduzidos a um coletivo que passara a ser “missioneiro”. Os rituais cotidianos [...] acionavam insígnias que passavam a ser importantes para cada povoado, enquanto vários elementos das celebrações conjuntas e os símbolos cristãos, ampliavam este sentido de pertencimento para o âmbito das *reducciones*.

Os desfiles e festas cerimoniais se fundamentam sob três aspectos essenciais, o político, sociocultural e econômico, pois influenciavam diretamente nas relações dos indígenas e jesuítas com os colonos das vilas e *haciendas* espanholas. Estes desfiles cerimoniais permitiam o contato entre estes sujeitos sociais o que propiciava uma série de relações humanas na dinâmica colonial.

Os cerimoniais devem ser compreendidos também como intentos de disciplina inseridos na dinâmica colonial, onde os padres buscavam exercer um controle maior sobre as sociedades indígenas. O temor ao descontrole destas populações gerou a implementação de um mecanismo de atenuamento que minimizava as tensões que ocorriam entre indígenas, jesuítas e colonos espanhóis.

Já as mortes e derrotas nos campos de batalha produziam ápices de violência extrema que fugiam ao controle dos missionários.

### **3.3- A Morte nos Confrontos Bélicos**

Os documentos produzidos pelos indígenas e jesuítas das *reducciones* retratam as mortes nos campos de batalha como o testemunho humano do pacto real assumido pela sociedade missioneira diante dos anseios da Coroa. Devemos ressaltar que a forma como são retratadas vão de acordo com as percepções e contextos em que são produzidas.

Os dois principais documentos textuais analisados nesta pesquisa retratam perspectivas distintas em relação a morte, mas ambas se relacionam com o contexto de conflitos e guerras.

O documento escrito indígena de 1705, *Diario Hecho por un índio de lo que sucedió en el segundo desalojamiento de los portugueses de la Colonia de Sacramento*”, aborda a concepção da morte dando ênfase aos detalhes, como ferimentos, acidentes e agravantes que as condicionam.

resultaron ser seis: de Concepción murieron cuatro cuando su balsa chocó contra una piedra en un salto; de Santiago murió uno, mordido por un perro; uno de San Lorenzo murió desnucado cuando al enlazar una vaca el caballo tropezó y cayó; allí los indios se entretuvieron ocho días hasta que no hubieron hecho pasar todos los caballos. (ANÔNIMO, apud MELIÀ, 2009, fol 3).

[...] allí lo primero que vieron fue a tres españoles lastimados; uno tenía el hueso de la pierna quebrado; otro se arrastraba apenas sobre el trasero; otro de la misma manera, pero de más consideración [...] allí siendo ya oscuro la gente se desplazó; y de noche escucharon por primera vez cuatro disparos de cañón; el tercer tiro quebró el horcón del toldo del Padre Juan de Anaya mientras estaba durmiendo, que casi lo mata; también los indios que estaban durmiendo y que a su vez también lo oyeron, quedaron grandemente asustados; después, en el primer amanecer los indios todos juntos se dirigieron a un lugar conocido, puestos en hilera y también gritando (ANÔNIMO, apud MELIÀ, 2009, fol. 4).

A concepção de morte neste documento é retratada sob uma perspectiva cotidiana, carregada de minuciosos detalhes. Esta característica permite observar a dinâmica do conflito sob uma ótica interna, onde o sujeito está inserido no contexto retratado, neste caso o *Reportero Guarani*.

Já o documento produzido pelo jesuíta Nusdorffer de 1735, “Diario de los Sucesos y de las Operaciones de Guerra.”, que descreve os métodos e as técnicas de combate das instituições milicianas no Paraguai e Rio da Prata, retrata as mortes nas guerras e conflitos como sendo atos heróicos sob uma perspectiva política em prol da evangelização cristã e dos anseios do Monarca espanhol. Nusdorffer quantifica as mortes ressaltando a postura dos jesuítas diante das perdas humanas “murieron veinte y dos yndios por enfermos y trabajos de los caminos y lluvias [...] los indios cristianos murieron a manos de infieles los mas incautos a lanzadas; pero sacaron los otros la chusma y la aprisionaron” (NUSDORFFER, 1735, fol. 15-17).

Nusdorffer (1735), assim como inúmeros outros jesuítas do período, visou quantificar as mortes indígenas nos conflitos como forma de evidenciar a necessidade de proteção destas sociedades, construindo desta forma um diálogo político com a Coroa, visando apoio para os projetos de evangelização que não possuíam qualquer tipo de ajuda imperial.

Se hace presentación de los quales consta aver los dichos indios padecido muchos danos del enemigo, perdida de sus pueblos y tierras y cosillas y aver muerto muchos en esta defensa derramando su sangre innumerables que salieron heridos sirviendo a su magestad en la defensa destas fronteras a su costa y sin ayuda alguna (NUSDORFFER, 1735, fol. 3).

O que podemos observar é uma construção de argumentos que caracterizam as ações indígenas nos campos de batalha.

Como saída diante das mortes que ocorriam nas campanhas militares os jesuítas instituíram atos heroicos sobre as ações bélicas, conciliando assim fins religiosos com honrarias militares, atrelando uma nova perspectiva cultural

As instituições milicianas foram sacralizadas na esfera missioneira, sendo levadas ao status de “milícia espiritual” (Quarleri, 2007, p. 57). Essa designação alimentava os valores bélicos, premiando a destreza, o ímpeto guerreiro e as lideranças nos campos de batalha, com cargos e honrarias, uma forma de articular prestígio aos guerreiros guaranis.

Mas devemos frisar que esta articulação de prestígio, não está ligada a concepção de um ritual funerário, muito pelo contrário. De acordo com Clastres, (1980, p. 105) “Não se pode falar de culto dos mortos entre os povos da América do Sul: longe de pensar em celebrá-los, eles se ocupam bem mais em apagá-los da memória”. O que os jesuítas instituem é um processo de enaltecimento dos guerreiros Guaranis.

Todo o processo de militarização dos indígenas nas *reducciones* envolvia um contexto litúrgico, ritual e festivo, onde celebrações que dramatizavam lutas e vitórias sagradas ocorriam de forma frequente. Esses elementos despertavam sentidos aos indígenas reduzidos, alimentando concepções coletivas, onde a participação em guerras e as mortes nos campos de batalha se concebiam respaldadas por uma concepção religiosa de enaltecimento dos sobreviventes dos campos de batalha.

De acordo com Quarleri (2007, p. 58):

Los antiguos sacrificios rituales efectuados sobre los cuerpos de los cautivos dejaron de tener lugar dentro de las nuevas configuraciones impuestas por el cristianismo y una dimensión superior y totalizadora se impuso como el único referente de justicia.

Os Guarani possuíam uma concepção ritual post-mortem nas missões associada a uma referência única de justiça social, este elemento explicava nos êxtases de violência diante das perdas humanas nos campos de batalha.

A imposição cultural religiosa dos jesuítas sobre os indígenas milicianos não coibiram totalmente concepções, práticas e tradições enraizadas na cultura Guarani o *ñande reko* ou “modo de ser” indígena. Um exemplo claro eram os êxtases de batalha, onde os indígenas impulsionados pelas mortes de seus “irmãos de sangue” (indígenas das mesmas *reducciones*) agiam com extrema violência sobre os inimigos, matavam com grande crueldade

no campo de batalha, como ocorreram na primeira e segunda tomada do Colônia de Sacramento.

Os espanhóis relatavam constantemente essas práticas de extrema violência praticadas pelos Guaranis nos conflitos armados, evidentemente estes rumores chegavam aos portugueses, este elemento contribuía para aumentar o temor dos portugueses quando dos enfrentamentos contra os indígenas. De acordo com Lozano (1755, p. 53) os Guaranis dos aldeamentos eram percebidos como “bárbaros, insolentes, feroces y crueles, sin cultivo, sin cristiandad y que cometen los más sangrientos estragos sin rastro de piedad en las ocasiones de guerra”. Estas descrições alimentavam um imaginário coletivo em relação as práticas cometidas pelos indígenas Guarani em possíveis guerras.

Altamirano (1680) na *Relacion de lo sucedido en la Expulsion de los Portugueses que Pretendieron invadir las Provincias del Rio de la Plata, Paraguay de 25 de Noviembre de 1679 hasta 9 de agosto de 1680*, menciona em um trecho de sua carta, a crueldade praticada pelos Guaranis aos capitães e alferes portugueses, neste confronto:

Con esto ao salir del sol era todo nuestro despues de dos horas de un furioso combate quedando muertos 112 Portugueses y hechos pedaços, con todos sus Capitanes y alferes excepto uno que huyendo por el río en una lancha fue cogido de nuestro barco, quedando todos los demás unos heridos, y todos prisioneros (ALTAMIRANO, 1680, f. 3).

Os escritos de Altamirano nos permitem perceber que o processo de imposição cultural jesuítica ressignificou inúmeros aspectos socioculturais dos Guaranis. De acordo com Melia (1997, p. 202) “El aprovechamiento de ciertas características culturales de los Guaraníes se dió en campos, como el de la agricultura, el de la artesanía y hasta en el de la defensa militar”. Este fator impulsionou uma série de reconfigurações da cultura indígena.

Quanto aos êxtases de batalha podemos explicá-los sob a concepção cultural Guarani enraizada no *ñande reko* que tinham seus ápices nos campos de batalha e guerras desencadeadas nas *governaciones*. A extrema violência indígena aplicada sob os inimigos nos confrontos bélicos mencionados acima deve ser observada como resultado de um processo de ressignificação social que se alterou após o contato de indígenas, jesuítas e colonos espanhóis e portugueses.

### 3.4– Atuação indígena e a Consolidação das Milícias

A implantação das Reduções Jesuíticas no Guairá, abordado no capítulo I, consolidou a expansão e reestruturação de um espaço missioneiro que era majoritariamente ocupado por indígenas que falavam Guarani. De acordo com Melià (2003, p.111) esse fator “llevó la rápida desaparición de otras lenguas habladas en la región y de numerosas variantes”. Diante deste contexto o guarani se tornou a língua oficial e a escrita assim como o espanhol passou a ser utilizada na produção documental de cartas, sermões, catecismos, diários, informes nas *governaciones*. Isso permitiu a preservação com o passar dos séculos de vários documentos de escritas variadas como os analisados nesta pesquisa.

De acordo com Wilde e Vega (2019, p. 466):

La participación indígena en la cultura textual misional fue hasta hace poco tiempo un aspecto escasamente explorado por la historiografía. En la última década, la investigación ha comenzado a brindar detalles sobre dicha participación y sobre las convenciones materiales y estilísticas de los diversos géneros textuales misionales, cuyos vestigios se encuentran hoy dispersos en archivos y bibliotecas del mundo entero.

Vale salientar que nesse período, a comunicação por meio de cartas era de fundamental importância tanto como comprovação documental ou como meio oficial de comunicação, no início com os padres e colonos, posteriormente entre os indígenas. Esse fato exacerbou as autoridades espanholas, que viram nisso uma prova de rebeldia e de clandestinidade por parte dos indígenas.

Melià enfatiza que as cartas em guarani sobre as batalhas e guerras não foram esquecidas, muitas ainda estão guardadas em arquivos como os de Simancas, outras foram copiadas em livros em várias línguas e difundidas naquele período.

Neumann e Boidin (2017, p. 98) afirmam que os Guarani das *reducciones* escreveram com grande frequência inúmeros documentos onde expressavam seus pensamentos políticos próprios, onde é possível observar sua capacidade de agir, mas também as suas amplas percepções dos acontecimentos que ocorriam:

Essa autonomia indígena, em um momento de contestação política, estava embasada nas teorias que pautaram a sua instrução e que paradoxalmente serviram para justificar ações em defesa dos seus interesses, devidamente amparados nos valores da monarquia católica (NEUMANN e BOIDIN, 2017, p. 99).

O Guarani, que na realidade era a língua geral da *governacion* do Paraguai nesse período, pouco a pouco deixou de ser a língua política efetiva. Isso não ocorreu de

forma momentânea, mas após a expulsão dos jesuítas os documentos passaram a ser redigidos integralmente em espanhol nas jurisdições.

Devemos mencionar, que cada documento deve ser interpretado levando em consideração o contexto de sua produção. O escrito indígena do *Diario Reportero de Guerra* presente nesta pesquisa, não deve ser entendido como fonte coletiva que recaia sobre toda a população indígena missioneira, pois se utilizássemos esse padrão acabaríamos reduzindo indígenas Guarani a um coletivo estritamente uniforme e homogêneo, desconsiderando sua diversidade e agência indígena.

De acordo com Quarleri (2009, p.195-198), uma grande parcela de documentos produzidos pelos indígenas recorda constantemente às autoridades reais todo o empenho da população missioneira em assegurar os domínios da Coroa espanhola, uma retórica amplamente difundida pelos missionários.

Recordando as ações indígenas nas fronteiras americanas, a capacidade de argumentar em guarani pautada em conceitos da teoria política neo escolástica, recorria a um direito natural e a uma interpretação contratual do pacto monárquico, ou seja, da relação de vassalagem que os vinculava ao rei por sua condição de sujeitos cristãos.

De acordo com Neuman (2007, p. 48): “O domínio do alfabeto tanto alterou as formas de registro dos Guaranis como determinou um novo ordenamento de suas pautas culturais, possibilitando estabelecer relações e, também, construir novas redes de apoio”. Que de fato evidenciassem os processos de envolvimento e agência indígena na dinâmica colonial.

Enfim, a escrita indígena, possuía finalidades diversas nas missões jesuíticas, isto nos obriga a rever consideravelmente as afirmações simplistas que consideram os escritos indígenas nas Reduções, como fatos sem grande importância ou restritos a cópias comuns sem credibilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de alianças que ocorreu entre os Guarani e jesuítas nas missões permitiram a formação das milícias indígenas, instituições essas que respondiam prontamente tanto aos anseios dos governadores quanto ao Rei espanhol. Esse elemento sociopolítico e econômico aliado às disputas entre Portugal e Espanha foi o que de fato permitiu o pleno desenvolvimento das missões jesuítas na colônia espanhola.

O fato de as Missões terem se desenvolvido em um espaço de fronteira e expansão colonial entre Portugal e Espanha permitiu que uma série de disputas geopolíticas, econômicas e socioculturais ocorressem e os indígenas se tornassem o elemento primordial deste processo, sendo tanto alvo de disputas como protagonistas em diversos confrontos bélicos desencadeados nesse período.

São nestes múltiplos processos humanos acima elencados que esta pesquisa se construiu criticamente, pois buscamos diante de inúmeras perspectivas etno-históricas evidenciar como a presença e participação indígena Guarani foram essenciais na história colonial e na configuração geopolítica das jurisdições do Paraguai e Rio da Prata.

As táticas de combate, aliado às estratégias, estrutura e corpo bélico das instituições milicianas de acordo com alguns documentos jesuíticos seguem um modelo e uma perspectiva europeia de confronto armado onde os missionários se tornaram os transmissores desse modelo nas reducciones, mas existem ainda inúmeras lacunas documentais a respeito deste processo. *O Diario Hecho por un indio” reportero de guerra (1704)* e o documento de Bernardo Nusdoffer, *Diario de los sucesos y de las operaciones de guerra (1735)* e a pintura do Desfile Cerimonial de San Juan Bautista nos propiciam uma análise onde estas instituições milicianas desenvolveram características próprias de combate traçando um processo de ressignificação entre o *ethos guerreiro* indígena e a estrutura de atuação bélica das milícias.

Os cacicados, os desfiles cerimoniais, a morte nos confrontos bélicos, e o *ethos guerreiro* são estruturas socioculturais que estavam intrinsecamente inseridas na estrutura interna e na atuação das milícias Guarani. Estes elementos nos permitem concluir que as milícias não eram instituições regidas sob uma perspectiva estritamente colonial, existia uma trama sociocultural, onde diversas comunidades indígenas presentes nas Reduções se inseriram na dinâmica colonial, sendo esta construída através de uma trama de concessões e alianças entre caciques, jesuítas e lideranças governamentais das jurisdições do Paraguai e Rio da Prata.



É necessário frisar que este é um campo recente de pesquisa que envolve as missões jesuíticas. Certamente com a ampliação das fontes documentais e de novas perspectivas de análise, considerações futuras a respeito desta pesquisa deverão surgir e conseqüentemente a ampliação de nossa análise referente às milícias Guarani. A multidisciplinaridade deve ser vista como essencial na construção e descoberta de novos aportes de pesquisa referentes a esta temática, aliar História, Antropologia, Arqueologia, Filosofia, entre inúmeras outras áreas disciplinares pode levar-nos a perspectivas e análises ainda não elaboradas sobre a história colonial deste período e contexto.

## FONTES DOCUMENTAIS

ACTAS DA CÂMARA da Villa de São Paulo - 1596/1622. São Paulo: Duprat, Vol II, 1915.

ALTAMIRANO, Jarque Francisco. **Relacion de lo sucedido en la expulsion de los portugueses que pretendiendo invadir las Provincias del Rio de la Plata, Paraguay etc. se Poblaron en frente de las Yslas de S. Gabriel desde 25 de noviembre de 1679 hasta 9 de agosto de 1680.** Coleção De Angelis vol. 5. Antecedentes Colônia de Sacramento (1669-1749).

ALTAMIRANO, Jarque Francisco; **El Estado que Al Presente Gozan las Misiones de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay, Tucumán y Río de la Plata.** 1687. Coleção De Angelis vol. 5: Antecedentes Colônia de Sacramento (1669-1749).

BALMACEDA. Diego de los Reyes. **Carta del 24.** Archivo General de la Nación. Sala VII. Legajo N° 2.609. f. 43 v. 1721.

BOLLO. Diego de Torres. **Rasones que hay para que el Real Consejo se sirva mandar con graves penas que todos los índios q se convirtieren por el Evangelio en el distrito de las Audiencias del Peru y Rio de la Plata, Paraguay,** Coleção De Angelis vol. 1: Jesuítas e bandeirantes no Guairá, 1631.

IGLESIA. **Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1609-1614).** Documentos para la Historia Argentina. Tomo XIX. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – CONICET, Buenos Aires: Talleres S. A. Jacobo Peuser Ltda, 1927.

IGLESIA. **Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637).** Documentos para la Historia Argentina. Tomo XX. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – CONICET, Buenos Aires: Talleres S. A. Jacobo Peuser Ltda, 1929.

IGLESIA. **Cartas Ânuas de la Provincia Jesuítica del Paraguay. 1641-1643. Documentos para la Historia Argentina.** Tomo XX. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – CONICET, Buenos Aires: Talleres S. A. Jacobo Peuser Ltda, 1929.

IGLESIA. **Cartas Ânuas de la Provincia Jesuítica del Paraguay. (1658-1660 y 1659-1662). Documentos para la Historia Argentina.** Tomo XX. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y técnicas – CONICET, Buenos Aires: Talleres S. A. Jacobo Peuser Ltda, 1929.

IGLESIA. **Cartas Ânuas de la Provincia Jesuitica del Paraguay. (1729-1730) Documentos para la Historia Argentina.** Tomo XX. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y técnicas – CONICET, Buenos Aires: Talleres S. A. Jacobo Peuser Ltda, 1929.

LAMAS. Andrés. **Diario de los Sucesos y de las Operaciones de Guerra de los Tercios de Indios de las Misiones**”. Archivo General de la Nación. Buenos Aires. Seção de Documentos (Vários). 1735.

LOZANO, Pedro S.J. **Historia de las Revoluciones de la Provincia del Paraguay 1755.** Vol.2, Buenos Aires, 1905.

LOZANO, Pedro S.J. **Descripción Corográfica del Gran Chaco Gualamba.** Reedición con Prologo e Índice por Radames A. Altieri. Tucuman: Instituto de Antropología Universidad Nacional del Tucuman.1941.

MADRIGAL, Francisco Fernandez de. **Cédula para el Gobernador del Tucuman sobre que informe al Virrey de Lima de las hostilidades que hacen los Yndios Bárbaros del Chaco el modo como se puedan pacificar si por la predicacion evangélica o por fuerza de armas para que con este informe el que hara la Audiencia de la Plata, 13 de Enero de 1681.** Coleção De Angelis vol. V: Tratado de Madri: Antecedentes Colônia de Sacramento, 1669- 1749.

MELIÀ, Bartomeu. **El Diario Hecho por un índio de lo que sucedió en el segundo desalojamiento de los portugueses (de la Colônia de Sacramento) el 10 de septiembre de 1704 (hasta el 18 de marzo de 1705). Un Guaraní reportero de guerra.** Archivo Nacional de Asunción Acción: revista paraguaya de reflexión y diálogo. Asunción, n. 208, 2000.

MONTOYA. Antonio Ruiz de. **Información de como se fundaron las Reduções de Guayra.** Coleção De Angelis vol. 1: Jesuítas e bandeirantes no Guairá, 1614.

MONTOYA. Antonio Ruiz de. **Petición del Padre Antonio Ruiz de Montoya hecha a S. M, suplicando por el remedio de las Provincias Reducciones de Indios en las hostilidades que padece de los portugueses.** Coleção De Angelis vol. 1: Jesuítas e bandeirantes no Guairá, 1628.

MONTOYA. Antonio Ruiz de. **Petición del P.e Antonio Ruiz de Montoya hecha a S. M, relatando los agravios de los Indios infieles y de los vecinos de San Pablo.** Coleção De Angelis vol. 1: Jesuítas e bandeirantes no Guairá,1640.

MONTOYA. Antonio Ruiz de. **José Cataldini y Simão Maceta Información hecha por los padres sobre si los indios del Iabebiri tenían armas de fuego.** Coleção De Angelis vol. 1: Jesuítas e bandeirantes no Guairá, 1641.

MONTOYA. Antonio Ruiz de. **Transferencia de Las Reducciones de San Loreto y San Ignacio.** (Carta de Ruiz de Montoya a Francisco Vasquez Trujillo). Instituto Emilio Ravignani, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – CONICET, Inventario: 372560. Buenos Aires, 1628.

PASTELLS, Pablo. **Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay.** vol I, Madrid, 1912.

XARQUE, Francisco. **Estado que Al Presente Gozan las Misiones de la Compañía de Jesús en las Provincias del Tucumán, Paraguay y Río de la Plata.** En: Insignes misioneros de la Compañía de Jesús, etc. Libro III, Pamplona, 1687.

## REFERÊNCIAS

- AGUILAR, J.C. **Conquista Espiritual: A história da evangelização na Província Guairá na obra de Antonio Ruiz de Montoya, S.I. (1585-1652)**. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2002.
- AHLERT, Jaqueline. **As Miniaturas na Imaginária Missioneira: O acervo do Museu Monsenhor Estanislau Wolski**. Dissertação de Mestrado, Passo Fundo, 2008.
- ARMANI, A. **Ciudad de Dios y Ciudad del Sol: El estado jesuita de los guaraníes (1609-1768)**. México, Fondo de Cultura Económica, 1988.
- ARRÓSPIDE, JOSÉ L.R. **Antonio Ruiz de Montoya y las reducciones del Paraguay**. Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, Asunción, 1997.
- ARRÓSPIDE, JOSÉ L.R. **Las Sociedades Tribales**. Nueva Colección Labor. Editorial Labor S.A., Barcelona. 1972.
- ARTIGAS, M, Isabel. **Antonio Ruiz de Montoya Testemunha de seu Tempo**. Universidade do Vale do Rio Sinos. Dissertação de Mestrado, 2001.
- AVELLANEDA, M. **Fundación de las Primeras Reducciones en el Guayrá, Paraná, Uruguay y en el Tape. Avances y retrocesos de la alianza jesuita guaraní a principios del siglo XVII**, 1999.
- AVELLANEDA, Mercedes. **El ejército guaraní en las reducciones jesuitas del Paraguay**. História - Unisinos, v. 9, n. 1, 2009.
- BARCELOS. Artur H.F. **Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII**. Revista Complutense de Historia de América, vol.26, 93-116, 2000.
- BARTOLOMÉ. Miguel A. **As Etnogêneses: Velhos Atores e Novos Atores no Cenário Cultural e Político**. Revista Mana, p. 39-68, 2006.
- BOGONI, Saul. **O Discurso de Resistência e Revide em Conquista Espiritual (1639), de Antonio Ruiz de Montoya: Ação e Reação Jesuítica e Indígena na Colonização Ibérica da Região do Guairá**, Universidade Estadual de Maringá - UEM, 2007.
- BRUXEL, Arnaldo. **Os Trinta Povos Guaranis**. 2. Ed. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1987.
- BRUXEL, Arnaldo. **O Sistema de Propriedade das Reduções Guaraníticas**. Pesquisas, Instituto Anchieta. Porto Alegre, 1959.
- CALETTI, B. G. **Milicias y Guaraníes en Yapeyú. La defensa de la “Frontera del Uruguay” en los árboles del Siglo XIX**, Ed. Pro História, Universidad de Buenos Aires, 2015.

CAMACK, R. M. **Ethnohistoria y teoría antropológica**. Trad. F. J. Lima. (Cuadernos, 26). Guatemala: Ministerio de Educación, 1979.

CANABRAVA, A. P. **O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)**. Ed. Itatiaia, São Paulo, 1984.

CARDIEL, José. **Breve Relación de las Misiones del Paraguay**. In: HERNÁNDEZ, Pablo. Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús. Barcelona: Gustavo Gili, v. 2, 1913.

CARDIEL, José. **Costumbres de los Guaraníes, en Historia del Paraguay desde 1747 a 1767**, Francisco Muriel, ed. Madrid, 1919.

CARLE, Claudio Baptista. **“Branco Não Entende o Índio...” O Imaginário Sobre o Conflito Guarani. Vestígios**. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica Volume 9, Número 2, julho – dezembro, 2015.

CARUSO, A. **"Sobre o temporal e se assegura o eterno": as missões jesuíticas do Paraguai na obra de Francisco Xarque**. IHS. Revista Antiguos Jesuitas en Iberoamérica, p. 1-9, v. 8. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

CARVALLO, Casiano Néstor. **Síntesis de Historia de la Provincia de Misiones: contribución de los jesuitas a la formación histórica de Misiones**. Ediciones Montoya. Posadas, 1980.

CASTILLO, S.I. Francisco, **Autobiografía en Un místico del siglo XVII**. Ed. Ugarte, Lima, 1960.

CHAUNU, Pierre. **História da América Latina**. Trad. Miguel Urbano Rodrigues. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

CHIOGNA, Ariane M. e MOURA, Gabriele R. **Avante Guerreiros! As Batalhas de Caçapaguçu e M' Bororé**. Porto Alegre. Revista Historiador, n. 04. Ano 04, 2011.

CLASTRES, Pierre. **Mitos e Ritos dos índios da América do Sul**. Arqueologia da violência pesquisas de antropologia política. 1980.

CORTESÃO, J. **Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640)**. Manuscrito da Coleção de Angelis (Introdução, notas e glossário de Jaime Cortesão). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951.

CORTESÃO, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação/ Ministério da Educação e Cultura, 1958.

COUTINHO, Maria I. **A Resistência pelo estético: Imaginária Guarani nas Missões Jesuíticas do Brasil**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUCRS, 1996.

CUNHA, Manuela. Carneiro. **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUNHA, Manuela. Carneiro. **Índios no Brasil: História, Direito e Cidadania**. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2012.

DOBRIZHOFFER, Martin. **Historia de los Abipones**. Vol. I. Resistencia, Universidad Nacional del Nordeste, 1967.

DUQUE, Viviane. Santos, “Do Crioulo ao ‘Criollo’: Traduzindo a Língua de Escravos da América Portuguesa para a língua de Escravos da América Hispana no Século XIX”, *RBI*, vol. 5, nº 2, p. 73-81, dez. 2016.

ELLIOTT, John H. “A conquista espanhola e a colonização da América” e “A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII”. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: América Latina Colonial*, volume I. São Paulo: EDUSP, 2012.

FAUSTO, C. **Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico**. In: CUNHA, M. C. da (Org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 381-396, 1992.

FAUSTO, C. **Inimigos Fiéis: História, Guerra e Xamanismo na Amazônia**. Edusp. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá**. Ed. Globo, São Paulo. 2006.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. “La sangre de los mártires es la semilla de cristianos nuevos”: a consagração póstuma de missionários jesuítas (Província Jesuítica do Paraguai - século XVII). *Rev. Hist. São Paulo*, n.168, pp.351-381, 2013.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. **De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

FREITAS, André L. S. **Reduções Jesuítico-Guarani: espaço de diversidade étnica**. Dourados, 2011.

FLORES, Moacyr. **Colonialismo e Missões Jesuíticas**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto de Cultura Hispânica do Rio Grande do Sul, 1983.

FURLONG, G. C. **Antonio Ruiz de Montoya y su carta a Comental**. Buenos Aires: Editiones Theoria, 1964.

FURLONG, G. **Misiones y Sus Pueblos de Guaraníes**. Posadas, [s.n.], 1978.

GALDAMES, O. S. **Etnohistoria o historia indigena? Encuentro de Etnohistoriadores**. Santiago: Universidad de Chile, 1988.

GONÇALVES, Ronaldo Pereira. **Ordens Religiosas e Missões no Vice-Reino do Peru**. Volume 14, n. 20, Marechal Cândido do Rondon – Pr, 2012.

GUEDES, Roberto e GODOY, Silvana. **Mamelucos (São Paulo y São Vicente, siglos XVI y XVII)**, Revista Historia y Justicia [En línea], 14 / 2020.

GUEVARA, José. **Historia del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán**. Biblioteca Virtual Universal, Editorial del Cardo, Buenos Aires, 2006.

HAUBERT. Maxime. **Índios e Jesuítas no tempo das Missões**. Ed. Companhia de Letras, 1990.

HAUSER, Arnold. **Teorias da Arte**. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

HERNANDEZ, P. **Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesus**. Barcelona, Gustavo Gili Editor, 1913.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HOLANDA. Sergio B. **A Visão do Paraíso**, Ed Brasiliense, São Paulo, 1996.

INOCENCIO. Bruno Felipe F. **A Encomienda no Paraguai colonial e as Ordenanzas de Alfaro de 1611-1612**. História e Democracia, Guarulhos-SP, 2018.

KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

LAROUSSE, Els. **Grande Enciclopédia Delta**. Rio: Ed. Delta S.A., 1978.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História da América Latina**. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

LUCAIOLLI, Carina. **Los grupos abipones hacia mediados del siglo XVIII**. Buenos Aires, Sociedad Argentina de Antropología, 2005.

MACHADO. N.T.G. **A Redução de Nossa Senhora de Caaçapa mini, (1627-1636): O impacto da missão sobre a população indígena**. Ijuí, ed. Unijuí, 1999.

MAEDER, Ernesto, J. **Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, 1637-1639**. Buenos Aires: FE- CIC, 1984.

MAEDER. Ernesto J, A. GUITÉRREZ. Ramón. **Atlas Histórico del Nordeste Argentino**. Resistencia, Instituto de Investigaciones Geohistóricas, CONICET, FUNDANORD y Universidad Nacional de Nordeste, 1995.

MAEDER. Ernesto J, A. GUITÉRREZ. Ramón. **Atlas territorial y Urbano de las Misiones Jesuíticas de Guaraníes. Argentina, Paraguay y Brasil**. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Ed. Junta de Andalucía. 2010.

MARTINS. Maria C. B. **En esta tan florida cristandade”. O sagrado, o profano e a festa nas missões do Paraguai**. In: Jesuitas en las Americas: presencia en el tempo, compilado por Jorge Cristian Troisi Melean; Marcia Amantino. La Plata, 2019.

MARTINS, Maria C. B. **Índios Independentes, Fronteiras Coloniais e Missões Jesuíticas.** Revista Brasileira de História e Ciências Sociais – RBHCS. Vol. 10, n. 19. Jan – jun. de 2018.

MATIENZO, Javier. C. **La encomenda y las Reduccines jesuíticas de América Meridional, Temas Americanistas,** vol. 21, 2008.

MELIÀ, Bartomeu. **El “modo de ser” Guarani el la primera documentación jesuítica (1594-1639).** Revista de Antropologia, vol 24, 1981.

MELIÀ, Bartomeu. SAUL, Marcos V. A. MURARO, Valmir F. **O GUARANI: Uma Bibliografia Etnológica.** Ed.Fudames. Centro de Cultura Missioneira, Santo Ângelo, 1987.

MELIÀ, Bartomeu. **El Guaraní Conquistado y Reducido.** Centro de Estudios Paraguayos "Antonio Guasch". Asunción, 1997.

MELIÀ, Bartomeu. **Mundo Guarani.** Nhanduti Editora. Asunción, 2011.

MONTEIRO, John, M. **De índio a escravo. A transformação da população indígena de São Paulo no século XVII.** Revista de Antropologia, São Paulo, v. 30, p. 151-174. 1988.

MONTEIRO, John, M. **Os Guarani e a história do Brasil meridional. Séculos XVI e XVII.** In: CUNHA, Manuela C. (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MONTEIRO, John, M. **Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios.** In: Novaes, Adauto (organizador). A outra margem do Ocidente. Companhia das Letras, p. 241-242, 1999.

MONTEIRO, John, M. **Negros da Terra, índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo.** São Paulo, Ed. Companhia de Letras, 6ª ed. 2013.

MOREIRA, Cecilia de Lourdes P. G. **Colônia do Sacramento: Permanência Urbana na Demarcação de Novas Fronteiras Latino-Americanas.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, março, 2019.

MÖRNER, Magnus. **Actividades Políticas y Económicas de los Jesuitas en el Rio de la Plata.** Ed. Paidós, Buenos Aires. 1968.

MORRIS, A.E.J. **Historia de la Forma Urbana, desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial.** Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1979.

NEUMANN, Eduardo. **O trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata colonial, 1640-1750.** 1ª ed. Porto Alegre, Ed. Martins Livreiro, 1996.

NEUMANN, Eduardo. **Escrita e Memória indígena nas reduções guaranis: século XVIII.** MÉTIS: história e cultura, v. 6, n. 12, p. 45-64, jul./dez. 2007.

NEUMANN, Eduardo e BOIDIN, Capucine. **A escrita política e o pensamento dos Guarani em tempos de autogoverno (1753).** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017.



NOELLI, Francisco. S. **Sem Tekohá não há Tekó (em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

NOELLI, Francisco. "**Actas capitulares y documentos del Cabildo de Asunción del Paraguay, siglo XVI**". Revista Complutense De Historia De América, v. 30, 2004.

OLIVEIRA, Paulo R. M. **O Encontro entre os Guarani e os Jesuítas na Província do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas terras de Ñezú**. Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, Marilda.O de. **Identidade e Interculturalidade – História e Arte Guarani**. Santa Maria: Editora ufsm, 2004.

PACHECO NETO, Manuel. **A escravização indígena e o bandeirante no Brasil colonial: conflitos, apresamentos e mitos**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

PAGE, Carlos A. **La presencia de los jesuitas en Colonia del Sacramento**. Vol 2, n.2, IHS Revista Antiguos Jesuitas en Iberoamérica, 2014.

PALACIOS, Silvio; ZOFFOLI, Ena. **Gloria y tragédia de las Misiones Guaranies – Historia de las Reducciones Jesuíticas Durante los Siglos XVII y XVIII en el Río de la Plata**. Bilbao: Ediciones Mensajero, 1991.

PARELLADA, C.I. **Um tesouro herdado: os vestígios arqueológicos na cidade colonial de Villa Rica del Espiritu Santo/ Fênix- PR**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Antropologia Social da UFPR, Curitiba, 1997.

PAZ, Carlos D. **“Con los Nombres de los Caciques Forjaron Diversas Naciones” La imaginación etnográfica jesuítica en la construcción de tipos ideales de barbárie en el Chaco y las Pampas durante el siglo XVIII**. In: Jesuitas en las Americas: presencia en el tempo, compilado por Jorge Cristian Troisi Melean; Marcia Amantino. La Plata, 2019.

PERUSSET, Macarena. **Guaraníes y Españoles. Primeiros Momentos del Encuentro en las Tierras del antiguo Paraguay**. Anuario del Centro de Estudios Históricos, Córdoba (Argentina), ano 8, n° 8, 2008.

PLÁ, Josefina. **El Barroco Hispano-Guarani**. Asunción: Editorial del Centenario S. R.L, 1975.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. 2ª ed. Porto Alegre, Ed. Selbach, 1954.

POSSAMAI, Paulo César. **A Colônia do Sacramento e a Busca da Definição de uma Fronteira entre as Américas Portuguesa e Espanhola (1680-1750)**. Anais do VI SEUR e III Colóquio Internacional Sobre as Cidades do Prata, 2010.

POZZAGLIO, Fernando A. e WUCHERER, Pedro M. O. **Defendiendo una frontera La Ciudad de Corrientes, milicias e indios chaqueños, Siglos XVII e XVIII**. Jahrbuch

für Geschichte Lateinamerikas – Anuario de Historia de America Latina, nº 53. Germany, Bohlau, 2017.

PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento: O Extremo Sul da América Portuguesa no Século XVIII**. Porto Alegre, 2002.

QUARLERI, Lia. **Rebelión y Guerra en las Fronteras del Plata**. Ed. Fondo, 2ª ed. 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. 2 ed. Companhia das Letras, 1995.

ROJAS, José Luis. **La Etnohistoria de América: Los Indígenas Protagonistas de Su Historia**. Ed. Paradigma Indical, Buenos Aires, 2008.

SALINAS, María L. **Liderazgos Indígenas en Las Misiones Jesuíticas. Títulos de Capitanes Concedidos a Los Caciques Guaraníes en El Siglo XVII**. Folia Histórica del Nordeste, nº 16 Resistencia, 2006.

SANTOS, Júlio, R. Q. *Regulamentação do trabalho indígena nas Missões Jesuíticas*. Revista Latino-Americana de História. V.1, nº 3. Edição Especial – Lugares da História do Trabalho, 2012.

SANTOS, M. C. **Aspectos de La Resistencia Guaraní: Los Proyectos de Integración en el Virreinato del Río de la Plata (1768-1805)**. Tese de doutorado apresentada na Universidad Complutense de Madrid, 1993.

SANTOS, M. C. BAPTISTA, J. T. **Reduções Jesuíticas e Povoados de Índios: controvérsias sobre a população indígena (séc. XVII-XVIII)**. Revista História Unisinos, 2007.

SOARES, André Luis R. **Organização Sócio-Política Guarani: Aportes para a Investigación Arqueológica**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 1996.

SEPP, Antonio. **Jardín de Flores Paraguayo: edición crítica de las obras del padre Antonio Sepp, S. J., misionero en la Argentina desde 1691 hasta 1733, a cargo de Werner Hoffmann**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1974.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **A integração do Prata no sistema colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá**. Toledo, Ed. Toledo, 1ª ed. 1997.

SCHALLENBERGER, E. **Conflitos Coloniais e as Missões: uma avaliação das estruturas sócio econômicas do Paraguai (Séculos XVI e XVII)**. In: Anais da I Jornada Regional Cultural Missioneira. Santo Ângelo, 1985.

SCHMIDL, Ulrico. **Derrotero y Viaje a España y las Indias**. Universidad del Litoral, Santa Fe, 1938.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil**. Instituto Anchietano de Pesquisas – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2006.

SOUSA, Aníbal Costa. **O Índio como Imagem: Representações do índio nas Missões da Província Jesuítica do Paraguai (séculos XVII e XVIII)**. Curitiba, 1996.

TAKEDA. Kazuhisa. **Cambio y continuidad del liderazgo indígena en el cacicazgo y en la milicia de las misiones jesuíticas: análisis cualitativo de las listas de indios guaraníes**. Ed. Tellus, ano 12, n. 23, Campo Grande - MS, 2012.

TAKEDA. Kazuhisa. **Los Padrones de indios guaraníes de las misiones jesuíticas (1656-1801): análisis dinámico y comparativo desde la óptica de los cacicazgos**. Surandino Monográfico, nº 1, 2016.

TIEFFEMBERG. Silvia. Argentina: **Historia del descubrimiento y Conquista del Río de la Plata de Ruy Díaz de Guzmán**. Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, 2012.

TORMO SANZ, Leandro; BLANCO, Ricardo Román. **Montoya y su lucha por la libertad de los indios: Batalla de Mbororé**. Enveloart Editora e Gráfica Ltda, São Paulo, 1989.

VAINFAS, Ronaldo (direção). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2000.

VILARDAGA, José Carlos. **Vilas e cidades em trânsito: Assentamentos urbanos, agência indígena e fronteira colonial na formação do espaço platino (séculos XVI e XVII)** Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, vol. 29, 2021.

VILARDAGA, José Carlos. **São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)**. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2010.

VOLPATO, Luíza. **Entradas e bandeiras**. 3. ed. São Paulo: Global, 1985.

WILDE, Guillermo. **Poderes del ritual y rituales del poder: un análisis de las celebraciones en los pueblos jesuíticos de Guaraníes**. In: Revista Española de Antropología Americana, v. 33, 2003.

WILDE, Guillermo. **Religión y Poder en las Misiones de Guaraníes**. Buenos Aires, Editorial. SB, 1ª ed. 2009.

WILDE, Guillermo. **Territorio y Etnogénesis Misional en el Paraguay del siglo XVIII**. Revista Fronteiras, Dourados, MS, v. 11, nº19, p. 83-106, jan./jun. 2009.

WILDE, Guillermo. **Prestigio Indígena y Nobleza Peninsular: la invención de linajes guaraníes en las misiones del Paraguay**. Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas, v. 43, p. 119-145, 2011.

WILDE, Guillermo. VEGA, Fabián R. **De la Indiferencia entre lo Temporal y lo Eterno: Élités indígenas, cultura textual y memoria en las fronteras de América del Sur**. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 35, n.68, 2019.

WOLFFLIN, Heinrich. **Conceitos Fundamentais da História da Arte**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1996.

WUCHERER, Pedro M. O. **El Informe Del Padre Jesuita Jaime de Aguilar (1735). Fuente Para El Estudio de Las Milicias Guaraníes en la Gobernación Del Paraguay**, Folia Histórica del Nordeste, N° 19 (Resistencia, 2011).

WUCHERER, Pedro M. O. **Milicias Guaraníes y Reducciones Jesuíticas en el Chaco-Paraguay. Guerra, conflicto social, cambio económico y negociación en la frontera del imperio (sec. XVI-XVII)**, Centro de Estudios de Postgrado, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2018.